

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA**

RAPHAEL PAGLIARINI

**O “Colono” na Cidade: Memórias e Viveres Rural-Urbanos em
Marechal Cândido Rondon (Oeste do Paraná, 1970-2009)**

Marechal Cândido Rondon

2009

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA

RAPHAEL PAGLIARINI

**O “Colono” na Cidade: Memórias e Viveres Rural-Urbanos em
Marechal Cândido Rondon (Oeste do Paraná, 1970-2009)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado em História como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História. Área de Concentração: História, Poder e Práticas Sociais. Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Campus de Marechal Cândido Rondon, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

Orientação do Prof. Doutor Robson Laverdi.

Marechal Cândido Rondon

2009

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

P138c	Pagliarini, Raphael O "colono" na cidade: memórias e viveres ruralurbanos em Marechal Cândido Rondon (Oeste do Paraná, 1970-2009) / Raphael Pagliarini. - Marechal Cândido Rondon, 2009 122 p.
	Orientador: Prof. Dr. Robson Laverdi
	Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2009.
	1. Ex-trabalhadores rurais - Memórias - Marechal Cândido Rondon (PR). 2. Marechal Cândido Rondon (PR) - Urbanização. 3. História oral. I. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. II. Título.
	CDD 21.ed. 302 981.62 305.56 CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini Leitzke CRB-9/539

Àqueles a que muito amo, Jorge e Terezinha, meus pais.

A minha pequena e feliz família, Ana e Vinícius.

AGRADECIMENTOS

Apesar de assinar individualmente pela autoria deste trabalho, sinto-me obrigado e agradecido em poder compartilhá-lo com algumas pessoas. Saibam que cada uma dessas páginas trás também um pouco de vocês.

Agradeço aos meus pais, Jorge e Terezinha, exemplos de vida, e em quem me espelho cotidianamente. Sempre reconhecerei os esforços não medidos, e o imenso amor recebido.

À Aninha, esposa, companheira e amada, com que sempre pude contar. Saiba que é imensurável o prazer e a satisfação de tê-la ao meu lado.

Ao Vinicius, meu filho, pela graça que é em minha vida.

Ao Junior, amigo e irmão. Pelos caminhos que juntos percorremos, e por aqueles que ainda vamos trilhar.

Ao Marcos, pelo carinho que sinto; a Pita, por ser especial para mim; também à Amandinha e ao César.

Aos familiares e amigos de Corbélia, pois me sentia seguro em saber que em vocês encontraria ajuda sempre que precisasse.

Aos amigos e colegas, que nas lavadas de louças no apartamento 11 e 12, nos jogos de bola, nas disputas do Cartola ou mesmo nas “esporádicas” festas estiveram presentes (Carlos Eduardo, Maicon, Tiago, Cleiton, Claudinei, Cristiano Ludke, Eduardo, Leiliane e Maikel)

Aos professores do Programa de Mestrado. Em especial àqueles que contribuíram diretamente na minha formação através das disciplinas proveitosamente cursadas: Prof^a Geni, Prof^a Meri, Prof^o Gilberto e Prof^o Robson.

Aos colegas e amigos do programa. Por toda ajuda dedicada, pelas inúmeras discussões de textos, e pelas amizades constituídas. Ao Gilson, ao Cristiano e ao Thiago por se tornarem grandes amigos.

Ao Robson, por todo o empenho e confiança creditado neste trabalho. Tão importante quanto o enriquecimento teórico que me proporcionastes, é a amizade sólida que construímos nesses anos.

As professoras Dilma, Meri e Geni, por se disporem a participar das bancas de avaliação do trabalho. Sinto-me honrado em compartilhar essa experiência com vocês e aprender com esse processo.

Por fim, agradeço aos entrevistados pelo voto de confiança recebido. Sem vocês seria impossível o desenvolvimento desse trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa problematiza o processo de urbanização de Marechal Cândido Rondon através do diálogo com as memórias e viveres de ex-trabalhadores rurais que vivenciaram este processo, principalmente a partir da década de 1970. Embora atualmente travestida nas esferas de poder com uma aura essencialmente urbana, na cidade sobrevive e se reelabora viveres e práticas remanescentes do passado rural. Discute-se, assim, os usos e sentidos de permanência de valores e saberes próprios da vida rural. Atenta-se para as disputas simbólicas constituídas e constituintes nas práticas cotidianas, nas quais se delineiam territórios e reencenam maneiras próprias, por vezes muito diferentes das proposições da agenda de industrialização recente elaboradas no âmbito dos interesses econômicos e políticos das elites. Ao mesmo tempo, a cidade se abre às expectativas de reinserção para muitos trabalhadores, a vida urbana se produz numa esteira de tensões, carências e reivindicações. A cidade é narrada, assim, como espaço e objeto de disputa, em relações que se estabeleceram entre os mais diversos âmbitos: na classe, entre gêneros, etnias, e também das identidades camponesas em contraponto ao mundo urbano. Metodologicamente, cabe destaque aos usos da História Oral, a partir da qual se discutiu maneiras como os próprios sujeitos rememoram seu processo de vivência na cidade em diferentes temporalidades.

Palavras-Chave: Cidade, campo, memória.

ABSTRACT

THE “PEASANT” IN THE CITY: MEMORIES AND RURAL- URBAN LIFE IN MARECHAL CÂNDIDO RONDON (WEST OF PARANÁ, 1970-2009)

This research discusses about the Marechal Cândido Rondon urbanization process through the dialogue with the memories and the life of former-farmers who had lived deeply this process, mainly from the 1970s. Although it is currently travestied among de powerful spheres as an essentially urban aura, in the city this agricultural life and practice survive and it is re-elaborated. It is discussed, thus, the uses and the permanence sense of agricultural life values and knowledge. This work is concerned to the symbolic disputes consisting and constituent in the daily practice, in which it is delineated territories and it is acted in its own way, different, many times, to the agenda proposed of industrialization recent elaborated in the scope of economic and politics interests from the elites. At the same time, the city is opened to the reinsertion expectations for many workers, the urban life is produced in a net of tensions, lacks and claims. The city is narrated, thus, as a space and an object of dispute, in relations that are established between the most diverse scopes: in the classroom, between genders, ethnic, and also the peasants' identities related to the urban world. Methodologically, it fits in the Oral History field, from which it is discussed how the citizens remember their process of experience in the city in different temporalities.

Keywords: city, country, memory

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do Município de Marechal Cândido Rondon - PR.....	12
Figura 2: <i>Distribuição da população rural e urbana nacional</i> - Gráfico IBGE.....	29
Figura 3: <i>Distribuição da população rural e urbana do Oeste do Paraná</i> Gráfico IBGE.	30
Figura 4: Distribuição população rural e urbana de Marechal Cândido Rondon – 1970/2000.....	31
Figura 5: Mapa urbano planta Marechal Cândido Rondon	86
Figura 6: Imagem Google Earth: área central da cidade com a localização da Feira do Produtor e arredores.....	92

SUMÁRIO

Considerações Iniciais.....	11
Capítulo I - O campo a partir da cidade nas memórias de ex-trabalhadores rurais.....	28
Capítulo II - Memórias e viveres rural-urbanos em Marechal Cândido Rondon.....	60
Capítulo III - Dinamicidades rural-urbanas na Feira do Produtor Agropecuário.....	90
Considerações Finais.....	112
Referências.....	115
Fontes.....	119
Orais:	119
Entrevistas consultadas:	121
Fontes Escritas:.....	121

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A capacidade de concentrar num mesmo espaço uma multiplicidade de sujeitos faz das cidades um complexo de experiências e viveres. Uma totalidade que não se explica simplesmente pela soma das experiências daqueles que as habitam, mas pelas relações que estabelecem entre si. Tratam-se de lugares de sociabilidades, espaços de pertencimento e reelaborações da cultura que caracterizam o espaço urbano. Lugares que ao mesmo tempo em que comportam essas experiências, também são disputados por aqueles que os vivenciam; que modificam suas formas de acordo com as forças que os disputam, ou mesmo, dos lugares de onde se olham.

Destacar estas dimensões já nas primeiras linhas deste trabalho tem por objetivo reconhecer a complexidade de elementos relacionados à dinâmica urbana, de sublinhar que os caminhos escolhidos numa pesquisa historiográfica que se propõe discutir cidade se fazem em detrimento a uma infinidade de outros possíveis. Aqui, optou-se por pensá-la a partir das memórias e experiências dos seus moradores, mais especificamente de trabalhadores oriundos do campo, que a partir da década de 1970 passaram a viver no espaço urbano de Marechal Cândido Rondon.

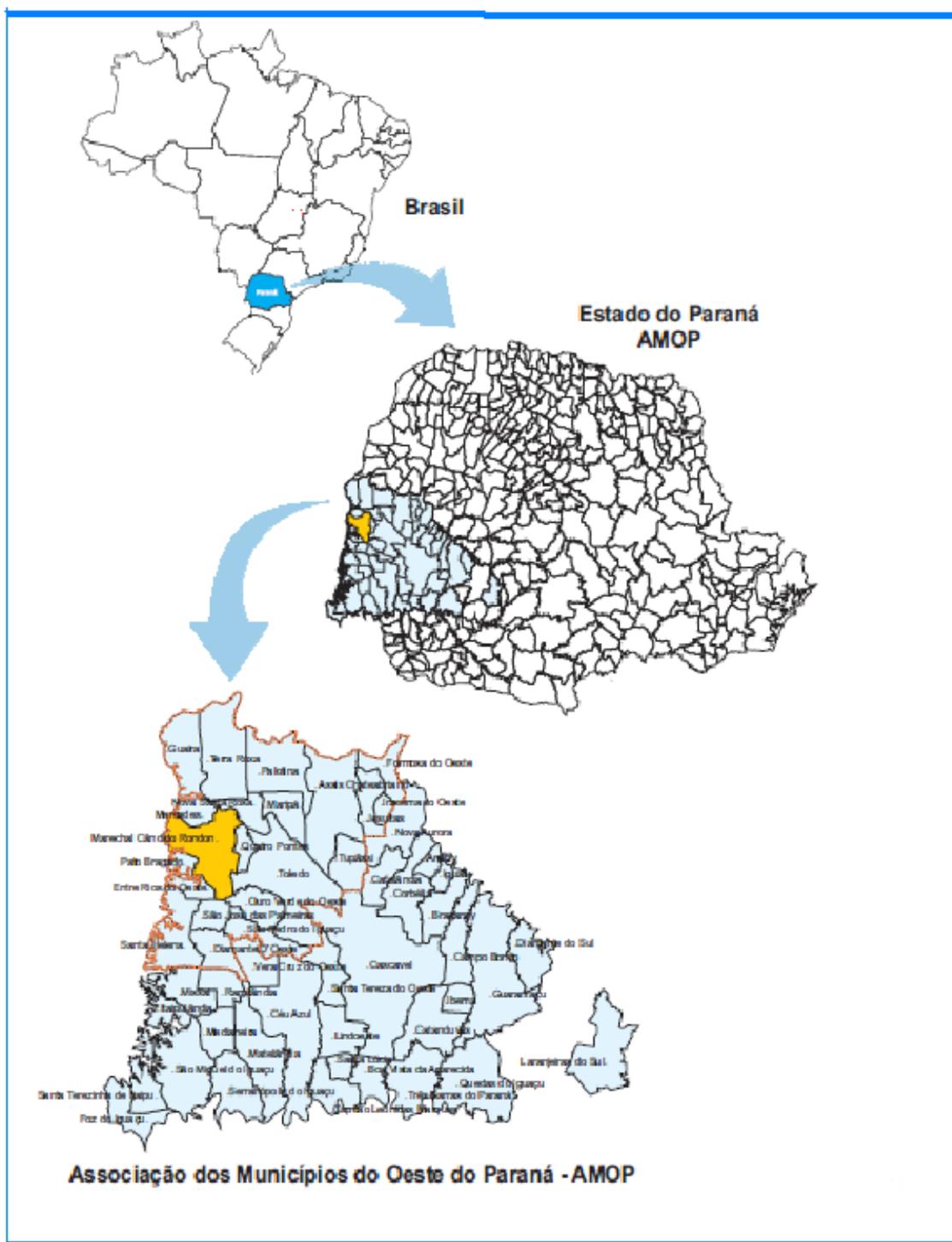
Este município está situado na região do extremo Oeste do Paraná, localizando-se a 180 km de Foz do Iguaçu e a 596 km de Curitiba; faz fronteira ao Norte com o município de Nova Santa Rosa; ao Leste com os municípios de Quatro Pontes e Toledo; ao Sul com os municípios de São José das Palmeiras, Entre Rios do Oeste e Pato Bragado; ao Oeste com a República do Paraguai (nas margens do Lago de Itaipu); e ao Noroeste com o município de Mercedes, conforme se observa no mapa (figura 01).

Destaca-se o fato de que muitos moradores que atualmente vivem em Marechal Cândido Rondon vieram destes municípios vizinhos. Principalmente, no caso de trabalhadores rurais que viveram no meio rural de pequenos municípios como Quatro Pontes, Mercedes ou mesmo no Paraguai e que se mudaram para Marechal Cândido Rondon em algum tempo do recorte desta pesquisa.

Com relação às questões campo/cidade que serão discutidas neste trabalho, embora se limitem ao espaço de Marechal Cândido Rondon, elas não são exclusivas deste lugar. Tratam-se de relações que permeiam a região como um todo.

É corrente nos discursos sobre a região a sua ligação com a produção agrícola e, conseqüentemente, o número considerável de trabalhadores que têm ou tiveram envolvimento com o meio rural.

Figura 01¹



¹ Disponível em: http://www.mcr.pr.gov.br/pdiretor/mapas/Mapa_01_MCR_f2_Localizacao_Regional.pdf
Acesso em 24 de maio de 2009.

O termo “colono”, tal como utilizado no título deste trabalho, não é apenas uma designação para o trabalhador rural. Esta denominação comum no meio social de Marechal Cândido Rondon assumiu e assume significados distintos e, inclusive, contrapostos. Em muitos casos, principalmente após a urbanização do município, adquiriu uma conotação pejorativa, em que o “colono” seria aquele sujeito que não dominaria o conjunto de códigos e valores presentes e dominantes na cidade.

Ainda em relação aos sentidos depreciativos atribuídos ao termo, cabe destacar que ele também pode identificar um dado produtor rural “ultrapassado”. Ou seja, é aquele que não adentra ou participa do universo da agroindústria e da produção em larga escala, pautada principalmente na produção mecanizada; neste caso, antecedendo a figura moderna do “agricultor”.

Contraditoriamente, ser ou ter sido “colono” também é ou foi um sinônimo de positividade, principalmente nos discursos que valorizavam sobremaneira o processo de chegada das famílias sulistas, então denominados na memória social de “colonizadores”. Neste caso, o termo “colono” não se limita a designar aquele que é possuidor de uma *colônia* (medida de unidade de produção), mas traz consigo uma carga de valorização do trabalho destes sujeitos, identificando-os enquanto protagonistas do “desenvolvimento” do município.

Já em relação à delimitação da problemática desta pesquisa, cabe dizer que ela não se deu por acaso. Tanto a minha recente experiência enquanto morador da cidade, desde a minha chegada em 2003, como as leituras e discussões realizadas, foram fundamentais para que este objeto fosse ganhando seus contornos. Um projeto inicial que problematizava a constituição de espaços periféricos em Marechal Cândido Rondon foi aos poucos redirecionado em suas preocupações. O foco concentrava-se cada vez mais nas experiências dos trabalhadores que habitavam a cidade, sem necessariamente delimitar este ou aquele bairro como o “filão” das investigações.

Como elemento comum, não mais o fato de morarem numa “periferia”, passou-se a estudar os sujeitos que em determinados momentos de suas trajetórias experimentaram o trabalho no campo. A mudança de perspectiva decorreu do próprio contato com os entrevistados, inclusive nos espaços que trabalhei na cidade. Desde que cheguei a Marechal Cândido Rondon, no início de 2002, consegui trabalho no setor administrativo de uma escola municipal localizada em um dos bairros tidos como “periféricos” da cidade. Os dois anos e meio em que trabalhei no Conjunto Habitacional São Lucas me possibilitaram, além da renda para me manter na universidade, um contato muito direto e frutífero com seus moradores.

Enquanto um novo morador, fui conhecendo alguns discursos, valores e práticas presentes e atuantes na cidade. Discursos estes que muitas vezes lançavam olhares preconceituosos para os moradores do São Lucas, associando-os quase sempre à criminalidade e à violência. Também percebia que as trajetórias dos seus moradores em muito pouco se aproximavam dos discursos oficiais, por vezes preocupados em pensar a “colonização” a partir dos planos da empresa Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A. (Maripá), responsável pela ocupação privada de uma fração desta região desde os anos de 1950.

As inquietações em relação ao bairro assumiram ares acadêmicos quando, em 2005, procurei problematizar o processo de constituição do Conjunto Habitacional São Lucas e as experiências de seus moradores em meu trabalho de conclusão de curso, intitulado *Tensões e práticas sociais na constituição do Conjunto Habitacional São Lucas de Marechal Cândido Rondon - Paraná (1995-2005)*.² O uso da História Oral como metodologia e preocupação política de pesquisa permitiu-me um contato ainda maior com aqueles sujeitos. Além de problematizar as muitas formas como lidavam com discursos produzidos sobre o bairro e a cidade, pude perceber as diferentes maneiras como estes se colocavam como sujeitos de suas histórias naquela realidade urbana em transformação.

Com o trabalho defendido em 2006, o Programa de Mestrado em História foi uma oportunidade para dar continuidade à pesquisa e à minha trajetória como morador da cidade. Como colocado acima, inicialmente busquei constituir um projeto que problematizasse a constituição dos bairros “periféricos” da cidade. Todavia, este “alargamento”, que era mais espacial do que temático, não se sustentava enquanto uma problemática em si e, aos poucos, foi sendo repensado a partir das leituras e experiências de pesquisa na pós-graduação e a partir dos desafios que passei a viver também como morador da cidade.

Neste caminho ressalto a importância das discussões e leituras de alguns referenciais feitas no Programa de Mestrado. Os debates no interior das disciplinas obrigatórias (Teoria e Metodologia da História e Seminário de Pesquisa), as específicas da Linha de Práticas Culturais e Identidades (História e Práticas Culturais e História e Identidades), além da disciplina “História e Cidade”, ofertada como “Tópico Especial em História”, foram de fundamental importância.

² PAGLIARINI, Raphael. *Tensões e práticas sociais na constituição do Conjunto Habitacional São Lucas de Marechal Cândido Rondon – Paraná. (1995-2005)*. Marechal Cândido Rondon, 2006. Trabalho Acadêmico (TCC) – História - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE.

O contato e a releitura de alguns textos em particular fizeram com que eu repensasse as entrevistas produzidas ainda para o trabalho da graduação. As trajetórias dos moradores do São Lucas, discutidas não com tanta profundidade no trabalho anterior, mostravam-se bastante reveladoras. Apesar das preocupações metodológicas, quando da produção das entrevistas, estarem voltadas principalmente para as experiências enquanto moradores do bairro, um passado rico de traços comuns foi sendo rememorado. A maioria dos entrevistados, em diferentes momentos, vivenciou o trabalho no meio rural antes de chegar em Marechal Cândido Rondon. Ora com maior, ora com menor intensidade, as práticas deste passado no campo eram revividas e reelaboradas na cidade.

Perceber como os trabalhadores reelaboravam seus costumes e práticas e utilizavam-se destes nas vivências no espaço urbano passou a assumir o centro de minhas preocupações neste trabalho. Da mesma maneira, preoquei-me em problematizar aquelas memórias construídas em relação ao período em que viviam no campo e quando passaram a viver na cidade; como estes sujeitos percebiam e se relacionavam com transformações nas formas de produção ou ainda, com aquelas práticas pautadas pela agroindústria em seu movimento mais recente.

O diálogo com alguns autores foi válido no sentido de situar os caminhos pelos quais seguiram este trabalho. Uma das maiores contribuições foi dada por Raymond Williams. Na obra intitulada *O campo e a cidade: na história e na literatura*³, Williams fez um estudo das formas e significações que estes dois universos, campo e cidade, assumiram na literatura e história inglesas. Analisando, sobretudo, produções literárias do século XVI ao XX, o autor buscou entender os significados relacionais de campo e cidade, considerando tanto o período em que produziram as obras analisadas, como a posição social daqueles que as escreveram. Desta forma, demonstrou que, se esvaziados de sua historicidade, os dois conceitos se tornam ao mesmo tempo amplos e vagos. Já no início de seu texto diz Williams:

A “forma de vida campestre” engloba as mais diversas práticas – de caçadores, pastores, fazendeiros e empresários industriais -, e sua organização varia da tribo ao feudo, do camponês ao pequeno arrendatário a comuna rural, dos latifúndios e *plantations* as grandes empresas agroindustriais capitalistas e fazendas estatais. Também a cidade aparece sob numerosas formas: capital do Estado, centro administrativo, centro religioso, centro comercial, porto e armazém, base militar, pólo industrial. (...) Apesar de todas estas diferenças, persistem certas imagens e associações; e o

³ WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

objetivo deste livro é descrevê-las e analisá-las, vê-las conectadas à experiência historicamente variada.⁴

Ainda em diálogo com a obra de Raymond Williams, em particular ao livro *Marxismo e Literatura*,⁵ pude entender práticas tidas como características do campo como aquilo que este passa a considerar como “residuais” no interior da cultura de um determinado grupo.

Primeiramente, assumo a dificuldade de trabalhar com determinados conceitos, como é o caso de cultura. De acordo com Williams:

Quando percebemos de súbito que os conceitos mais básicos – os conceitos como se diz dos quais partimos – não são conceitos, mas problemas, e não problemas analíticos, mas movimentos históricos ainda não definidos, não há sentido em se dar ouvidos aos seus apelos ou seus entrecosques ressonantes. Resta-nos apenas, se o pudermos, recuperar a substância de que suas formas foram separadas.⁶

Sendo assim, o que busco é o diálogo com este campo constituído e constituinte dos sujeitos. Não se trata de delimitar uma “forma” que represente ou se aproxime daquilo que pode ser considerado como a “cultura” dos trabalhadores rurais que vivem na cidade. Mas, de e na medida do possível, adentrar neste universo de práticas e valores que constituem esta “substância” da cultura ativa na vida social e econômica. Uma “substância” que não se mantém estática e nem pode ser encontrada em sua forma pura, como essência, mas que está em contínua transformação e movimento.

Em Williams, a tentativa de pensar a cultura como campo dinâmico pode ser melhor entendida a partir da discussão de três conceitos que considero básicos e interrelacionados. São eles: *dominante, residual e emergente*:

Por *residual* [grifo meu] quero dizer alguma coisa diferente do “arcaico”. (...) O residual, por definição, foi efetivamente formado no passado, mas ainda está ativo no processo cultural, não só como um elemento do passado, mas como um elemento efetivo do presente. Assim, certas experiências, significados, e valores que não se podem expressar, ou verificar substancialmente, em termos da cultura dominante, ainda são vividos e praticados a base do resíduo – cultural bem como social – de uma instituição ou formação social ou cultural anterior. Por “*emergente*” [grifo meu] entendo, primeiro, que novos significados e valores, novas práticas, novas relações e tipos de relação estão sendo continuamente criados. Mas é difícil distinguir entre os que são realmente elementos de alguma fase nova da cultura dominante e os que lhe são substancialmente alternativos ou opostos: emergente no sentido rigoroso, e não simplesmente novo. Como estamos

⁴ Idem, p.12.

⁵ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

⁶ Idem, p. 19.

sempre considerando relações dentro do processo cultural, as definições do emergente, bem como o do residual, só podem ser feitas em relação com um sentido pleno do dominante.⁷

Por mais que alguns períodos e situações possam ser identificados por uma determinada cultura, ou mesmo por um pensamento dominante, esta nunca se mostra em sua forma absoluta. As práticas residuais e emergentes, assim dizendo, embora não sejam tão fáceis de serem identificadas, compõem campos de resistência e alternativa na relação que estabelecem com o dominante. No caso de Marechal Cândido Rondon, o que se pode entender é que a lógica da produção agroindustrial, associada à monocultura em detrimento da produção familiar de policultura, aparecem a partir da década de 1970 como algo eminentemente novo e que vem a suplantar o conjunto daquelas normas e valores construídos no município e na região como um todo, desde então. Numa visão retrospectiva, sob um ponto de vista teórico-conceitual, podemos intuir que esta lógica se tornou “dominante”, uma vez que a grande margem da produção rural assumiu tal perspectiva, sendo a migração do campo para a cidade uma marca atuante dessa tendência.

Em relação ao estudo da cidade, ainda com base numa pesquisa que desenvolvi desde a graduação e depois na disciplina de História e Cidade, que realizei no Mestrado, e também de algumas questões que foram sublinhadas por estas experiências, diversas leituras me mobilizaram neste trabalho. Urbanistas, geógrafos e, principalmente, historiadores compõem esta lista. Muitos não serão citados aqui de forma direta, o que não desmerece suas contribuições, embora marcantes no meu olhar atual.

No interior do campo bibliográfico selecionado para discussão de cidade como categoria de análise, cabe destacar as discussões feitas com a obra de Richard Sennet. No seu livro *Carne e pedra*⁸, o autor apresenta um posicionamento, em parte, funcionalista de pensá-la. É com uma analogia entre corpo e cidade que este intitula a sua obra. Para Sennett, a cidade assume uma característica funcional, na medida em que a forma como os povos percebiam os corpos estava diretamente relacionada à maneira como organizavam seus espaços urbanos. Neste sentido, constrói uma crítica direta à civilização ocidental e aos suas propostas “racionais” de organização. Já na introdução do texto, destaca o autor:

Carne e pedra é uma história da cidade contada através da experiência corporal do povo: como mulheres e homens se moviam, o que viam e

⁷ Idem, p. 125-126

⁸ SENNETT, Richard. *Carne e pedra – o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro, Record: 2006.

ouviam, os odores que atingiam suas narinas, onde comiam, seus hábitos de vestir, de banhar-se e de que forma faziam amor, desde a Atenas antiga, a até a Nova York atual. Embora este livro tome o corpo das pessoas como referência para entender o passado, ele é mais do que um catálogo histórico das sensações físicas no espaço urbano. A civilização ocidental não tem respeitado a dignidade dos corpos humanos e a sua diversidade; procurei entender como as questões do corpo foram expressas na arquitetura, no urbanismo e na vida cotidiana.⁹

Porém, é na parte final de seu livro que se concentra a discussão que mais me importa sobre as cidades modernas. Para Sennett, os novos conhecimentos científico-anatômicos, desenvolvidos a partir do século XVI, principalmente no que diz respeito ao maior entendimento do sistema circulatório, foram determinantes na maneira como os homens passaram a organizar as cidades. Os reflexos destes saberes se refletiriam, principalmente, nas reformas urbanas das grandes metrópoles do século XIX, dentre elas Paris e Londres.

Apesar da redundância, a lógica do sistema circulatório está em garantir a livre circulação através das veias e artérias que o compõe. Transpondo este princípio para as cidades, estas deveriam garantir a circulação de pessoas e bens. Entretanto, tal proposta escondia um projeto político de interesse das elites: o incentivo ao individualismo e uma consequente desmobilização das massas. Como situa Sennet:

As cidades planejadas do século XIX pretendiam tanto facilitar a livre circulação das multidões quanto desencorajar os movimentos de grupos organizados. Corpos individuais que transitam pela cidade tornam-se gradualmente desligados dos lugares em que se movem, e das pessoas com quem convivem nesses espaços, desvalorizando-os através da locomoção e perdendo a noção de destino compartilhado. (...) O desenho urbano do século XIX tanto promoveu a circulação de um grande número de indivíduos quanto incapacitou o movimento de grupos ameaçadores, surgidos com a Revolução Francesa.¹⁰

Assim se percebe que o desenho da cidade nem de longe se apresenta como neutro ou dado ao acaso. Pelo contrário, muitas propostas específicas do século XIX e outras, que surgiram desde então, levaram determinados grupos a se preocuparem com as formas apresentadas pela cidade.

Porém, não menos importante do que pensar a cidade sob uma visão mais ampla, buscando apreendê-la no seu todo, é entendê-la de uma forma relacional. De acordo com Kevin Lynch, urbanista dedicado ao estudo de grandes cidades norte-americanas durante as

⁹ Idem, p. 16.

¹⁰ Idem, p. 264-265.

décadas de 1950 e 1960, mais especificamente na sua obra *A imagem da cidade*¹¹, o significado da cidade ou de suas partes é decorrente da relação entre o sujeito que observa e o objeto observado.

Desta forma, o autor elenca cinco elementos físicos que compõem a paisagem urbana, sendo eles: vias, limites, bairros, pontos nodais e marcos. Para Lynch, cada um destes elementos, apesar de não existirem de forma isolada na cidade, apresenta um sentido próprio para o morador que o observa. Assim, o tempo em que o sujeito nela mora, o maior ou menor contato que estabeleceu com esta ou aquela rua, ou mesmo a proximidade ou não que assume para o morador, determinará o sentido e o valor destes elementos físicos. De acordo com Lynch:

Nada é vivenciado em si mesmo, mas sempre em relação aos seus arredores, às seqüências de elementos que a ele conduzem, à lembrança de experiências passadas (...) Cada cidadão tem vastas associações com alguma parte de sua cidade, e a imagem de cada um está impregnada de lembranças e significados.¹²

Discutir a cidade a partir das memórias construídas pelos seus moradores é, de certa forma, entender os sentidos subjetivos que se constroem sobre e para ela ou, como diz Lynch, valorizar as “lembranças e significados” presentes nos elementos da cidade.

Em *Cidades invisíveis*¹³, Ítalo Calvino coloca frente à frente Marco Pólo e o Imperador dos Tártaros, o Grande Kan. Deste diálogo ficcional entre o mercador veneziano e o imperador oriental resulta a descrição de 55 cidades. As cidades de Calvino não podem ser encontradas senão na literatura. Entretanto, os temas abordados não raro aparecem nas falas de moradores de Marechal Cândido Rondon com quem pude conversar. As memórias, os símbolos, os desejos e até mesmo as cidades ocultas perpassam as suas descrições a mim narradas.

A descrição feita por Calvino da cidade de Zaíra, por exemplo, é sem dúvida muito instigante para se pensar as relações entre cidade e memória. Nas palavras do autor:

Poderia falar de quantos degraus são feitas as ruas em forma de escada, da circunferência dos arcos dos pórticos, de quais lâminas de zinco são recobertos os tetos; mas sei que seria o mesmo que não dizer nada. A cidade não é feita disso, mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado. (...) A cidade se embebe como uma esponja

¹¹ LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

¹² Idem, p. 1.

¹³ CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

dessa onda que reflui as recordações e se dilata. Uma descrição de Zaíra como é atualmente deveria conter o passado de Zaíra. Mas a cidade não conta seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado pelos arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras.¹⁴

Mas, a cidade não está do mesmo modo aos olhos de todos. Não significa a busca por uma descrição íntegra e vazia do espaço urbano, afinal, como coloca Calvino, esta não é feita dos elementos materiais que contém, “mas das relações entre as medidas do seu espaço e os acontecimentos do passado”. Isso não significa dizer que os acontecimentos são tomados como dados; mas entendidos de acordo com a importância que assumem na vida dos sujeitos que os vivenciam.

Apesar de se propor o estudo das memórias dos trabalhadores que vivem a situação de ex-trabalhadores rurais, sabe-se que as trajetórias e experiências dos entrevistados extrapolam tais hierarquias e/ou categorias. As suas experiências históricas se relacionam com uma gama variada de outras identidades em processo permanente de constituição. Categorias como etnia ou gênero, por exemplo, são sobrevalorizados pelos entrevistados em determinados momentos de suas narrativas. Constroem-se, assim, apelos a identidades que se modificam durante a fala, quebrando desta forma com uma idéia de uma identidade única, uma questão que entendo como fundamental para pensar historicamente este objeto.

De grande valia foram os estudos de Stuart Hall, principalmente pelo trabalho que fez ao historicizar a própria noção de identidade. Em sua obra, intitulada *Identidade Cultural na pós-modernidade*¹⁵, Hall associa a origem do “indivíduo”, entendido como sujeito humano dotado de identidade própria, ao surgimento da sociedade moderna. Uma apresentação ainda que breve de sua proposta talvez ilustre os caminhos pelos quais também se buscará pensar as questões próprias à constituição destas identidades.

Segundo o autor, a identidade moderna, fruto do pensamento iluminista, influenciada pela Reforma religiosa e pelo conjunto de transformações que marcaram o fim do período medieval, apresentava características próprias: o sujeito era indivisível e conservava uma essência, era um ser:

Dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo ‘centro’ consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o

¹⁴ Idem, p. 15-16

¹⁵ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7 ed. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou idêntico a ele – ao longo da existência do indivíduo.¹⁶

Mas, de acordo com Hall, assim como as mudanças que levaram ao desenvolvimento da sociedade moderna trouxeram consigo a lógica da identidade; o desenvolvimento da modernidade levou à uma reformulação da própria concepção de identidade. Assim, com o desenvolvimento social, e aqui devo mencionar o desenvolvimento dos Estados-Nações e o aumento da complexidade das relações entre os sujeitos, principalmente a partir do século XIX, uma nova concepção de identidade passa a se firmar. A idéia do ser social, do sujeito sociológico passa a se sobrepor à idéia de indivíduo.

Diz o autor que dois importantes eventos contribuíram para a construção desta nova noção de indivíduo. O primeiro foi a “biologização” do indivíduo, decorrente dos estudos de Darwin. O homem racional e centrado de Descartes foi aos poucos sendo substituído pelo ser ligado à natureza. O segundo elemento fundamental foi o surgimento das novas ciências sociais, que passaram a pensar o indivíduo enquanto membro de um grupo, que é parte e interage com a estrutura. Destarte:

De acordo com essa visão, que se tornou a concepção sociológica clássica da questão, a identidade é formada numa “interação” entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem.¹⁷

Por fim, Stuart Hall identifica uma terceira forma de apresentação da identidade, ou, o que para alguns é entendido como uma crise de identidade, que é aquela entendida como a do “sujeito pós-moderno”. Uma identidade marcada por contradições, fragmentada e, por ser historicamente definida, se apresenta de diferentes maneiras de acordo com os diferentes momentos. Como diz Hall: “o sujeito, previamente vivido, como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias e não resolvidas”¹⁸.

Um dos pontos fundamentais para se começar a entender esta nova aceção característica da então “pós-modernidade”, ou “modernidade tardia”, é o impacto da “globalização” sobre as identidades culturais. Enquanto as sociedades “tradicionais” seriam

¹⁶ Idem. p. 10.

¹⁷ Idem. p.11.

¹⁸ Idem, p. 12.

caracterizadas por alterações lentas, em que o peso da tradição evoca a repetição e desacelera as mudanças, as sociedades modernas se apresentavam como de mudanças constantes, rápidas e permanentes. Isto se deve ao contato cada vez mais freqüente entre pessoas nas diferentes partes do globo, obrigando os que se dedicam a pensar identidades a incluírem palavras como descontinuidade, fragmentação, ruptura e contradição em seus vocabulários:

Nenhuma identidade singular – por exemplo, de classe social – podia alinhar todas as diferentes identidades com uma “identidade mestra” única, abrangente, na qual se pudesse, de forma segura, basear uma política. As pessoas não identificam mais seus interesses sociais exclusivamente em termos de classe; a classe não pode servir mais como um dispositivo discursivo ou uma categoria mobilizadora através da qual todos os variados interesses e todas as variadas identidades das pessoas possam ser reconciliadas e representadas.¹⁹

Perceber até que ponto os entrevistados assumem novas e diferentes identidades é um dos desafios deste trabalho. Ao serem discutidos enquanto trabalhadores, espera-se que tal postura não homogeneíze a multiplicidade de trajetórias constituídas nas experiências de classe vividas. Mas, que as possíveis identidades constitutivas e constituintes das memórias sejam também problematizadas na produção do conhecimento histórico.

Deste modo, identidade e memória aparecem como categorias históricas chaves para minha discussão. Se entendo identidades a partir da sua multiplicidade, fragmentação e contraditoriedade, com a memória isso não se dá de forma tão diferente. A tentativa, aqui, será a de perceber a memória dentro da conflituosidade em que a identidade se refaz.

Dentre os vários autores que se preocuparam com as questões da memória, destaco a influência de Michael Pollak em meu texto, mais especificamente o artigo *Memória, Esquecimento e Silêncio*²⁰. Na sua problematização, a memória aparece justamente como um campo de disputa. Buscou o autor, por meio de exemplos empíricos, argumentos para ressaltar a importância de outros elementos, como o esquecimento e o silêncio.

O silenciamento presente nas memórias pode ser percebido quando Pollak discute, por exemplo, a tentativa de produção de uma memória oficial pelos governantes da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Essa memória, que desconsiderou quase em sua totalidade as especificidades das diferentes nacionalidades que compunham o bloco soviético, se pautava em um conjunto de relações de poder. Por um lado, os dirigentes do Partido e sua

¹⁹ Idem, p. 20-21

²⁰ POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. in *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Edições Vértice, v. 2, n.3, 1989.

proposta homogeneizadora e, por outro, os membros que ainda se identificavam com as identidades nacionais, silenciadas durante algumas décadas.

Todavia, o silêncio a que teriam sido submetidos não significou o êxito do Estado. E, na construção do seu projeto, uma vez que mesmo silenciadas, as memórias proibidas continuavam existindo, só que de forma “subterrânea”, como denomina o autor. Memórias que se mantinham e esperavam o momento específico para ressurgirem. Conforme sublinha Pollak, “o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais.”²¹

Mas, ainda segundo Pollak, essas disputas pela memória não ocorrem apenas em um nível macro, a partir da intervenção do Estado. Elas também se dão na relação dos grupos minoritários com a sociedade em que se inserem, como no caso dos sobreviventes dos campos de concentração, estudados por Pollak, que retornaram à Alemanha ou à Áustria após serem libertados.

O silêncio, neste caso, foi uma forma encontrada pelos sobreviventes para garantir a convivência com aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a deportação. Conforme pondera o autor, “não provocar o sentimento de culpa da maioria torna-se então um reflexo de proteção da minoria judia”²². Somam-se a isto, primeiro, o sentimento de culpa de parte das vítimas, uma vez que um número considerável de judeus participaram das atividades de gestão e organização dos campos de concentração; e por fim, o próprio momento do retorno, em que, segundo Pollak, “o investimento de todas as energias na reconstrução do pós-guerra exauriu a vontade de ouvir a mensagem culpabilizante dos horrores do campo”.²³

Espera-se que os exemplos tratados por Pollak, não sejam entendidos como modelos para se pensar a memória. Pretende-se que as categorias como “esquecimento”, “silêncio” e o “não-dito” sirvam de inspiração para problematizar as memórias dos entrevistados nesta investigação. E, ainda, que os “silêncios” possam ser melhor problematizados em determinadas entrevistas, pois sabe-se que eles estiveram presentes todas as vezes em que o gravador foi ligado. Cabe ao historiador a difícil tarefa de percebê-los, já que na maioria das vezes não são apresentados de forma explícita.

Ainda em se tratando de memórias, faz-se necessário problematizar alguns pontos acerca da sua produção, ou seja, da sua relação/produção com a História Oral. Os textos de

²¹ Idem, p. 5.

²² Idem, p. 5.

²³ Idem, p. 6.

Alessandro Portelli contribuíram sobremaneira para a minha pesquisa. Dentre suas principais preocupações, defende o autor que o estudo das memórias e da história deve buscar não aquilo que é comum a um determinado grupo/classe e que os torna homogêneos, mas a maneira como os sujeitos constroem estas memórias no interior de um campo de “possibilidades compartilhadas”:

A história oral e as memórias, pois, não nos fornecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias. A dificuldade para organizar estas possibilidades em esquemas compreensíveis e rigorosos indica que, a todo momento, na mente das pessoas se apresentam diferentes destinos possíveis. Qualquer sujeito percebe estas possibilidades à sua maneira, e se orienta de modo diferente em relação a elas. Mas esta miríade de diferenças individuais nada mais faz do que lembrar-nos que a sociedade não é uma rede geometricamente uniforme como nos é apresentada nas necessárias abstrações das ciências sociais, parecendo-se mais com um mosaico, em que cada fragmento (cada pessoa) é diferente dos outros, mesmo tendo muita coisa em comum com eles, buscando tanto a própria semelhança como a própria diferença. É uma representação do real mais difícil de gerir, porém parece-me ainda muito mais coerente, não só como reconhecimento da subjetividade, mas também como a realidade objetiva dos fatos²⁴.

As palavras de Portelli me ensinaram, principalmente, a respeitar a capacidade de decisão dos sujeitos frente às situações vividas e postas pela realidade narrada. Desdobra-se disso, a negação de qualquer perspectiva que busque pensar a história a partir de modelos explicativos. Conforme o autor, “a sociedade não é uma rede geometricamente uniforme”, mas um campo de compartilhamento de possibilidades marcado por semelhanças e diferenças nas ações dos sujeitos.

O reconhecimento das individualidades, contudo, não significa a defesa de um atomismo social resumido na ação única e exclusiva do sujeito. Apesar da construção da memória ser um ato individual, ela não se desprende da “realidade objetiva dos fatos”. Ou seja, um diálogo com o lugar social daquele que a produz.

No campo destas minhas preocupações metodológicas cabe ainda alguns outros apontamentos. Em relação aos procedimentos que eu utilizava no processo de gravação, além de apresentar a proposta da pesquisa, buscava construir uma relação de confiança com os entrevistados, ressaltando a importância dos relatos para este trabalho.

²⁴ PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo* [Revista do Departamento de História da UFF], n.2, dez. 1996. p. 8-9.

Quanto à escolha destes, ela não seguiu critérios rígidos de seleção, uma vez que se deu concomitantemente ao desenvolvimento do trabalho. O auxílio de colegas e amigos que há mais tempo residem na cidade, ou mesmo daqueles que já haviam sido entrevistados, constituiu uma rede de contatos que me levava a novas entrevistas. Entretanto, para a realização das mesmas considerei o equilíbrio entre o número de homens e mulheres, além de buscar pessoas que residissem em bairros distintos na cidade.

Cabe sublinhar, ainda, que a História Oral não foi o único caminho adotado neste trabalho. Na problematização do processo de saída dos trabalhadores do meio rural, serviram como referência os próprios estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), principalmente aqueles referentes à distribuição populacional. Ainda que não se pretendesse fazer uma avaliação demográfica da população rural e urbana, foi válido que se situasse esse processo também em termos quantitativos.

Somam-se a estas fontes do IBGE o material produzido a nível local, de maneira mais específica, as consultas realizadas ao arquivo da Rádio Difusora. É válido destacar a infinidade de notícias diárias que lá se encontram impressas. Nas pesquisas que realizei na rádio, mais especificamente em relação ao noticiário “*Frente Ampla de Notícias*”, tive contato com uma gama bastante variada de reportagens cotidianas. Embora apenas algumas delas foram referenciadas no texto, a pesquisa no arquivo enriqueceu significativamente meu olhar na formulação de perguntas neste trabalho.

O noticiário “*Frente Ampla de Notícias*” continua sendo levado ao ar de segunda-feira a sábado, no horário das 12h15 às 13h00. Na rádio encontra-se arquivado todo material noticiado desde a primeira edição do programa, em 1966, sendo que uma grande parte foi consultada nesta pesquisa.

Ainda sobre as fontes que serviram de base para este trabalho, gostaria de destacar o material levantado junto à Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon. Em pesquisas que fiz neste arquivo, busquei estabelecer um recorte mais específico, limitando-me aos documentos produzidos a partir da década de 1970. Chamou-me a atenção o modo como a cidade parecia se modificar a partir daquele conjunto de papéis e assinaturas formais. Registro de incorporações de áreas rurais ao perímetro urbano, de legalização de loteamentos, das obras de pavimentação, entre outros. Documentos que nem sempre serão citados e discutidos de forma direta, mas que ajudaram a perceber parte desta dinâmica urbana. Sabe-se que são muitos os interesses que se colocam em torno daqueles documentos todos. A incorporação desta ou daquela área rural em espaço urbano não se deu por acaso, mas, provavelmente,

esteve associado à valorização de determinados locais, propriedades, etc. Entretanto, ali também não estavam apenas os interesses de uma possível e única elite política e econômica. Tratava-se da materialização de uma disputa de forças pela e na cidade, que aos poucos dava a ela novas configurações e formas que, cada vez mais, precisavam ser controladas, como veremos no decorrer deste trabalho.

Ainda a respeito das preocupações acerca das fontes que foram trabalhadas, mais especificamente em relação às fontes orais, destaco que totalizaram doze gravações. Elas foram realizadas de 2007 a 2009 e perfizeram um total de 17 entrevistados, sendo sete homens e 10 mulheres.

Apresentadas as fontes a serem trabalhadas e os referenciais teóricos-metodológicos que serviram de inspiração, sejam eles sobre cidade, memória, identidade ou História Oral, encaminho a estruturação deste trabalho da seguinte maneira.

No primeiro capítulo, intitulado “O campo a partir da cidade nas memórias de ex-trabalhadores rurais”, serão discutidas as memórias de moradores ex-trabalhadores rurais de Marechal Cândido Rondon acerca de seus viveres passados no campo. Discutirei os processos de saída do campo, principalmente a partir da década de 1970, buscando problematizar as dinâmicas que os levaram a trocar o meio rural pela cidade. Para tanto, fez-se necessário um breve diálogo com alguns trabalhos que se propuseram a pensar este processo em um nível regional e local. Todavia, foi através da História Oral que busquei entender os significados construídos sobre o período em que viveram no campo. O objetivo é perceber os sentidos presentes nas memórias, assim como as expectativas que narraram em relação ao período. Todos estes elementos serão pensados a partir de uma problematização dos lugares sociais de onde falam os entrevistados. Assim, tanto os lugares de onde se produzem essas memórias, como os seus conteúdos, serão entendidos de forma relacional.

No segundo capítulo, intitulado “Memórias e viveres rural-urbanos em Marechal Cândido Rondon”, dedico-me a pensar os viveres dos trabalhadores rurais a partir da mudança para a cidade. Busco, com isso, entender as formas como reelaboram práticas e valores nas vivências no espaço urbano. A chegada à cidade, apresentada como um marco na trajetória de muitos, ao que parece, não significou o rompimento com todo o universo de costumes construídos no campo, os quais influenciaram nas tomadas de decisões e formas de comportamento após ocuparem o espaço urbano. São práticas que se fazem na esfera da vida cotidiana, como por exemplo, o uso do solo urbano que muitos ainda utilizam como área de cultivo. Ainda no escopo destas preocupações, buscarei discutir estratégias construídas e

maneiras como vivenciam o mundo do trabalho na cidade. Posicionamentos que vão da resistência à sujeição, mas que não se colocam com indiferença em relação às novas formas de viver e trabalhar que a eles foram apresentadas. Por fim, neste capítulo pretendo pensar a cidade enquanto objeto de disputa, seja entre os próprios moradores, seja na relação destes com o poder público. As tentativas deste em controlá-la serão destacadas neste momento, assim como as experiências dos moradores. Tanto as leis e projetos arquivados na Câmara Municipal, como as entrevistas, servirão como base desta proposta.

No terceiro capítulo, intitulado “Dinamicidades rural-urbanas na Feira do Produtor Agropecuário”, as preocupações giram em torno da problematização das dinâmicas rural-urbanas existentes na Feira do Produtor Agropecuário de Marechal Cândido Rondon. Constituída na cidade desde a década de 1960, a feira será entendida como mais do que um simples ponto de comercialização de produtos agrícolas. Será problematizada, principalmente, como um espaço em que práticas rurais e urbanas se relacionam na vida dos seus usuários/praticantes. A feira, assim, será pensada como um microcosmo onde se articulam experiências de trabalhadores e ex-trabalhadores rurais e que potencializa as relações destes com outros moradores da cidade. Para tanto, as entrevistas com alguns feirantes servirão como base para discutir as maneiras como narram a suas vivências na feira e, consequentemente, como experimentam o urbano. De maneira relacional com as experiências destes sujeitos, serão pensadas as próprias transformações sofridas pela feira. Estas servirão tanto de indicativo para perceber mudanças no espaço urbano e em suas tentativas de organização, como nas relações que os moradores passam a estabelecer com e na cidade.

Capítulo I

O campo a partir da cidade nas memórias de ex-trabalhadores rurais

A vida no campo se apresentou de formas variadas para os sujeitos desta pesquisa. Termos como colono, camponês, lavrador, homem do campo, trabalhador rural ou agricultor são exemplos de denominações dadas a estes homens e mulheres que, em determinados momentos, vivenciam ou vivenciaram experiências de viver e trabalhar no campo. Devido à variedade de sentidos atribuídos a estas noções, elas se tornam vagas se não devidamente historicizadas.

É preciso algum cuidado para que a multiplicidade de experiências vividas não seja também homogeneizada, ou mesmo “enquadrada” dentro de tais categorias. Afinal, se mesmo dentro de um mesmo lugar assumem significados distintos, isso se potencializa em relação aos recortes espaço-temporais mais amplos que os envolvem.

Respeitado os significados dos termos mencionados (de um modo geral eles compartilham de um elemento específico), todos se fazem na relação que estabelecem com o urbano. Falar em rural ou em campo, por exemplo, só faz sentido quando se pensa a partir do urbano ou da cidade. Uma relação que não necessariamente se coloca como antagônica, mas que em alguns casos se assume como tal.

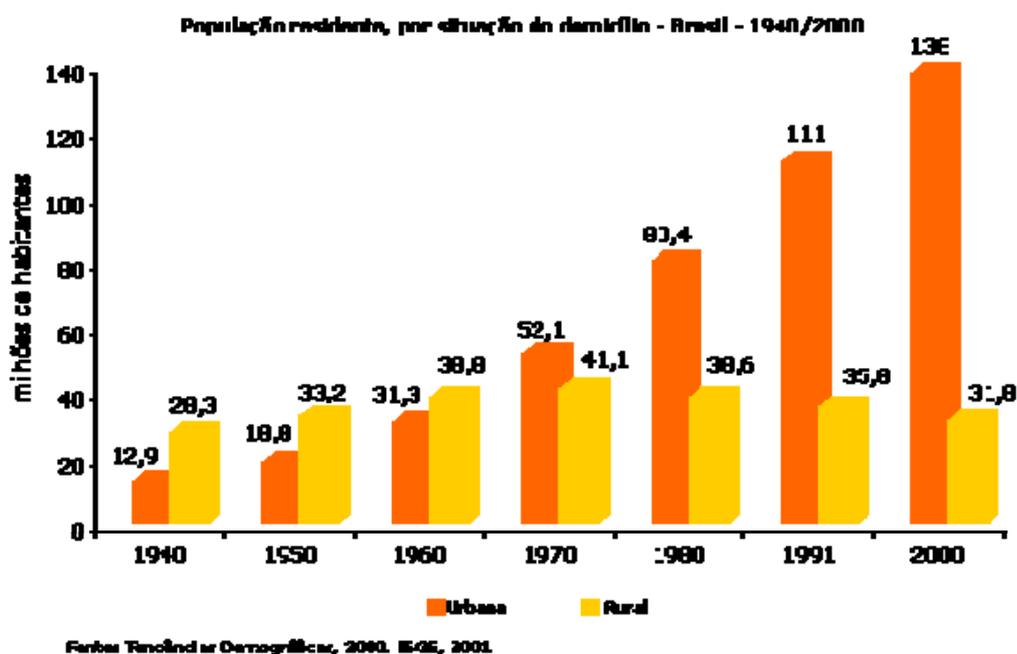
Nesta direção, dialogarei com memórias de moradores de Marechal Cândido Rondon acerca de seus viveres no campo. Memórias estas entendidas como respostas a angústias, frustrações e conquistas de um presente que agora se refaz no contato e vivência com e no meio urbano. Desta forma, buscarei perceber os significados construídos por eles no presente sobre o tempo em que viveram no campo, assim como as expectativas com que narraram o período antecedente à vida urbana, inclusive da possibilidade ou não da saída do meio rural. O conjunto variado de trajetórias dos entrevistados estendeu o recorte temporal para entre a década de 1950 e os anos 2000. Todavia, esta pesquisa está preocupada com as transformações, especialmente postas a partir dos anos de 1970.

É por meio das entrevistas que se pretende dialogar com as trajetórias dos moradores de Marechal Cândido Rondon e perceber, assim, a forma como rememoram suas experiências no campo, constituindo narrativas sobre os diferentes momentos em que viveram o meio rural.

É uma construção sempre articulada ao presente de onde se narra, o que não impossibilita, por outro lado, de se utilizar de análises quantitativas que podem contribuir com o desenvolvimento do trabalho na intenção de se pensar as relações campo/cidade.

Uma das preocupações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é a relação entre a população rural e urbana no país. Os dados produzidos ajudam a pensar tais dinâmicas entre a população residente no campo e na cidade. O gráfico abaixo representa a situação nacional entre as décadas de 1940 e anos 2000.

Figura 02

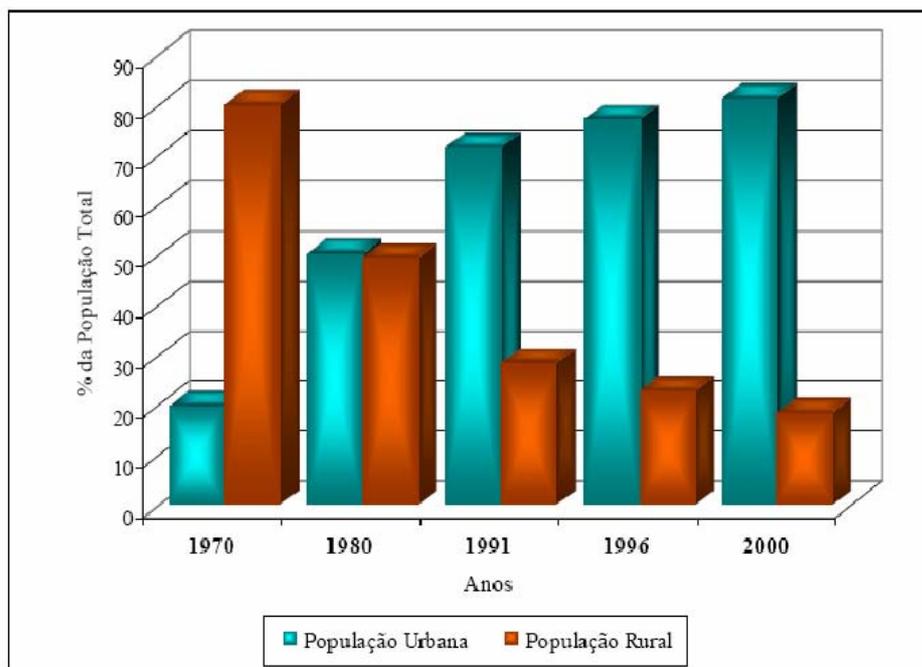


Como se percebe, até a década de 1960 a população brasileira, que era predominantemente rural, foi se caracterizando como urbana no sentido da disposição em relação a estas realidades. Enquanto o número total de moradores da cidade quase triplicou entre os anos de 1970 e 2000, os do campo sofrem uma queda superior a 20%, próxima à casa dos 10 milhões de habitantes. Assim, a população urbana do país, que na década de 1970 era de 52,1 milhões, passou para 138 milhões nos anos 2000. Já em relação à população rural o processo foi decrescente: dos 41,1 milhões que viviam no campo em 1970, o número passou para 31,8 milhões em 2000.

Com relação ao Estado do Paraná, a situação não é diferente. Apesar de dispor de dados apenas partir da década de 1970, o que se tem a partir desse momento é um decréscimo da população rural em detrimento da urbana, conforme o gráfico abaixo:

*Figura 03*²⁵

Evolução da População segundo situação de domicílio - Oeste do Paraná - 1970/2000



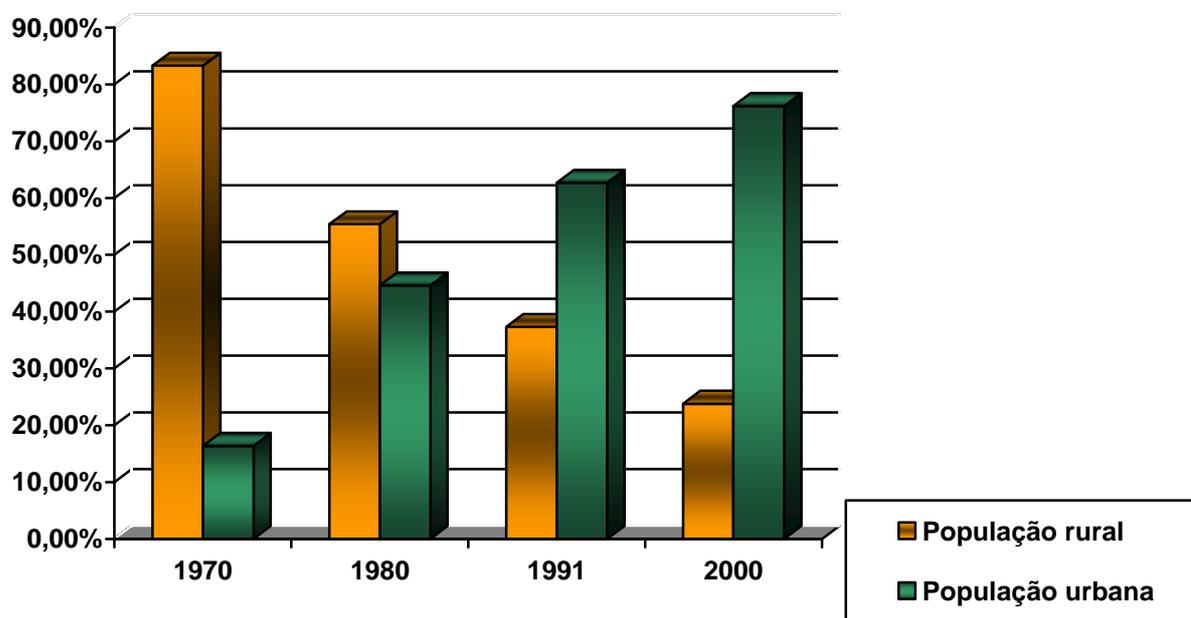
Fonte: RippeI (2005, pg.122)

De acordo com o gráfico apresentado, a proporção entre moradores da cidade e do campo se inverteu nos últimos trinta anos. Se no Paraná, em 1970, quase 80% da população vivia no campo, nos anos 2000 o grau de urbanização ultrapassa os 80%, concentrando a grande maioria da população nas cidades.

Por fim, a tabela a seguir auxilia na visualização desta distribuição populacional em nível municipal:

²⁵ Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_445.pdf . Acesso em 20 de julho de 2008.

Figura 04. Distribuição da população rural e urbana de Marechal Cândido Rondon – 1970/2000.²⁶



No âmbito municipal esse índice tem uma leve queda, mas não destoia muito da média do Estado. Dos 41.007 habitantes que viviam no município em 2000 (de acordo com o censo 2007 o número atual é de 44.562), 76,20% vivem na cidade.²⁷ Ainda em relação à distribuição populacional no município, cabe destacar que foi a partir da década de 1980 que os moradores da cidade superaram numericamente os do campo. Diferentemente do que aconteceu em nível nacional, em que essa inversão se concretizou ainda nos anos 1960.

Todavia, como dito anteriormente, não é objetivo deste trabalho desenvolver uma discussão quantitativa destas mudanças, mas pensá-las qualitativamente a partir das experiências daqueles que vivenciaram tais processos, e perceber como experimentaram estas mudanças e, principalmente, como as rememoram. Afinal, o panorama apresentado em números e gráficos não dá conta de pensar a natureza conflituosa, dinâmica e processual que estas relações entre campo e cidade são vividas.

A quantidade expressiva de material produzido e referenciado por sociólogos, geógrafos e historiadores a respeito da saída do homem do campo ou, como também é denominado, êxodo rural, é tamanha, que qualquer tentativa de sistematização seria no

²⁶ Fonte: IBGE, 2000. In: LAVERDI, Robson. *Tempos diversos, vidas entrelaçadas: trajetórias itinerantes de trabalhadores no Extremo-Oeste do Paraná*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.

²⁷ Disponível em: http://ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=85960&btOk=ok. Acesso em 12 de agosto de 2008.

mínimo arriscada. Nestes trabalhos, um dos pontos que considero indispensável para o entendimento da questão foi o destaque à relação imediata da implantação das máquinas na agricultura e a decorrente “expulsão” do homem do campo para as cidades. A “Revolução Verde”, como foi denominada, seria a principal responsável por transferir as massas do campo para as cidades.

Deste conjunto, dedico atenção especial ao trabalho da geógrafa Mirian Hermi Zaar, *A Produção do Espaço Agrário: da colonização à modernização agrícola e formação do Lago de Itaipu*²⁸. Zaar faz um recorte espacial que abrange os municípios de Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Quatro Pontes, Pato Bragado e Entre Rios (sendo que estes quatro últimos foram distritos de Marechal Cândido Rondon até o ano de 1992) e, conforme explicita o título, se preocupou em discutir a produção do espaço agrário a partir de três momentos que percebeu na região: a colonização, a modernização agrícola e a formação do Lago de Itaipu.

A diferenciação que estabeleceu entre os três processos não os desvincula de um elemento maior, o “sistema econômico de reprodução”. Já na introdução destaca a autora:

Percebemos então, a importância em analisarmos a construção do espaço agrário local, mostrando de que forma o homem e o meio são subjugados pelo sistema econômico de reprodução em que vivem. Sistema econômico este, que de forma contraditória, trouxe ao mesmo tempo benefícios para alguns e prejuízos para outros.²⁹

Apesar de perceber as consequências contraditórias geradas por aquilo que denomina como “sistema econômico de produção”, a autora afirma ser este que determina a ação dos homens e, conseqüentemente, a organização do espaço. Afinal, é na condição de “subjugados” que os homens são compreendidos. A premissa acompanhou todo o desenvolvimento da obra. Como se percebe desde o primeiro capítulo, em que se preocupou com uma discussão teórica sobre a atuação do Estado na produção do espaço, parece não ter sobrado lugar para a ação dos demais agentes:

A classe econômica dominante, ao obter um controle especial sobre o trabalho, no processo de produção capitalista, estende igualmente seu poder ao Estado e outras instituições, traduzindo-se numa sociedade de classes dominada pela burguesia e pela política de dominação do Estado.³⁰

²⁸ ZAAR, Mirian Hermi. *A Produção do Espaço Agrário: da colonização à modernização agrícola e formação do Lago de Itaipu*. Cascavel: Edunioeste, 1999.

²⁹ Idem, p.15

³⁰ Idem, p.26

Fiel ao seu posicionamento teórico, Zaar dedicou o segundo capítulo especialmente para pensar a “colonização”³¹, a “modernização da agricultura” e a construção da hidrelétrica de Itaipu, com seu consequente alagamento. Nos três casos, o binômio Estado/“classe econômica dominante” ditou os rumos para a construção do espaço. Mais especificamente sobre a discussão que estabelece sobre a “modernização da agricultura”, diz a autora:

Assim, o Estado criou, através das instituições, condições para que a reprodução e a acumulação do capital industrial e financeiro se concretizasse, resultando em estratégias e valores impostos, a fim de serem interiorizados, levando a um processo de doutrinação em massa que conduza a uma maior racionalidade.³²

Quando me proponho a discutir as experiências dos trabalhadores rurais na cidade de Marechal Cândido Rondon, não nego que elas estiveram diretamente relacionadas às propostas do Estado. Todavia, assumi-lo como elemento determinante, significa retirar toda e qualquer possibilidade de ação de outros protagonistas. Acima de tudo, significa entendê-los enquanto receptores passivos de um processo de “doutrinação” imposto pelo Estado, que atende mecanicamente aos interesses de uma “classe dominante”.

A parte final da obra de Zaar é destinada, principalmente, ao diálogo com as entrevistas realizadas com os agricultores. Através delas, o período da “colonização” apareceu figurado como um passado saudosista. De acordo com a autora, “todos disseram sentir saudades da forma como as pessoas viviam, da unidade comunitária existente no início da colonização”³³.

O momento posterior, quando se iniciou a “modernização agrícola”, foi fragmentado em duas partes. Inicialmente, as entrevistas enfatizavam os aspectos positivos da mecanização. Nas palavras de Zaar, “todos os agricultores entrevistados entenderam o processo de mecanização da agricultura como positivo ao desenvolvimento”. Por fim, apresentou, através das entrevistas, as consequências negativas da modernização: a queda dos preços dos produtos, a alta dos juros e o endividamento por parte dos agricultores. Como resultado, acontece a mudança dos trabalhadores agrícolas para a cidade.

³¹ O uso das aspas neste caso tem a função de não naturalizar o termo colonização. Tal preocupação é posta tendo em vista que o termo em questão muitas vezes foi utilizado para justificar diferentes processos de disputas desiguais de forças, dando legitimidade a determinados grupos ou sujeitos.

³² Idem, p.31.

³³ Idem, p.110.

Outro trabalho que compõe a bibliografia produzida na região e que ajuda a problematizar algumas questões referentes às novas relações no campo é a dissertação de Marli T. S. Schlosser. Preocupada em discutir o processo de mecanização do campo em Marechal Cândido Rondon, a dissertação, defendida em 2001, possibilita pensar alguns outros problemas. No trabalho intitulado *Nas Ondas do Rádio: a viabilização da modernização agrícola no Oeste do Paraná (1960 – 1980)*, Schlosser estudou os discursos modernizadores que serviram aos interesses capitalistas, difundidos principalmente através de uma emissora local, a Rádio Difusora. Assim escreveu a autora:

Basicamente, o rádio pode ser observado neste trabalho como instrumento capaz de executar manobras políticas e como poder eficiente para mudar as técnicas agrícolas e as relações cotidianas, pois sua atuação é caracterizada pela enorme audiência.³⁴

Deste modo, em sua interpretação, a radiodifusão aparece como um importante instrumento nas mãos das classes dominantes, ajudando ao desenvolvimento do projeto de modernização do campo. O papel do rádio seria o de agir no plano simbólico. Ou ainda, na “mentalidade” dos “colonos”, para que estes não só aceitassem como também desejassem esta proposta de modernização. A eficácia do rádio, como propagador das idéias das elites, resultaria da sua inserção massiva no cotidiano dos trabalhadores rurais desde os anos de 1960 em toda a região.

Sobre a rádio, é preciso dizer que se tratava do principal meio de comunicação utilizado pelos agricultores, tendo presença na grande maioria das casas durante o período estudado. Além disso, grande parte da programação diária era composta por programas direcionados aos “homens do campo”. Assim, é inegável a importância desse veículo no cotidiano destes trabalhadores rurais. As mensagens chegavam todos os dias aos trabalhadores, tanto de forma mais direta, a exemplo das falas dos apresentadores, como de maneira indireta, contida nas letras das músicas executadas no rádio. Não faltam exemplos deste repertório. Provavelmente, muitos dos que viveram no campo entre fins da década de 1970 e 1980 ouviram a canção de Dom e Ravel intitulada *Obrigado ao Homem do Campo*:

*Obrigado ao homem do campo
Pelo leite o café e o pão
Deus abençoe os braços que fazem
O suado cultivo do chão*

³⁴ SCHLOSSER, Marli Terezinha Szumilo. *Nas Ondas do Rádio: A Viabilização da Modernização Agrícola no Oeste do Paraná. (1960 – 1980)*. Maringá: UEM, 2001. p. 220.

*Obrigado ao homem do campo
Pela carne, o arroz e feijão
Os legumes, verduras e frutas
E as ervas do nosso sertão*

*Obrigado ao homem do campo
Pela madeira da construção
Pelo couro e os fios das roupas
Que agasalham a nossa nação
Pelo couro e os fios das roupas*

Que agasalham a nossa nação

*Obrigado ao homem do campo
O boiadeiro e o lavrador
O patrão que dirige a fazenda
O irmão que dirige o trator*

*Obrigado ao homem do campo
O estudante e o professor
A quem fecunda o solo cansado
Recuperando o antigo valor*

*Obrigado ao homem do campo
Do oeste, do norte e do sul
Sertanejo da pele queimada
Do sol que brilha no céu azul*

*Sertanejo da pele queimada
Do sol que brilha no céu azul
E obrigado ao homem do campo
Que deu a vida pelo Brasil
Seus atletas, heróis e soldados
Que a santa terra já cobriu*

*Obrigado ao homem do campo
Que ainda guarda com zelo a raiz
Da cultura, da fé, dos costumes
E valores do nosso país*

*Obrigado ao homem do campo
Pela semeadura do chão
E pela conservação do folclore
Empunhando a viola na mão
E pela conservação do folclore
Empunhando a viola na mão³⁵*

Lançada em 1979 pela Copacabana Discos, a música pode ser entendida não apenas como “agradecimento” ao trabalhador rural, mas também como uma valorização do trabalho

³⁵ Dom e Ravel. *Obrigado ao homem do campo*. Copacabana Discos. Rio de Janeiro, 1979.

no campo em relação ao da cidade. A análise da letra permite alguns apontamentos. Primeiramente, percebe-se uma diferenciação interna identificada no “homem do campo”: “*O boiadeiro e o lavrador / O patrão que dirige a fazenda / O irmão que dirige o trator*”. Como se percebe, este “homem do campo” não aparece como um ser essencial, que representa todos os que trabalham no meio rural. Sua representação na letra da música não ignora o aspecto fragmentado e diversificado destes sujeitos. A diferenciação se dá tanto em relação àquilo que produz (agricultura ou pecuária), como na distinção social patrão-empregado.

Porém, muitos outros silêncios também podem ser percebidos na música. A eleição de determinados aspectos gera o conseqüente “esquecimento” de outros, por exemplo, quando citam os lugares daqueles que agradecem: “*do oeste, do norte e do sul*”. A escolha de tais regiões pode decorrer de uma idealização de “espaços característicos” da produção rural e se fez em detrimento das regiões que não foram citadas, como o Nordeste e o Centro-Oeste. Elementos ligados ao nacionalismo também podem ser percebidos. Versos como: “*Que deu a vida pelo Brasil*” ou “*E valores do nosso país*” exemplificam tal proposta. Todos estes aspectos apontam para o momento da produção da música, caracterizado pelos governos militares e pelos seus constantes apelos aos sentimentos nacionalistas. Por fim, percebe-se nos versos da letra da música uma tentativa de entender o homem do campo como o “depositário” de uma dita cultura a ser resgatada. Como aquele que preserva as “raízes”, que “conserva o folclore”, ou seja, o homem “*da cultura, da fé, dos costumes*”.

Se é inegável os usos que as elites fizeram, e ainda fazem, dos meios de comunicação em prol de seus interesses, cabe questionar a eficácia e os limites de tais usos. As perguntas que se colocam são: em que medida os meios de comunicação, neste caso o rádio, foram capazes de determinar as ações e vontades dos sujeitos? Ou ainda, qual o grau de liberdade destes sujeitos frente às propostas destas mesmas elites?

As respostas para tais perguntas não são simples e tampouco podem ser apresentadas sob formas quantitativas. Afinal, esta é uma disputa que também se desenvolve no campo simbólico, na subjetividade dos sujeitos. Tratam-se de trabalhadores que, aos poucos, foram modificando seus costumes, as formas de produção, incorporando novas técnicas, comprando máquinas e, muitas vezes, deixando o campo para viver na cidade. Alguns já expropriados da terra, outros com desejos diferentes.

Ainda a respeito destes discursos, coloca Schlosser:

Com efeito, os discursos projetados por interesses capitalistas, moldaram os costumes, obra particular com grau elevado de tecnificação, atuante na dinâmica das necessidades de mercado interno e externo, levando o agricultor a reformar seus hábitos no contexto das propostas executadas no campo.³⁶

De fato, há algo a mais em relação à importância destes discursos e suas contribuições no processo de mecanização do campo. No que concerne ao pensar essas mudanças a partir da visão dos que as vivenciaram, cabe mais uma observação: estes sujeitos que parecem não terem sido entendidos como ativos no processo, com suas capacidades de resistência, reformulação e, inclusive, quando o caso, de aceitação das propostas construídas neste campo de contradições que evidenciava.

Conforme defendeu Schlosser em seu trabalho, o processo de tecnificação do campo passou por duas fases: primeiramente, com a inclusão dos agricultores através da incorporação de novas técnicas e maquinários; e a posterior exclusão destes para as cidades ou para as novas fronteiras agrícolas. Consequentemente, o rádio, apresentado como propagador desta ideologia modernizante, teria testemunhado/atuado nestas fases.

Todavia, é preciso considerar que o conteúdo vinculado na imprensa não é simplesmente um reflexo mecânico das vontades das elites. Ele é resultado de um jogo de forças tanto entre estas próprias, como destas para com aqueles que propõem influenciar. São situações que, na maioria das vezes, se colocam como desiguais entre os envolvidos, mas que de qualquer forma não deixam de ser uma disputa.

Se, por um lado, a pesquisa mostrou a preocupação do rádio em difundir uma proposta de modernização no campo, como já foi colocado, por outro, a questão não se dava de forma tão simples. A própria rádio necessitava reelaborar algumas vezes os seus conteúdos, de acordo com as práticas vivenciadas na sociedade. Assim, o rádio é entendido não apenas como um instrumento que dissemina suas propostas, única e exclusivamente de acordo com seus interesses, mas que também responde às demandas provenientes de seu público. O trecho que segue coloca em termos práticos esta questão:

A agricultura em foco.

No dia de ontem tivemos oportunidade de conversarmos com vários senhores agricultores e foi debatido o problema da crise do dinheiro e do baixo preço dos produtos. Porém, fazendo uma comparação com o preço do salário mínimo, com a cerveja, sal e farinha, ainda com os preços de outras épocas, o amigo do interior não está em tão maus lençóis como o elemento

³⁶ Idem, p. 197.

da cidade. O preço do suíno está na base de 800 cruzeiros velhos por quilo, mesma coisa que uma cerveja. O salário está na base de 82 cruzeiros novos, algo incompreensível em comparação com épocas passadas. Em Quatro Pontes, existe um senhor, que durante o presente ano, com sua família, deverá vender aproximadamente 20 milhões de cruzeiros velhos, em suínos. Para a próxima semana estará vendendo para quase 10 milhões de cruzeiros. Quem trabalha na cidade, jamais em toda a sua vida vai conseguir juntar 5 ou 10 milhões, muito menos 20. Devemos ser otimistas, e encarar a situação com mais otimismo e ter um pouco mais de paciência. O povo está cheio de promessas, mas comparando com o que já foi feito, acreditamos que o governo de Costa e Silva venha na realidade ajudar em tudo, principalmente a agricultura e pecuária. Vamos para a frente, para o bem do Brasil e da região oeste do Paraná.³⁷

Como se percebe, as crises de produção e as baixas nos preços são elementos que não podem ser ignorados quando se fala em agricultura. Tornam-se relevantes não simplesmente por interferirem na arrecadação do município, mas pelo peso que assumem no cotidiano dos produtores rurais. Na matéria radiofônica em questão, o jornalista relativiza o problema da crise através da comparação que faz com o trabalhador urbano. Como coloca, “o amigo do interior não está em tão maus lençóis como o elemento da cidade”.

De uma maneira geral, o noticiário pode ser lido como uma tentativa de desmotivar o agricultor para qualquer projeto que tenha a cidade como opção naquela conjuntura. Mesmo reconhecendo as dificuldades atravessadas pelo trabalhador rural, o exemplo de arrecadação de um determinado produtor e as comparações de preços com os produtos agrícolas fundamentam a permanência no campo como solução. O trecho que sugere o otimismo e a paciência aos agricultores, enfatizando a necessidade de permanecerem no campo, data de março de 1967. É possível considerar que a cidade não foi somente um lugar de destino para trabalhadores rurais excluídos pela mecanização, a partir da década de 1970, mas que mesmo durante a década de 1960 já se colocava como tal.

Entretanto, o objetivo aqui não é fazer uma análise dos discursos produzidos pelos meios de comunicação. Conforme colocado, o caminho a partir do qual se pensa essa relação dos trabalhadores com o campo é feita com a problematização das memórias e experiências destes sujeitos. Para isso, foi fundamental a contribuição da História Oral como proposta de pesquisa, na qual busco perceber o homem como sujeito de sua história, capaz de agir e interferir dentro das situações que lhes são colocadas, ainda que permeadas pelas condições que os obrigam a adotar caminhos polarizados inflexíveis, ou seja, o campo ou a cidade.

³⁷ Frente Ampla de Notícias. Rádio Difusora. Edição 76 – 04 de março de 1967.

Não por acaso, inicio com uma problematização da narrativa de Seu Edgar Mauro Koch, de 77 anos, morador do município desde 1955 e da cidade desde 1972. Com uma trajetória marcada por idas e vindas, em que viveres rurais e citadinos se intercalam, Seu Edgar saiu do interior do Estado de São Paulo e chegou à região Oeste do Paraná com 17 anos, na companhia de sua família. Após cinco anos de trabalho na “roça”, decidiu buscar outro lugar para melhor construir a sua vida, mudando-se do Oeste para a cidade de Londrina, no Norte do Paraná. Quando indagado sobre esta primeira mudança no Estado, relembrou:

Porque a minha irmã, que veio passear, e que morava lá [Londrina], ela achô por bem que eu levasse uma vida diferente, pra não ficar o resto da vida gastando a minha juventude no meio de um matão assim, sem diversão, sem nada. E esse foi o motivo. Daí eu topei a proposta dela e fui junto. (...) Eu tinha guardado uns trocadinho, que eu fazia umas hortinha dias de feriado, assim... Feriados, muitas vezes no sábado, e vendia aquelas plantinhas e tinha um dinheiro pra arrumá meus dente. Daí eu falei pra ela – “eu tenho um dinheirinho, que é pra mim mandá faze a chapa”- que eu tava até banguela, que aqui não existia quase dentista, tinha mas era muito longe. Daí ela falô – “não, pode gastar a tua economiazinha, que depois lá eu cuido de você. O que te falta lá eu te alcanço né”. E até depois, depois, que nem eu falei, depois de três mês que ela me conseguiu um emprego, lá na cervejaria... Maltaria e cervejaria Londrina. E daí eu fiquei dois anos lá, trabalhando. (...) E daí eu consegui guardar uma economia pra quando voltasse. Depois dos dois anos eu pedi a demissão lá, eu até tenho a carta da demissão, posso te mostrar, tá guardada (...) E daí eu voltei pra Maripá, e com aquela economia eu comprei dois alqueires de mato.³⁸

De acordo com a fala do entrevistado, a cidade se apresentou como uma opção ainda na década de 1950. Se, por um lado, foi narrado pelo viés do trabalho, através do emprego na cervejaria que exerceu por dois anos e do qual faz questão de guardar a carta de pedido de demissão. Por outro lado, foi a concepção de cidade como local de diversão que motivou sua saída. Afinal, como narrou Seu Edgar, “pra não ficar o resto da vida gastando a minha juventude no meio de um matão assim, sem diversão, sem nada. E esse foi o motivo”.

A cidade, ao que parece, não foi capaz de garantir a permanência definitiva deste trabalhador. Dentre outros ganhos que tivera, os dois primeiros anos como trabalhador urbano lhe renderam economias que, conforme narrou, possibilitaram a compra de um pequeno pedaço de terra, e conseqüentemente, o retorno à região Oeste do Paraná.

A trajetória de Seu Edgar marca uma temporalidade que impõe uma fissura no horizonte da ocupação iniciada nos anos 1950. Diferentemente daquilo que se aplica como “o modelo de ‘colonização’ de Marechal Cândido Rondon”, em que famílias de colonos sulistas

³⁸ Entrevista de Edgar Mauro Koch, 77 anos, gravada em 20 de setembro de 2007.

foram trazidas pela companhia responsável para colonizarem a região³⁹, Seu Edgar ilustrou com sua trajetória a complexidade do processo de ocupação do Oeste paranaense.

A cidade de Londrina, onde Seu Edgar viveu durante os anos 1950, nem de longe pode ser comparada com a Paris do século XIX narrada por Baudelaire e depois estudada por Walter Benjamin. Entretanto, o sentimento de atração que a cidade de Benjamin exercia em muito se assemelha ao caso em questão. A vida no campo não fora mais a mesma para o entrevistado desde que conheceu a cidade. A sua permanência em Londrina significou muito mais do que a exploração de uma mão-de-obra barata, oriunda do campo, por parte do setor empresarial. Foi também o contato com outros valores e formas de concepção do trabalho, perspectivas de acumulação e, por que não, de novos prazeres e percepções.

Como que num jogo de forças entre o viver no campo e manter-se na vida urbana, Seu Edgar decidiu novamente buscar o “movimento” da cidade. A segurança da propriedade da terra, que no início dos anos 1960 já havia adquirido, não foi suficiente para fixá-lo no campo. Conforme segue a narrativa: “*daí eu tava bem, assim, já tinha o meu chãozinho... Só que já tinha acostumado lá no Norte, no movimento lá. E eu senti saudade e voltei, lá com a minha irmã (...)*”⁴⁰.

Esta foi a última morada de Seu Edgar no Norte do Paraná. Ele permaneceu por mais 11 meses, só que trabalhando na cidade de Arapongas. O tempo de estadia desta vez foi mais curto. O casamento com a mulher com quem vive até hoje aproximou-o novamente do campo. Na primeira metade da década de 1960, Seu Edgar retornou para o meio rural de Marechal Cândido Rondon, que hoje pertence ao atual município de Maripá.

De acordo com o apresentado, a trajetória de Seu Edgar se inicia com a vinda, juntamente com a família, do Estado de São Paulo até o Paraná em 1955. Após cinco anos, mudou-se para Londrina, na qual permaneceu por dois anos, até retornar a Marechal Cândido Rondon, em 1962. Ainda neste mesmo ano, alguns meses depois, voltou ao Norte do Paraná, desta vez para Arapongas. Por fim, após 11 meses e já na companhia da mulher, regressou à Marechal Cândido Rondon para se estabelecer na que havia adquirido outrora.

As memórias construídas sobre o período são marcadas por um misto de dificuldades e superações. Com analogia direta a uma narrativa bíblica, Seu Edgar encadeia os

³⁹ Sobre o assunto, ver SAATKAMP, Venilda. *Desafios, lutas e conquistas: história de Marechal Cândido Rondon*. Cascavel, ASSOESTE, 1984.

⁴⁰ Idem.

acontecimentos de sua primeira semana após o retorno. Os seis primeiros dias de serviço, que resultaram na construção do “rancho”, foram compensados com a mudança no sétimo dia:

Lá na minha terrinha tinha estrada, já tinham feito estrada, daí fomo à cavalo. Ela na garupa e fomo... E daí peguemo pra lascar coqueiro e palmito, pra fazer o rancho. Rodear e o palmito era pra fazer o telhado, e coberto de taubinha. (...) Daí nós fizemo as taubinha pra cobri, um ranchinho de quatro por cinco [4m x 5m], pra começar. Depois, fizemo um puxado ainda, uma varanda que chama. Então, dentro de uma semana eu e ela fizemos né. Pau no serviço! [risos] (...) Em uma semana, seis dias de serviço nós fizemos aquele rancho lá. Isso foi de segunda a sábado, chegemos sábado de noite na casa do meu pai. Daí ele falou – “Como é que tá o serviço lá?”. Falei – “Amanhã a mudança vai!”. (...) Daí o homem levou nós, entremo no rancho lá no domingo de manhã. Isso foi seis dias de serviço, no sétimo dia fomos morar dentro. Daí eu falei assim, acho que... Acho que não, porque eu tenho certeza que vamos ser abençoados, porque Deus fez o mundo em seis dias e no sétimo ele descansou. E nós fizemo em seis e no sétimo nós inauguramo o ranchinho...⁴¹

O período que daí se seguiu foi construído na memória de Seu Edgar como momentos de trabalho na roça e do próprio desenvolvimento de sua pequena propriedade. Todavia, a mudança foi uma constante em sua trajetória. Ainda na década de 1970, depois de duas investidas nas dinâmicas urbanas, de Londrina e Arapongas, a cidade reapareceu como outra opção. Desta vez o atrativo não era mais o “movimento”, percebido no Norte do Paraná, mas algumas possíveis soluções para problemas que seriam encontrados em Marechal Cândido Rondon.

Entender a mudança como uma “opção” não significa atribuir uma autonomia irrestrita aos sujeitos. As trajetórias dos trabalhadores analisadas aqui são pensadas dentro daquilo que E. P. Thompson percebe como uma “autonomia relativa”. Como resposta ao “marxismo vulgar”, principalmente em relação aos usos que fazem de um modelo explicativo baseado na relação “base e superestrutura”, segue o autor:

A transformação histórica acontece não por uma dada “base” ter dado vida a uma “superestrutura” correspondente, mas pelo fato de as alterações nas relações produtivas serem *vivenciadas* na vida social e cultural, de repercutirem nas idéias e valores humanos e de serem questionadas nas ações, escolhas e crenças humanas.⁴²

Neste sentido, os sujeitos fazem suas escolhas a partir de um leque de possibilidades assim constituídas. As crises financeiras, as mudanças nas formas de produção e, em um

⁴¹ Idem.

⁴² THOMPSON, E.P.. *A peculiaridade dos ingleses e outros escritos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

sentido mais amplo, as próprias modificações no sistema capitalista interferem na tomada de decisão. Por outro lado, deve-se enfatizar a situação de sujeito histórico destes trabalhadores. Ou seja, a capacidade de ação e mudança no processo histórico. No caso de Seu Edgar, conforme se observa, a forma encontrada para superar as dificuldades se materializou em muitos deslocamentos para a cidade.

Não se nega, de modo algum, as tramas do modo de produção capitalista e da consequente aceleração do processo de implantação das máquinas agrícolas no campo, tampouco a força dos seus discursos. Ambos os elementos são pensados de forma relacional com as trajetórias dos entrevistados. Desconsiderar suas influências seria negar a explicação dada por si próprios, como é o caso de Seu Edgar, que discutíamos acima:

Porque aquele tempo não faltava emprego aqui. O desemprego aqui nesse lugar, nesse Paraná começou quando no nosso Estado, querido Estado do Paraná, começou o desemprego quando começou vim maquinário pra lavoura, aquela época até fizeram o filme. Veio ceifa, trator e esteira pra empurrá o mato. A madeira tudo num monte e metiam fogo pra fazer lavoura. E isso tirô tudo o serviço braçal do trabaiador. Então começou, na época não tinha desemprego assim. Mas hoje já tem. Então, se alguém me perguntar porque há desemprego no nosso país, no querido país que é o nosso, o Brasil, e outros países, é devido essa mecanização de lavoura. Uma máquina tira serviço braçal de mil homens, por hora! E pode se fazer tudo com máquina hoje. Até empresas, criadores de porco e de aves... Ali, uma pessoa cuida de milhares de cabeça de aves, ou de porco. E na época, pra ter essa quantia de aves e de porco, tinha que tê pelo menos uns cem homens trabalhando por dia. Na roça, e plantando e colhendo tudo a muque, e leva o mantimento no ombro, pra dentro de um paiol, ou galpão... Agora tem tudo essa modernidade! Então, se alguém me perguntá se um dia vai melhorar o desemprego, porque a população aumenta, e com tudo essa tecnologia e moderna mecanização, não vai muito longe vai ter mais desemprego ainda!⁴³

No trecho citado, o entrevistado assume uma fala de caráter explicativo: a máquina é a vilã da história, responsável pelo desemprego e pela saída do homem do campo. Mas, é preciso dizer que tais máquinas também não vieram por acaso. Como se viu, a propaganda modernizante era uma constante nesta periodização dos pós-1970. Afinal, “aquela época até fizeram o filme”. O filme a que Seu Edgar se refere, segundo esclareceu posteriormente, foi exibido no cinema local em meados da década de 1960, período em que ainda morava no campo com a esposa. Tratava-se de uma propaganda sobre o uso das máquinas agrícolas, com imagens ilustrando seu funcionamento em propriedades já mecanizadas. Embora eu tenha

⁴³ Depoimento de Edgar Mauro Koch, 77 anos, gravado em 20 de setembro de 2007.

tentado levantar mais referências, não foi possível identificar a inserção dessas práticas em meio aos “colonos”.

As propagandas que enfatizaram o “desenvolvimento” e o “progresso”, como é o caso do filme lembrado pelo entrevistado, foram utilizadas durante a vigência dos governos militares e eram articulados a discursos nacionalistas. Neste sentido, o “progresso” da nação dependia da colaboração de cada um dos seus “cidadãos”.

Nacionalismo e progresso andaram juntos como marcações de fundo ideológico. Apesar de todas as propagandas incentivando a modernização com que teve contato, Seu Edgar percebeu os aspectos “negativos” deste “moderno”, que conforme apontou, gerou uma dispensa de mão-de-obra e, conseqüentemente, um grande número de desempregados. O que não ocorre em relação à permanência de seu “espírito nacionalista”, pois ainda se mantém vigorosa em sua fala. Por exemplo, quando se remete ao “nosso país, no querido país que é o nosso, o Brasil”.

Todavia, ao narrar sua trajetória, Seu Edgar extrapolou as questões referentes a este ou aquele discurso. Explicou a saída do campo a partir das suas experiências pessoais. Se as explicações conjunturais marcaram o início da conversa, em momentos seguintes, a ênfase ficou sobre seus feitos e decisões:

Porque desde que eu moro aqui na cidade, agora que eu vim da roça, em... Era no ano de setenta e dois [1972] setenta e três [1973], por aí, que eu vim morá na cidade, porque eu tinha que vendê a terrinha ali, a chácara minha que eu tinha, por causa de motivo de doença. Que só numa pancada que ela [esposa] foi operada, logo no começo em sessenta e sete [1967] quando eu vim pra Rondon e abri uma chácara aí. Com dois anos que nós tava morando lá, quando começou a melhorar, que já tinha umas criação, porco, galinha, gado, uma vaca de leite, daí ela [esposa] caiu no hospital, com problema de vesícula (...). Daí o médico falo – “Vamo operar e é tanto!”. Na época não tinha nada de graça, tinha que dar 2 mil, na época eles falava 2 milhão, na entrada, e o resto na saída. Deu quase 4 milhão e meio, que hoje seria mil né, e eu não tinha tudo esse dinheiro, já comecei me apertar. Tive que vendê as criação, tirá os mantimento da roça, milho, soja, dos dois alqueires que tava bem coberto com roça, não chegou. Daí comecei me apertar, até que não... Daí eu falei, agora vô vendê e pagá as minhas conta e morá na cidade. E a turminha [filhos] eram oito, de um ano e meio até os dez. O mais velho tinha dez e o mais pequeno um ano e meio, porque tem as filhas gêmeas no meio. (...) A família grande, daí a turma falava: “O que que tu quer na cidade, com essa família grande?”.

Como se percebe em sua fala, a mudança para a cidade decorreu dos problemas de saúde da mulher. Os gastos com o hospital o levaram ao endividamento. A produção agrícola

não foi suficiente para quitar as contas. Se “na época não tinha nada de graça”, foi preciso fazer algumas escolhas, conforme seguiu na entrevista:

Falei, agora me obriguei, porque tem que vendê pra pagá a minhas conta, e eu vô pra cidade, e vô me empregar pra ter o INPS [Instituto Nacional da Previdência Social]! Porque na época quem tinha emprego na cidade tinha INPS, tinha tudo livre no hospital. E então essa foi a minha idéia! E aí o dinheiro que me sobrô lá, eu comprei este lote onde nós tamo aqui, uma casinha pequena de madeira, essa aqui depois eu fui aumentando e consegui arrumar emprego. No começo eu tava como servente de pedreiro, num mês, primeiro mês que tava morando na cidade, de servente de pedreiro, a carteira nem tava assinada ainda, entrô o sarampo na criançada e uma das menina (...) na época ela tinha seis, sete anos, e o sarampo dela foi pro interior. (...) Mas como eu tinha o emprego, só que a carteira não era assinada. Eu falei com o patrão (...) e ele me deu uma mão forte, ele falo – “Me dá essa carteira que eu já assino! Porque você vai fica trabaiano, você trabaia! Você é um trabalhador que merece tê uma carteira assinada!”. E através disto, a conta lá no hospital já encerrô. Que eu na época que era colono, agricultor, pra sair, antes de sarar o doente da minha família, que eu tava dando graças a Deus que tava bom. Daí tinha aquela preocupação: e a conta? E não saía sem uma conta comprida lá! E com esse negócio do INPS não, eu tava trabalhando em firma, então esse negócio da menina já encerrô. E por ali foi. ⁴⁴

Uma das formas para entender a mudança de enfoque na fala do entrevistado pode estar relacionada ao desenvolvimento da própria entrevista na relação entrevistador/entrevistado. Por mais que a produção da conversa possa ser pensada como parte de preocupações metodológicas, não é possível dissociá-la de suas questões teóricas, uma vez que a forma como se produz as gravações tem influência direta no produto final.

Sobra ingenuidade aos que pensam que na produção de uma entrevista aquele que controla o gravador tem também o poder sobre a conversa. Segundo Alessandro Portelli⁴⁵, autor que dedicou boa parte da sua produção aos estudos sobre a História Oral, em momento algum podemos perder de vista “a questão de quem observa quem na entrevista”. Seu Edgar sabia, de algum modo, que pertencíamos a universos diferentes. Afinal, eu já havia me apresentado como alguém da universidade, como um pesquisador. Desta forma, talvez sua fala inicial tenha buscado amenizar estas diferenças, em que a solução foi construir uma fala explicativa em relação à implantação das máquinas no campo buscando, assim, causas e consequências, linguagem comum a muitos cientistas.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. *Projeto História*. São Paulo, PUC/SP, nº 15, 1997.

Entretanto, com o desenrolar da conversa e ao perceber, talvez, que estava interessado na sua trajetória de vida, Seu Edgar versou a fala em primeira pessoa. Não mais as máquinas, agora era ele o protagonista da história. Neste caso, a saída do campo aparece como uma tentativa de garantir tratamento de saúde para a esposa. Pois, quando criado pelo Decreto Lei nº 72 de 21/11/66, o Instituto Nacional da Previdência Social (INPS) garantia tratamento de saúde gratuito apenas aos trabalhadores com "carteira assinada" e seus dependentes, situação que Seu Edgar não resolveria se permanecesse no campo, pelo menos à primeira vista.

Arriscando algumas incursões no campo dos juristas, é preciso lembrar que a eficácia de uma lei não é garantida apenas pela sua existência formal. Tanto no nível mais elementar, do conhecimento e entendimento da lei por parte dos cidadãos, como uma noção mais ampla do próprio Direito, são importantes para que os mesmos reclamem e lutem por aquilo que lhes é garantido formalmente. Mas, este mundo letrado do Direito separava com um grande hiato o cotidiano de Seu Edgar. Talvez não soubesse, ou não interessasse ao seu presente, da existência do Fundo de Previdência e Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural)⁴⁶. Criado em 1963, o Fundo previa um conjunto de garantias, dentre elas: aposentadoria por velhice, aposentadoria por invalidez, pensão, auxílio-funeral, serviço de saúde e serviço social para os trabalhadores rurais.

A inscrição no INPS como argumento para a mudança para a cidade pode ser percebida como uma justificativa social para deixar o campo. Dentro do jogo de valores vigentes durante a época da sua mudança, deixar o campo poderia significar assumir o papel de “desertor” em relação aos que nele permaneciam. Como se percebe nas lembranças dos que ficaram no campo: “o que que tu quer na cidade, com essa família grande?”.

Foi em consequência das idas que fazia à cidade, do contato com conhecidos que já usufruíam dos direitos de serem “registrados”, que Seu Edgar resolveu deixar o campo. E, como se viu, buscar as garantias na/da cidade. Se na trajetória de Seu Edgar as experiências como trabalhador do campo aparecem sempre na relação com as suas vivências na cidade, a memória de Dona Lone segue por caminhos distintos. O viver urbano foi se apresentar como efetivo em sua trajetória somente após os anos 2000 quando, juntamente com o marido, com quem vive até hoje, resolveu morar no meio urbano.

⁴⁶ Brasil. Governo Federal. **Lei nº 4.214** de 02 de março de 1963 – Dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaAvancada.action>. Acesso em: 29 de maio/2003.

Nascida em Santa Catarina, mudou-se para o Marechal Cândido Rondon em 1958. Terceira filha de uma família de dez irmãos, ela chegou na companhia dos pais com apenas um ano de idade. A forma como o campo aparece em suas memórias vai além dos trechos transcritos neste trabalho. Gestos, expressões e, principalmente, silêncios foram tão ou mais reveladores do que suas palavras.⁴⁷

Ainda que expressões como “cada entrevista é uma entrevista” não soem de forma estranha aos ouvidos daqueles que se dispõem a trabalhar com a História Oral, este testemunho receberá um maior detalhamento, devido a algumas de suas características e especificidades.

Por indicação de amigos em comum, a idéia inicial era fazer a entrevista com o marido de Dona Lone, mas por alguns contratemplos, ela se dispôs a ceder o relato no lugar do companheiro. A não adoção de questionários trouxe para as entrevistas temas ou assuntos bastante diversos, alguns aparentemente desconexos, em que os pontos eram aprofundados na relação entre o interesse daquele que questionava e a narrativa dos falantes. Por via de regra, as conversas duraram cerca de uma hora. No caso de Dona Lone, a entrevista durou pouco mais do que vinte minutos.

Num primeiro momento, a entrevista me deixou bastante intrigado. Afinal, quais as razões para que não conseguíssemos desenvolver uma conversa mais delongada? De um lado eu e minha vontade de que a entrevista se desenvolvesse da melhor forma possível. E, do outro, Dona Lone, para quem falar do passado, longe de ser desinteressante, pareceu uma tarefa bastante difícil. Assim, foi principalmente através do silêncio que a entrevistada encontrou para lidar com o passado. Um tempo que deixou marcas ainda não superadas. Nas palavras da entrevistada, o tempo da memória se entrecruzou com o tempo do trabalho, que para Dona Lone iniciou-se muito cedo:

É, mas só depois que eu comecei na roça, daí eu lembro tudo. (...) Oito, nove, nove anos, daí dez anos daí já começamos de ir na roça. Que nove anos, a minha irmã de nove anos ficava em casa. Então, fazia almoço em casa, pão, tudo que tinha que fazer. Com nove anos! (...) Daí antigamente fazia... O pai derrubou, fez a destoca assim, e daí primeiro, porque depois era nós que tinha que fazer a destoca: cavocava embaixo das árvores, colocava um pau lá de baixo e ia... Tinha que empurrar pra arrancar as árvores. (...) Parecia... Não, eu falei, eu não quero nem me lembrar mais! O pai parecia que tinha uns bois! Pense só, isso não é serviço pra mulher. Mas a gente

⁴⁷ Depoimento de Lone, 51 anos, gravado em 04 de maio de 2008.

tinha que fazer, fazer o quê? Falar que não, o pai batia na gente! Eu... A gente trabalhou! E serrar tudo as toras: era tudo com serrote!⁴⁸

O trabalho na “roça” é tratado como um marco doloroso na memória de Dona Lone. Representa, assim, não apenas o início de um tempo que relembrou como de bastante sofrimento, mas uma marcação do momento a partir do qual foi capaz de ter uma maior clareza de suas lembranças. No interior daquela unidade de produção familiar, a entrevistada foi substituída nos afazeres domésticos pela irmã mais nova. Dona Lone passou a trabalhar na lida cotidiana da roça. Como se percebe, o período coincidiu com a destoca da terra, fase em que é necessário grande dispêndio de força braçal, uma vez que se tratava de uma atividade essencialmente manual à época.

Foi justamente o caráter desgastante da atividade que Dona Lone fez questão de enfatizar. Ainda que em um primeiro momento, o emprego do trabalho infantil possa ser entendido como a base a partir da qual constrói sua crítica ao trabalho no campo. Afinal, era uma criança de apenas dez anos, mas este não foi o seu único argumento. Foi, também, recorrendo à condição de mulher que justifica sua condenação: “não, eu falei, eu não quero nem me lembrar mais. O pai parecia que tinha uns bois! Pense só, isso não é serviço pra mulher!”.

Embora reconheça a pouca idade com que começou a trabalhar no campo, assim como o excesso de esforços a que era submetida, o trabalho infantil não foi diretamente questionado pela depoente. Este posicionamento, que não se manteve exclusivo desta entrevista, mas ao conjunto dos entrevistados que se reportaram à infância, pode ser entendido no interior da própria cultura destes trabalhadores, para quem acompanhar os pais na roça era uma prática que compunha o universo dos costumes. Todavia, como fica claro no relato de Dona Lone, parecia que esta já dialogava com outras referências, ainda que imprecisáveis, de que o trabalho feminino passava a não ser tão mais aceito/utilizado no universo rural. Se não uma prática dominante, era algo emergente que se movia em direção contrária, motivo pelo qual colocou tão enfaticamente a entrevistada em sua contestação ao trabalho feminino no campo, ainda que se silenciando quanto ao trabalho infantil.

Estudando o processo de formação da classe operária na Inglaterra, mais especificamente entre os anos de 1790 a 1830, E. P. Thompson problematizou o emprego do

⁴⁸ Depoimento de Lone, 51 anos, gravado em 04 de maio de 2008.

trabalho infantil nas indústrias do período.⁴⁹ Construindo uma forte crítica a esta forma de trabalho, o autor permitiu-se “reafirmar um ponto de vista mais tradicional: a exploração das crianças, na escala e na intensidade com que foi praticada, representou um dos mais vergonhosos da nossa história”⁵⁰. O historiador procurou pensar o trabalho infantil dentro do universo das relações em que estavam envolvidos estes trabalhadores. Thompson demonstrou, assim, como o trabalho das crianças era uma constante, antes mesmo de serem inseridas na produção capitalista industrial. Conforme prosseguiu:

Em síntese, podemos supor que havia uma introdução gradual ao trabalho que respeitava a capacidade e a idade da criança, intercalando-a com entrega de mensagens, a colheita de amoras, a coleta de lenhas e as brincadeiras. Acima de tudo o trabalho era desempenhado nos limites da economia familiar, sob o cuidado dos pais. É verdade que as atitudes dos pais em relação às crianças foram excepcionalmente severas durante o século 18, mas não há indícios sobre sadismo generalizado ou falta de carinho.”⁵¹

Foi a partir da apropriação que a burguesia fez deste costume que o trabalho infantil passou a ser executado em maior escala nas indústrias inglesas do século XIX. Como destaca Thompson:

O crime do sistema fabril consistiu em herdar as piores feições do sistema doméstico, num contexto em que inexistiam as compensações do lar. (...) Em casa, as condições da criança variavam de acordo com o temperamento dos pais ou do patrão e, de certa forma, seu trabalho era graduado de acordo com as suas habilidades. Na fábrica, a maquinaria ditava as condições de disciplina, a velocidade e a regularidade da jornada de trabalho, tornando-as equivalentes para o mais delicado e o mais forte.⁵²

Tal como Thompson, longe de justificar o trabalho de crianças, seja ele no campo ou nas indústrias, o que pretendo é entender o significado que estas práticas exerceram na organização da vida social dos trabalhadores em sua migração para a cidade. Pensar, inclusive, como e a quem este universo de valores serve. No caso de Dona Lone, pode-se perceber a presença destes costumes na própria constituição de sua memória. Tem-se uma narrativa apresentada em tom denunciativo, que condena o pai por submetê-la a um trabalho de tamanha intensidade e dureza. Ao mesmo tempo, a figura do pai por si só lhe conferia uma autoridade, justificativa esta dada ao direito de submeter os filhos ao trabalho. Nesta relação

⁴⁹ THOMPSON, E. P., 1987. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v.2, p. ??.

⁵⁰ Idem, p. 224.

⁵¹ Idem, p. 225.

⁵² Idem, p. 207.

com a tradição familiar e a exploração infantil que se cruzam na narrativa, o silêncio aparece como interpretação permeada de sentidos de contestação.

Esta, talvez, não seja a única forma pela qual se pode entender a abdicação de Dona Lone de questionar o trabalho infantil, em detrimento aos seus reclames nas relações de gênero. O lugar de onde fala é bastante indicativo. Como lembrou em momentos posteriores da entrevista, a possibilidade de retorno ao campo é ainda uma constante em sua vida. E, como na situação atual, não sendo este o seu desejo, coloca-se a necessidade de negar o campo enquanto um sentido reverso em sua vida; uma negação construída no terreno da memória, mas em resposta direta às questões postas no seu presente.

As dificuldades rememoradas por Dona Lone não se relacionam tanto ao fato de ter trabalhado quando era criança. Pois, se assim fosse, hoje estariam superadas e não mais serviriam na composição de crítica ao campo. O que foi apresentado com ênfase e como algo inadmissível foi a sobrecarga de trabalho sobre a sua figura como mulher, característica que, logicamente, não foi modificada pelo tempo, pelo menos é o que fez notar.

Assim, a afirmação do ser mulher deve ser pensado na relação que estabelece com o momento e, mais especificamente, com o marido, pois é dele o desejo de regressar ao campo, fazendo então com que ela construa uma posição defensiva de permanência na cidade:

Ele, [marido] ele eu não sei... Se ele podia voltar hoje pra [campo] só que eu não vou voltar! Eu já... Sabe... Pra ele, ele não é tanto, mas pra mim é muito pesado. Trabalhar de novo assim, eu não aguento mais! E no sol também não posso mais ir. Já tinha um problema na cabeça, já fiz cirurgia na cabeça... E sol quente... Veneno, a gente passava tudo... Tudo era à muque, antigamente! E isso vem do veneno. E eu sei. Eu passava e até lavrava! Aonde que nós fômo eu pegava o boi no rabo! Eu faço o que o homem fez. Eu já fiz!⁵³

Um possível retorno ao meio rural não está definitivamente descartado. Mas, colocado sob condições determinadas: “se ele podia voltar ele ia voltar [marido]. Eu volto o dia que tenho o meu pedacinho de terra. Daí eu ia voltar. Porque é mais sossegado. Mas senão, não!”. Ao colocar a propriedade da terra como um pré-requisito para o retorno, Dona Lone evidenciou o fato de que aquele campo que ela está negando não é mais o do tempo de trabalho com o pai, porém, aquele que trabalhou juntamente com o marido por cerca de 15 anos, quando viveram na situação de meeiros e/ou arrendatários. Um período que foi rememorado como de incertezas e constante troca de ocupações naquele meio rural.

⁵³ Depoimento de Dona Lone, 51 anos, gravado em 04 de maio de 2008.

Sempre! Trabalhar pros outros! Quando eu casei, um ano fiquêmo com a sogra. Daí foi trabalhar pros outros, de agregados assim... Daí um ano dois ali, três lá... Daí cuidar aviário, daí porco, daí leite, vaca leiteira... Tudo assim. De tudo, eu fiz de tudo! (...) Já vou fazer trinta, trinta anos de casado, eu vou fazer agora em novembro, trinta anos. E é só trabalhar, trabalhar! Não é fácil! No interior, olha, a gente sabe o que passou! Eu não quero nem me lembrar! Porque a gente era pobre, não tinha nem chinelo pra por nos pé! A vida era trabalhar...⁵⁴

O campo de que trata não era mais o mesmo daquele que vivera quando criança, quando trabalhava com o pai. Todavia, sua memória mantém ainda uma mesma faceta: a experiência de dificuldade do trabalho. Uma dificuldade ressaltada em algumas frases soltas como: “eu não quero nem me lembrar!”. Sua narrativa mistura a dor de rememorar o passado, materializada no silêncio e na duração curta da fala, com a vontade de enfrentá-lo, utilizando-o como um instrumento de luta neste presente.

A narrativa de Dona Lone também quebra uma suposta imagem de perenidade e tranquilidade da vida no campo. Ao retomá-lo pelo viés do trabalho, o que enfatizou na fala foi justamente a sua rigidez. Seu relato permite desconstruir a idéia do campo como um lugar idílico. Para tanto, retoma a situação de protagonista na história: “a gente sabe o que passou”. Desta maneira, a perspectiva bucólica⁵⁵ de pensar a vida no campo é desconstruída por Dona Lone.

Seguindo esta preocupação em pensar as memórias construídas sobre os viveres no campo e sem perder de vista os lugares de onde falam os narradores, a entrevista feita com Dona Dosnela Lamp permite discutir alguns outros pontos. Oriunda de uma família que sempre trabalhou na roça, Dona Dosnela, hoje com 60 anos, mudou-se pela primeira vez de Santa Catarina para o Paraná com apenas 15 anos, para viver no campo.

Na cidade, chegou em 1977, ja com quase 30 anos. Na época, o pai viera para trabalhar como arrendatário em uma propriedade no meio rural de Marechal Cândido Rondon. A primeira morada no Paraná durou apenas um ano, período em que se casou e retornou com o marido para Santa Catarina. Após quatro anos de idas e vindas, e já com dois filhos, resolveram retornar e se estabelecer no Paraná, quando compraram uma pequena propriedade rural. É a partir dessa experiência que Dona Dosnela elabora uma memória sobre a sua vida no campo:

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Sobre o assunto, ver WILLIAMS, Raymond. Bucólico e Antibucólico. In: *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

E daí ficuêmo na roça, na nossa terra... E daí o meu marido era uma pessoa assim, sabe... (...) Ele era uma pessoa assim... Se eu não ia na frente ele não ia na roça... Então, tinha duas crianças, tinha a vaca pra tirar leite, tinha tudo, né! Daí eu tirava leite de manhã, ele tratava os porquinho que a gente tinha, daí nós ia pra roça... Mas daí ele sempre vinha pra casa, cada quinze minutos ele ia pra casa tomar café! E quando era perto de meio-dia ele se sentia mal, e ficava tonto né, e não conseguia mais trabalhar... E daí um dia o meu falecido pai (...) um dia ele disse – “Filha, o teu marido não tá tonto de tomar café. Tu quer ver o que é que eu achei lá naquele mato?”. Eu disse – “O que é que o senhor achou?”. “Achei a toca da onça”, ele falou. Da Oncinha né, da pinga. Quatro litros de pinga escondido lá dentro. Invés de ele ir tomar café em casa, ele ia lá tomar um gole. Daí chegava perto do meio-dia, é claro que ele não podia mais trabalhar, né! Daí eu disse, eu não guento a roça, né! Daí ele vendeu aquilo lá...⁵⁶

Na fala de Dona Dosnela, o campo aparece representado como um lugar da sobrecarga de trabalho, principalmente pelo alcoolismo do marido. A necessidade de se impor frente às situações cotidianas aponta para uma desestruturação do núcleo familiar tradicional, em que pesava ao homem o papel de assumir as responsabilidades em relação ao trabalho e à manutenção da casa. A mão-de-obra braçal, indispensável para o cultivo da terra naquele momento, segundo narrado, exigiu demasiado esforço, algo que ela não estava disposta a aceitar, pelo menos segundo sua narrativa durante a entrevista.

Outra dimensão marcante na sua narrativa é o problema de alcoolismo enfrentado pela família. Se, em um plano particular, a condição do marido a levou a uma sobrecarga de trabalho e a posterior mudança para a cidade, em termos mais amplos, tal dimensão permite desconstruir a própria idealização do campo, uma dimensão que surge com força por causa dos processos de mercantilização do turismo rural no mundo contemporâneo. Assim como se viu acima, o campo como o espaço idílico e harmônico não se sustenta, particularmente quando relacionado à trajetória de Dona Dosnela.

Uma postura de forte hostilidade foi ressaltada em outros momentos da entrevista, como quando ela falou sobre o restante da família:

A única que tá na cidade assim, sou eu. O resto tá tudo longe, né... Lá no meio dos mato, né... (...) Eu, se fosse pra ir na colônia de novo, não queria. Nunca! Eu nunca gostei de trabalhar na colônia, eu nunca gostei! Eu trabalhei muito pouco na roça mesmo, de solteira eu fazia o serviço em casa. Porque a mãe tinha nove filhos, né, então quem tinha que fazer as coisas era eu, né... (...) Eu ia lá de vez em quando às vezes junto na roça! (...) E depois que eu casei, daí eu tinha que enfrentar a roça, né. Daí enfrentei roça praticamente doze anos, que nós tava dezesseis ano casado quando ele me

⁵⁶ Idem.

deixou. Me deixou não, mandei ele embora! Porque o que é que eu queria com um homem desse? Tu tem que tratar ainda!⁵⁷

De acordo com a narrativa, o trabalho na “colônia” nunca fora algo tido como positivo em sua trajetória. Se na época de solteira o serviço doméstico era uma alternativa ao trabalho na lida rural cotidiana, a circunstância se inverteu após o casamento. A situação que se evidenciou, a partir de então, foi relatada com assertividade: “daí eu tinha que enfrentar a roça. Daí eu enfrentei a roça praticamente doze anos”.

É importante destacar que ao elaborar esta memória sobre o tempo em que trabalhava no campo, Dona Dosnela fala de um presente a partir do qual passou pelo sofrimento com a separação do marido, em que assumiu as responsabilidades de arrimo da família. Da mesma forma, não se pode desconsiderar as experiências construídas, não como “aquela” trabalhadora do campo de outrora, mas nos enfrentamentos da cidade, como a responsabilidade que se constituía. Assim, o campo aparece relatado como sinônimo de dificuldade e enfrentamento e como uma questão que ainda se faz presente em sua vida. Afinal, é necessário reafirmar o desejo de não querer retornar: “eu, se fosse pra ir na colônia de novo, não queria. Nunca!”.

Longe de buscar construir um trabalho de raso teor quantitativo que informe os motivos pontuais que levaram os trabalhadores a abandonarem o campo, tem-se o objetivo de pensar esses processos de mudança através de suas interpretações, as quais possibilitam pensar tanto a situação vivenciada no campo e, principalmente, entender o presente quando se constroem memórias que reelaboram o passado em face das pressões desse presente.

O Seu Edgar, a Dona Loni e a Dona Dosnela deixaram a vida no campo em momentos distintos. De igual modo tiveram motivos e elaboraram expectativas próprias ao tomarem tal decisão. Porém, alguns elementos presentes em suas trajetórias permitem aproximações, inclusive na tentativa de entendê-los no interior de um processo mais amplo, o da saída rumo à cidade. Uma saída que não pode ser entendida apenas como um único fluxo, ou mesmo um plano do vivido que se encerra quando da chegada à cidade.

Nas entrevistas, o campo assume uma caracterização negativa e o retorno, uma possibilidade irreconciliável, quase inconcebível. Todavia, as memórias de Seu Ivo e Dona Neli seguem uma perspectiva um tanto diversa. O casal, que é oriundo de Ipira, Santa Catarina, chegou a Marechal Cândido Rondon em 1965 e se mudou para a cidade nos anos

⁵⁷ Depoimento de Dosnela Lamp, 61 anos, gravado em 10 de maio de 2008.

2000. Nas palavras de Dona Neli, saíram de Santa Catarina mais precisamente “dois dias antes de São João”. Questionados sobre o tempo da chegada, o que se teve foi a construção de uma narrativa que ressaltou o trabalho e, principalmente, a superação de dificuldades a ele ligadas.

Com uma família numericamente pequena, se considerado os padrões da época nessa região quando era comum o núcleo familiar conter mais de cinco filhos, o casal chegou com apenas dois membros para trabalhar numa propriedade pertencente ao irmão mais velho do entrevistado, na qual trabalharam posteriormente como meeiros. Na mudança, além de pouca mobília e instrumentos de trabalho, trouxeram seus animais de criação:

Ivo: Nós tinha trazido oitenta e poucas galinhas e, de repente, elas começaram botar ovo, e eu levava dez dúzias por semana. (...) Trouxemo um cacho e duas porca... E duas porca e três ou quatro filhote pra engordar.
Neli: Trouxemo uma vaca também! Uma vaca e um bezerro. E o bezerro era uma novilha já, só que ela morreu na viagem.⁵⁸

As galinhas, a vaca e os porcos representam, nas memórias deste entrevistado, a gênese de uma vida no campo que se estenderia até o início de 2000. Enfatizando o trabalho da família, o que se teve foi uma narrativa marcada por conquistas e glorificação do passado. Para o casal, a cidade foi importante desde que mudaram para a região. Além da comercialização semanal de ovos, Seu Ivo percebeu na cidade uma possibilidade de aplicar parte de suas economias, comprando um lote ainda na década de 1960: “eu comprei aquele lote pra aplicar o dinheiro. Era pouco mais, aquele lote eu já comprei quando nós viêmo”⁵⁹.

No relato, lembrou da criação de animais, intercalada com o trabalho na terra. Assim, relembrou o vivido nos primeiros anos até que uma elevada porcentagem de parceria exigida pelo proprietário colocou a necessidade de buscarem um novo lugar:

Neli: De noite nós ficava amarrando os ovo na palha de milho, sabe...
Ivo: Eu paguei um sobrinho meu, filho daquele que era o dono das terras lá e paguei por dia pra ele me ajudar a derrubar mato. E daí cada dia nós entrava no mato. (...) E daí das seis horas em diante nós ia carpir o milho, ia limpar. Assim, nós passêmo o tempo. (...) Lá vivêmo três ano. E no quarto ano, como ele queria 40%, daí eu disse “vai ser louco pra lá!”⁶⁰.

⁵⁸ Depoimento de Neli Rott Althaus, e Ivo Althaus, ambos com 71 anos, gravado em 25 de maio de 2008.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Idem.

Como é possível perceber, muitos trabalhadores chegaram em Marechal Cândido Rondon na situação de trabalhadores meeiros, agregados ou arrendatários. Estas formas de trabalho geravam insegurança e instabilidade para estas famílias, que buscavam em novas terras oportunidades de permanecerem no campo⁶¹. No caso de Seu Ivo e Dona Neli, a situação não foi diferente:

Neli: Daí nós tinha, veio um homem que queria voltar pro Rio Grande, daí ele ofereceu as terras. Só que ele queria cinco mil, pra meia colônia, daí nós só tinha dois. Em dinheiro. Nós tinha juntado aquele dinheiro, guardado. Daí um vizinho lá, desses que nós comprêmo o lote quando nós chegêmo, daí ele disse, “se vocês querem comprar terra eu ajudo vocês”. Daí ele emprestou ainda um mil pra nós. E daí comprêmo aquela meia colônia, tinha uma casa em cima e um chiqueirinho só!

Ivo: Mas tudo abandonado, tudo podre já.

Neli: É, tudo velho já. Aí mudêmo na nossa terra. Fizêmo negócio e o homem foi embora pro Rio Grande. Ele voltou, e daí fizêmo o negócio. E no mesmo ano ainda conseguimos pagar esses dois mil.

Ivo: Paguêmo aquele um mil e os outros dois! De tanto que valia os porco na época! Não era tempo ruim, não! Pros colonos era bons tempos. E era qualquer porco. E hoje é só o branco que eles querem.⁶²

Tornar-se um proprietário, ainda que pequeno, foi apresentado por eles como algo muito importante. Os 30 anos ou mais que viveram nesta situação apareceram na narrativa relacionados à uma produção agrícola que a cada vez mais empregava tecnologias e seus novos equipamentos. Trata-se de um desenvolvimento tecnológico que, ao mesmo tempo que se mostrava atraente no primeiro momento, também apresentava motivos para desconfiança. O trator, a *pick-up* e a própria energia elétrica foram, não necessariamente nesta ordem, incorporados à vida familiar e valorizados pelo casal como resultados positivos deste processo.

A mecanização agrícola, entretanto não foi vivida apenas enquanto uso de novos equipamentos, mas foi assumindo corpo no âmbito dos discursos. Ora no seu sentido positivo, associada ao progresso, ora no sentido crítico, culpando-a pela expulsão do homem do campo, faz-se presente nas memórias dos ex-agricultores. Pensar os usos e os discursos construídos sobre o tema torna-se fundamental na problematização destas memórias. O trecho que segue ilustra de maneira interessante a complexa relação destes trabalhadores rurais com o emprego de novas tecnologias. Ou, ainda nestes termos, com a chamada mecanização agrícola. Conforme narrado abaixo:

⁶¹ Sobre o assunto ver LAVERDI, Robson. Op. Cit.

⁶² Idem.

Raphael: E como é que era lá no, esses 30 anos que vocês ficaram lá né... Continuaram produzindo suínos?

Neli: Até que veio a mecanização. Daí mudou tudo!

Ivo: Daí ficuêmo um tempo lá, aproveitêmo a mecanização tudo.

Neli: É, ficuêmo... Depois não podia mais, mesmo assim... Porque nós só tinha o trator, mas o resto, a plantadeira pra colher tinha que pegar outros. Daí a gente tinha que esperar até o último sempre, daí resolvêmo arrendar pra aqueles que tinha o maquinário. Daí eles deram renda pra nós. Mas nós ficuêmo com um tanto pra nós plantar e... Daí vieram os murundum... Ali que sofrêmo!⁶³

Ainda que a pergunta feita por mim não apontasse diretamente para o tema, a resposta de Dona Neli foi taxativa ao indicar a mecanização como o momento de ruptura. Afinal, “até que veio a mecanização. Daí mudou tudo!”. Assim, a mecanização aparece narrada como um marco na memória da entrevistada, mais especificamente como um momento de ruptura com a forma de produção que desenvolviam até então, motivo que a fez estabelecer seus contrapontos de experiência nestas realidades em mudança.

Para pensar a questão, vale uma vez mais o diálogo com Alessandro Portelli. Para este estudioso a memória não resulta exclusivamente da vontade dos sujeitos, mas é fruto das correlações de força socialmente construídas presentes nas memórias compartilhadas. Neste sentido, ao tomar a “mecanização” como um marco, Dona Neli mostra muito mais a força do discurso corrente sobre a “mecanização” do que os efeitos práticos que esta assumiu na vida da família. A fala de Seu Ivo, entretanto, versou em tom de correção, pois conforme disse: “Daí ficuêmo um tempo lá, aproveitemo a mecanização, tudo”.

Após a ressalva do marido, a trama narrativa muda de perspectiva em face à afirmação inicial, pois ao mesmo tempo que lembrara da aquisição de um trator, fato que ilustra o “aproveitar” da “mecanização”, ressaltou também a necessidade criada pela nova forma de produção, de contratar o serviço de terceiros quando em época de plantio ou de colheita. Condição esta que foi sugerida como prejudicial à produção, uma vez que tinham que esperar a disponibilidade daqueles que prestavam tais serviços, levando-os posteriormente a arrendarem parte das terras e se desobrigarem daquela dependência.

Seguindo a análise da entrevista, a terra dada a arrendamento não correspondeu ao total possuído pelo casal, o que garantiu a permanência no campo. Durante o período de 1965 a 2000, em que nele permaneceram, a construção dos “*murundum*”, termo vulgarmente conhecido no meio rural, foi apresentada como um novo marco importante. Conforme

⁶³ Idem.

colocou Dona Neli, “foi ali que sofremo”. Os *murundum* de que fala a entrevistada são as conhecidas curvas de nível, que foram construídas por determinação dos órgãos públicos responsáveis pelas questões ambientais, com a intenção de diminuir a erosão do solo. No caso em questão, o problema se devia ao fato de que as terras por eles cultivadas encontravam-se em região de relativo declive, exigindo curvas de nível de maior altura. Esta dificuldade fizera questão de ressaltar: “Isso era sofrido. O Ivo às vezes caía com a máquina assim pra plantar.”

Assim, a “mecanização” apresentada inicialmente como um momento de ruptura, logo em momento posterior pode ser entendida como uma trama de relações que não obedece a uma linearidade temporal ou a um sentido único, sejam elas em relação ao “progresso” ou ao “retrocesso”. Isto porque ao mesmo tempo em que tiveram a possibilidade de adquirir o trator, usufruindo assim da propalada “modernização”, também foram obrigados a depender de prestadores de serviço para a realização de algumas tarefas na rotina de produção não contempladas pelos equipamentos que possuíam.

A feitura dos *murunduns* também deve ser entendida no interior das propostas modernizadoras, intensificadas na região a partir da década de 1970. Afinal, trata-se da aplicação de uma técnica de utilização do solo que era incentivada ou mesmo, às vezes, compulsória pelo poder público, aparecendo com importância na memória de Dona Neli. São justamente as curvas de nível que foram afirmadas como a questão de maior influência no cotidiano do casal, uma vez que influenciou diretamente na rotina de trabalho. Todavia, nem o uso de máquinas ou a impossibilidade de adquiri-las; nem tampouco o uso de novas tecnologias, segundo narrou o casal, foram os fatores que determinaram a decisão de saída do campo, visto que a mudança só ocorrera em 2000, quase 40 anos após a chegada dos primeiros maquinários agrícolas ao município:

Neli: Sim, porque o Ivo não podia mais trabalhar e eu, menos ainda. Lidar com as vaca né... E daí resolvêmo vir, morar aqui.

Ivo: Nós nunca pensava em morar na cidade. Mas depois que passou tudo que nós não podia mais trabalhar... E pros filho ir lá, ninguém queria ficar na roça lá. Eles têm outro ramo, e daí... E é entre, entre tudo os fazendeiro grande em roda. E ninguém mora lá! Eles têm casa na cidade, e nós lá sozinho.

Neli: Em roda... Nós tava morando assim, sozinho. Poucos dias um ia passar veneno, daí outro veio passar... Nós tava no meio do veneno lá! Por isso nós resolvêmo sair.⁶⁴

⁶⁴ Idem.

Desta forma, o trabalho naquela realidade já não era mais percebido como possível, tendo em vista as idades avançadas de Dona Neli e de Seu Ivo. Somam-se a isso as atividades diferentes tomadas pelos filhos do casal – que já não mais compõem aquela unidade familiar de produção originária –, além da preocupação com a saúde, dado o risco gerado pelo contato constante com os defensivos agrícolas utilizados na agricultura, como ressaltado na entrevista.

Na fala de Seu Ivo, a solidão presente no campo apareceu como um aspecto que desmotivou a sua permanência nele. A concentração da propriedade de terras e a lógica do campo como lugar exclusivo da produção acabaram por deixá-los numa situação de “abandonados” pelos vizinhos. De acordo com o narrado, o “fazendeiro grande” tem suas casas na cidade e se utiliza do campo apenas para a produção. Para o casal, o problema assume maior relevância e é colocado com um dos motivos que os levaram à cidade.

Para o Seu Ivo e Dona Neli, a cidade de Marechal Cândido Rondon se concretizou como lugar de moradia apenas no ano 2000. A trajetória de Alfeu, por sua vez, seguiu por caminhos distintos. Diferentemente dos demais entrevistados, Alfeu nunca chegou a morar no perímetro urbano, o que não o impediu de manter contato direto com práticas e valores da cidade. Talvez isso faça da sua uma das trajetórias que melhor expressa a ambígua relação entre as práticas urbanas e os valores e saberes próprios da vida rural.

Meu colega do tempo de graduação no curso de História na Unioeste, solteiro, 35 anos, o dia-a-dia de Alfeu se divide entre o trabalho que exerce como assistente no Núcleo de Estação Experimental da Unioeste e os afazeres da pequena chácara que possui, localizada no perímetro urbano do município. Alfeu inicia seu dia no campo, “bate o cartão” na cidade, seguindo para trabalhar no campo novamente. Por fim, o retorno para a casa no fim do dia também significa o regresso ao meio rural.

Nascido em Marechal Cândido Rondon, a trajetória de Alfeu evidencia uma outra dimensão do processo de urbanização do município. Filho de produtores rurais, já na infância acompanhou de perto o crescimento e as mudanças na cidade. A chácara onde morou até 1989, como ficava muito próxima à área central da cidade, não tardou a receber vizinhos. Juntamente com a mãe, Dona Lucinda, de aproximadamente 60 anos, também presente na ocasião da entrevista, lembrou:

Alfeu: Inclusive essa região, ali, por exemplo, onde hoje situa-se o Bairro das Torres, ela foi a primeira região industrializada. Porque na época se instalou aquela indústria de óleo, que eu não lembro o primeiro nome, que hoje é a Sperafico, Indústria Sperafico. Ah, e o frigorífico se instalou antes né, onde

fica o... Abandonado... Hoje não existe mais nada, a Sperafico comprou essa área. Mas era a Ceval, já foi a *Swift Armour*, já foi.

Lucinda: O bairro mais antigo é esse, o Jardim Marechal. (...) Isso é metade da nossa colônia, nós que compramos ali. E o meu pai e o vizinho dividiram essa colônia no meio. Então nós ficamos com metade e ele com metade. E de repente ele vende metade pra lotear. Na verdade nem podia, foi assim registrado, mas tudo assim... Foi feito gambiarra, não podia ser assim como eles fizeram. Então a prefeitura, depois entenderam que a rua ficava em cima da nossa terra. (...) Isso ali até que nós vendêmo.⁶⁵

O dinheiro obtido na venda desta chácara possibilitou a compra de alguns alqueires de terra no meio rural, para onde se mudaram ainda em 1989. Depois de 14 anos, retornaram para próximo da cidade, cuja mudança foi assim interpretada:

Alfeu: É, compramos aqui justamente pela mãe ter uma idade já mais avançada, já não poder trabalhar na atividade rural propriamente dita, e também porque eu não tinha mais... Eu perdi a ligação de ser agricultor, né! Embora eu não... Eu nunca quis ser agricultor! A questão é que a tradição familiar que sempre me empurrou pra isso. Então, é mais uma herança que vem da cultura do pessoal, que vem do Rio Grande do Sul, a gente nasceu e cresceu com isso. Então isso tá dentro da gente. Mas, se eu fosse escolher a profissão de agricultor, eu preferia a atividade urbana. Não tenho paixão! Tenho, como é que se diz, a proximidade do campo no sentido de que é um trabalho mais ligado à natureza, não lida com pessoa... Mas, a agricultura hoje, ela tá... Eu sou a favor da pequena agricultura, da agricultura familiar, que trabalha com horta (...). Esse tipo de agricultura... Fruticultura me interessa... Então, a agricultura, ela está muito voltada a latifúndios e multinacionais. O domínio econômico dos países estrangeiros e das grandes empresas transnacionais e multinacionais. Elas têm dominado. E eu nunca me interessei, sou anti essas políticas do latifúndio.⁶⁶

A decisão de vender as terras não significava necessariamente que a vida urbana seria uma solução. A dificuldade foi resolvida com a compra de uma outra chácara, novamente nas cercanias do perímetro urbano. Os problemas adquiridos com a passagem do tempo, somados às questões de saúde, já não mais permitem que Dona Lucinda execute as tarefas rotineiras. Já para Alfeu, é o emprego na universidade que consome grande parte de seu tempo. Assim, não foi a questão financeira em si que os prendera ao campo, mas, como coloca Alfeu, “a tradição familiar que sempre me empurrou pra isso”. Analisando suas narrativas, fica difícil negar que representam uma “família do campo” e que são exemplos de agricultores. Todavia, como dito anteriormente, a noção de agricultor, nos termos apresentados por estas trajetórias, não explica muita coisa quando não historicizada. A amplitude do termo faz com que o próprio entrevistado negue sua condição enquanto tal, de acordo com o relatado. Todavia, isto não

⁶⁵ Depoimento de Alfeu Seibert Filho, 35 anos, e de Lucinda Gartner, 60 anos, gravado em 04 de agosto de 2007.

⁶⁶ Idem.

pode ser visto de uma maneira polarizada, mas circunscrita por outras mediações constituídas no tempo presente.

Entretanto, não se trata de uma qualquer identidade de agricultor que ele está a negar em sua fala. Como observado, é aquela do homem ligado à produção intensiva, dos latifundiários; é dos representantes da agroindústria que ele se coloca como diferente. Sua ligação com a terra baseia-se numa outra relação, na defesa da pequena propriedade e da agricultura familiar. Até porque também dialoga teoricamente com sentidos compartilhados em sua experiência de historiador e ao mesmo tempo de funcionário público da universidade, de onde critica os sentidos dominantes do agronegócio que pairam e intervêm nesta realidade. Não apenas como uma ideia, mas com toda uma realidade em transformação, que os empurra a viver e a pensar no significado de suas pertenças, ainda que estas não sejam estáticas em meio ao viver urbano também em mudança.

Trajetórias como as de Alfeu, Seu Edgar, Dona Lone, Dona Dosnela, e do casal Seu Ivo e Dona Neli não foram trazidas para este texto com a intenção de compor um mosaico eminentemente representativo das relações entre o campo e a cidade vivenciadas em Marechal Cândido Rondon. Sei também que outros moradores experimentaram de formas distintas tais práticas. Todavia, espero que esta problematização contribua para entender o quanto esse processo, em meio a experiências rurais e urbanas, se intercalam e são percebidas através das memórias destes trabalhadores, reconstruindo sentidos ainda que residuais nessa plêiade de outras dominantes.

Conforme venho sublinhando, busquei discutir memórias sobre os viveres no campo trazidas noutra momento de vida dos entrevistados. Memórias estas que lidaram com múltiplas marcações e temporalidades, entrecruzando várias experiências. Também destaquei que a maneira como o campo se apresenta nas memórias destes trabalhadores varia de acordo com a situação vivenciada no presente. E será sobre este viver citadino, inclusive sobre as memórias construídas sobre e na cidade, que se seguirão as discussões do próximo capítulo.

Capítulo II

Memórias e viveres rural-urbanos em Marechal Cândido Rondon

Muitas são as temporalidades da experiência sociocultural dos ex-trabalhadores rurais na cidade. Buscarei neste capítulo perceber aquelas dimensões que se cruzam nessas temporalidades diversas do viver urbano, apreendendo, assim, outras dinâmicas que não estão coladas aos grandes marcos, mas que dialogam com as maneiras como os moradores experimentaram e experimentam a vida na cidade. Investigar os modos de viver e as práticas destes ex-trabalhadores rurais, na perspectiva de pensar suas reelaborações no âmbito da cultura em que constituem suas vidas urbanas, é um dos principais objetivos deste texto.

Ora com maior, ora com menor intensidade, a cidade se fez e se faz presente na vida dos ex-trabalhadores rurais de Marechal Cândido Rondon. De acordo com as trajetórias estudadas, o momento de morada na cidade não obedeceu a um modelo ou a um único marco específico, como tantas vezes é empregado para interpretar as transformações vividas na região e no país como um todo. Afinal, da década de 1960 aos dias atuais percebe-se um processo permanente de movimentação de agricultores para o espaço urbano. Isto não significa, portanto, que o processo esteja encerrado, tampouco que seja um caminho de mão única. Até porque, o retorno ao campo mantém-se de algum modo como uma possibilidade de parte significativa destes trabalhadores. Modos de viver e práticas são, desse modo, pensados como processos de luta na e pela cidade. Lutas que se desenrolam no cotidiano e que se materializam em práticas permanentes de reelaboração de significados e de enfrentamentos outros que ensejam uma leitura atenta neste capítulo.

Embora travestida com uma aura essencialmente urbana, na cidade sobrevivem e se reelaboram práticas remanescentes do passado vivido no meio rural. Cabe, assim, discutir os usos e sentidos dessas permanências em termos de valores e saberes inerentes a estas bagagens culturais, pois modulam interpretações sobre resistências, ainda que não subversoras de uma ordem dada ou dominante, mas que nem por isso deixam de ser instigantes.

É importante atentar, assim, para as disputas simbólicas que dão colorido aos viveres e práticas cidadinas cotidianas. As disputas delineiam territórios e reencenam maneiras próprias, por vezes muito diferentes das proposições da agenda atual da agroindustrialização que

atualmente está posta em causa e assim é tratada como um caminho sem volta, sem maiores atropelos, elaboradas no âmbito dos interesses econômicos e políticos das elites regionais, nacionais ou multinacionais. Ao mesmo tempo, a cidade se abre às expectativas de reinserção para muitos destes trabalhadores rurais, fazendo da vida urbana uma esteira mais densa de tensões, carências e reivindicações de toda espécie.

Se até aqui a cidade foi apresentada mais como espaço em que práticas foram criadas e reelaboradas pelas memórias, vale ressaltar que ela não se resume ao seu aspecto espacial. Ou seja, ela é tanto o cenário como o objeto de lutas e viveres. Desta forma, é importante pensar as mudanças que a própria cidade assumia para estes sujeitos no período estudado. A cidade, nesse sentido, entendida como objeto de disputa nas correlações de forças, ganhando formas variadas, de acordo com os interesses e reivindicações que para ela se deslocam.

Nesta direção, a proposta de investigar as memórias e experiências dos moradores de Marechal Cândido Rondon em relação aos processos de migração e vivência na cidade, decorre da preocupação com a própria forma como a cidade se apresenta nos dias de hoje. A imbricada relação entre um pressuposto “modo de vida rural”, reconhecendo que a complexidade da expressão merece cuidados, e as práticas consideradas urbanas, instiga-me a pensar dinâmicas de pertencimentos destes moradores e as formas como estas são lembradas.

Em conversas com moradores e analisando dados referentes ao crescimento populacional do município, delimitei como recorte o período dos anos que se seguiram a partir da década de 1970. Mantendo a cautela para não imprimir novos marcos aos processos de constituição da cidade, um dos elementos que se percebe a partir dos anos 1970 é o movimento expressivo de moradores do meio rural rumo à cidade. Deste crescimento populacional decorreu um conjunto de mudanças no espaço urbano, gerando, inclusive, a necessidade do poder público de tentar por vezes controlá-lo, com base evidentemente numa imagem particular de cidade e de ideais tidos como “progressistas.” A chegada à cidade é, por assim dizer, apenas um passo inicial de um processo permeado de tensões e lutas de pertencimento, construção de saberes e aprendizados e reelaboração de práticas e valores herdados do mundo rural.

Num primeiro momento, procurei entender a relação campo e cidade que pode, a princípio, se dar como uma oposição, enquadramento ou mesmo em termos de reelaboração de práticas. As relações entre os modos de vida rurais e os viveres urbanos tornam-se mais perceptíveis quando tomamos como base a chegada de agricultores às grandes cidades, como

por exemplo, o caso de Uberlândia, Salvador ou São Paulo⁶⁷. Trago como exemplo estas cidades devido ao contato com trabalhos de historiadores que, entre outras questões, também se preocuparam em pensar este processo de chegada e vivência dos trabalhadores rurais na cidade.

De uma maneira geral, tem-se o grande núcleo urbano composto pelo conjunto de elementos que, de início, associamos com aquilo que é característico da cidade. E, por outro lado, os recém chegados, que se deparam com as novidades representadas por estes espaços. Em termos práticos, os trabalhadores rurais que chegam à cidade se vêem em frente a outras formas de entender e organizar o trabalho; concepções de tempo; de maneiras de lazer; de utilização do espaço, etc. As formas como passam a se organizar na vida social resultam das relações que estabelecem com os viveres, as práticas e os costumes que trazem do meio rural, que por sua vez, exigem reelaborações.

Entretanto, as experiências daqueles que saíram do campo e chegaram à cidade de Marechal Cândido Rondon não se assemelham a um suposto “modelo” migrante-camponês versus grande cidade. No estudo em questão, o que coloco é a trajetória de trabalhadores rurais que saíram de suas terras, ou de terras de outrem, e passaram a habitar uma cidade de pequeno porte. Diferentemente das grandes cidades, não se tem, por exemplo, a constituição de extensas áreas periféricas e todos aqueles problemas tornados conhecidos pelas reportagens midiáticas e enfrentados pelos seus moradores. O que não significa a inexistência de lutas por moradia ou mesmo por melhorias de serviços públicos essenciais de saúde e educação, ou relacionados aos equipamentos urbanos como transporte, lazer, etc.

De início, logo o que temos é o processo de urbanização de Marechal Cândido Rondon intensificado após a década de 1970. Não apenas o crescimento demográfico me permite perceber tal assertiva, mas a própria documentação produzida pelo poder público dá conta desta mudança. Assim, ponho-me a entender as maneiras como os anteriormente trabalhadores rurais vivenciaram este processo. Isto porque, muitas vezes, os estudos da migração condicionam o olhar para o momento de passagem, do ato ou decisão de migrar. O

⁶⁷ Respectivamente, em relação a estas cidades, refiro-me aos seguintes trabalhos: CALVO, Célia Rocha. *Muitas Memórias e Histórias de uma Cidade: Experiências de Viveres Urbanos Uberlândia 1938 – 1990*. São Paulo, 2001. Tese (doutorado em História Social). Pontifícia Católica de São Paulo - PUC/SP. SANTANA, Charles de Almeida. *Linguagens Urbanas, Memórias da cidade: vivências e imagens da Salvador de migrantes*. São Paulo: 2001. Doutorado em História – PUC/SP. SOUZA, João Carlos de. *Na luta por habitação: a construção de valores*. São Paulo: Educ, 1995.

que me ocupa aqui é perceber a os processos na constituição da cidade e dos significados dessas mudanças vividas pelos seus protagonistas.

As práticas dos moradores provenientes do meio rural, bem como as narrativas a partir delas constituídas, apontam como estes universos campo/cidade mantêm uma intensa inter-relação, como advertiu também Raymond Williams. As maneiras de se relacionar com os valores inerentes à terra não são de todo apagadas em suas lembranças ou vidas cotidianas, tampouco mostram que caminharam para um final categórico. A título de ilustração, pode-se pensar a noção segundo a qual a terra é uma dádiva. Afinal, é a partir dela que o trabalhador garante a sobrevivência e é nela que se produz a subsistência cotidiana; diferentemente daquela de se entender a terra como mera mercadoria, conforme se percebe dentro da lógica da produção agroindustrial capitalista, e que, para os grandes proprietários, a aquisição de novas áreas significa uma simples ampliação dos latifúndios, ou seja, acumulação.

Não afirmo com isso que o valor comercial da terra ou que a busca por uma maior produção não estivessem presentes antes deste momento de transformações mais visíveis, percebido principalmente a partir da década de 1970. Mas que, como denoto, outros elementos também referenciam as práticas de seus moradores. Valores que ainda se fazem presentes e, inclusive, orientam as formas como alguns encaram a produção, materializando-se em práticas vividas na cidade. Saberes e valores que servem também como elementos identitários.

Seu Alceno Weber utilizou-se do domínio de saberes como elemento de destaque em sua entrevista. Recorreu, assim, a este universo para se diferenciar tanto dos moradores da cidade, como de alguns outros produtores rurais. Habitante da cidade há sete anos, Seu Alceno chegou ao município ainda na década de 1950. Compondo uma narrativa/imagem que mistura características identificáveis como de homem urbano e tradição camponesa, este divide o quintal de sua casa com o plantio de milho, mandioca, frutas e verduras. Questionado sobre a vida na cidade, seguiu com as seguintes palavras:

Raphael: A cidade é melhor, então? Vocês acham?

Alceno: Pra nós, sim... Pra todo mundo seria! Porque, eu já falei muitas vezes nas reuniões lá dos idosos, a hora que tamo conversando, daí conversa assim. Então, sempre tem aquele *bundinha* [grifo meu] mais chegado, então eles acham isto e aquilo... Eu digo, vocês não querem ajudar um pobre, mas quando tiver essas porcaria nos mercado, cheio de veneno, e é uma fruta grossa, aquela lá vocês compram porque é bonito, pra comer, mas quanto veneno elas têm lá dentro vocês não sabem! Agora vocês vão olhá um pobre quando ele trabalha, e olham um japonês, planta uma coisa cheia de veneno.

Porque nós sabia, ali em baixo tinha um cara, o que ele tinha de montueiras de litros de veneno... Ele mesmo não comia dos tomates dele (risos). Não comia! Mas pro comércio, coisa bonita ele apresentava. Mas, pro outro bobo da cidade, ele não vê no que que ele tá gastando!⁶⁸

O trecho citado é permeado de indicativos e permite perceber que estes mundos rurais e urbanos ainda estão muito relacionados na vida de Seu Alceno. Mesmo que em sua resposta diga, com ênfase, que a cidade é melhor do que o campo, durante a entrevista colocou-se como um outro em relação àquele que habita o espaço urbano. Sendo assim, o termo “*bundinha*” evidencia uma certa distância que o narrador tenta estabelecer entre estes e os demais moradores.

É no campo dos saberes que Seu Alceno busca se diferenciar do “*bobo da cidade*”. Daquele que, segundo narrou, não teria a capacidade de discernir entre a aparência bonita do produto e a sua essência nutritiva carregada de agrotóxicos. Em decorrência deste domínio do conhecimento adquirido no campo, mas contraposto com a realidade urbana, coloca-se em relação aos moradores da cidade, mesmo sendo um deles. De algum modo, seu argumento dialoga com processos vividos no âmbito da cultura que alimentam uma dicotomia histórica do urbano/progresso e rural/atraso.

Por fim, o “japonês” de que se refere não aponta apenas para um produtor agrícola específico, mas para o modelo que representa para ser questionado. O japonês referenciado se coloca em oposição ao “pobre”, aquele que não produz de acordo com os “padrões de beleza” impostos pelo mercado. Mas que, segundo Seu Alceno, se preocupa com o fato de ter apenas uma aparência melhor.

Seu Alceno, entretanto, não apenas busca se diferenciar dos moradores da cidade, como também atribui a estes uma carga de responsabilidade pelo quadro que denuncia. Enfim, seriam estes os responsáveis pela prosperidade da produção voltada, exclusivamente, à comercialização, expressa na figura do japonês. Afinal, são os “*bundinha*” da cidade que não ajudam os “pobres”. E a ajuda a que se refere não assume o sentido de caridade, mas de valorização por parte deste mercado consumidor dos produtos produzidos pelo agricultor sem o uso de agrotóxicos.

Para Seu Alceno estes não são problemas vividos apenas no âmbito dos discursos ou críticas. Entretanto, ainda que não se identifique enquanto um morador da cidade, ele também habita o espaço urbano, necessitando construir alternativas nesta ambiência. Uma das

⁶⁸ Depoimento de Alceno Weber, 65 anos, gravado em 20 de julho de 2007.

soluções encontradas foi a prática cotidiana herdada do tempo em que vivia no meio rural. É na horta, que ocupa boa parte do terreno da sua casa, e no lote baldio, que cultiva em troca de mantê-lo limpo, que vai encontrar a saída para não contribuir com o modo de produção pautado no uso de agrotóxicos.

Assim como a disseminação da proposta de produção agroindustrial, principalmente pela monocultura da soja, pode ser entendida como dominante, esta não foi capaz de dissolver práticas e formas como os novos moradores da cidade encaravam o campo. A migração de muitos deles para a cidade também não significou, simplesmente, uma absorção imediata de novos valores. É claro que o espaço urbano era um novo cenário na vida de muitos, mas este foi tomado a partir de antigos referenciais. Em outros termos, a cidade passa a ser o lugar da reelaboração, mas nunca o marco zero na vida destes sujeitos.

É no interior desta perspectiva que investiga Charles de Almeida Santana, em seu estudo das memórias e linguagens de migrantes em Salvador, oriundos das roças do Recôncavo Baiano. Na tese *Linguagens Urbanas, Memórias da cidade: Vivências e imagens da Salvador de migrantes*⁶⁹, o autor analisou as múltiplas temporalidades e lutas a cruzar dimensões de costumes, hábitos, na imbricada relação campo e cidade. Através do contato com trabalhadores, buscou entender as formas como elaboraram e reelaboraram seus espaços na cidade; inventaram formas de diversão e trabalho; construíram ambientes de sociabilidades através da religião, por exemplo, e lidaram com problemas de moradia e infra-estrutura. Desta forma, lembrou Santana:

A questão central, em toda a pesquisa, relaciona-se com o intento de interpretar as experiências de específicos trabalhadores oriundos das roças do interior do Estado, optando por um particular viés: o campo de força da memória do lugar de partida da migração em toda a pesquisa.⁷⁰

A “memória do lugar de partida” é percebida pelo autor como elemento fundamental para entender as vivências de moradores na cidade. Foram os costumes e hábitos advindos do campo os elementos fundamentais utilizados por eles para perceber a cidade e direcionar suas práticas. A primeira proposta apresentada por Santana, e com a qual pretendi estabelecer o diálogo, consiste em entender tais práticas através de questões relacionadas ao mundo do trabalho. Desta maneira, procurou entender as relações, ora de proximidade, ora de negação, com as dimensões em que o trabalho se apresentava na cidade.

⁶⁹ SANTANA, Charles de Almeida. *Linguagens Urbanas, Memórias da cidade: vivências e imagens da Salvador de migrantes*. São Paulo, 2001. Doutorado em História – PUC/ SP.

⁷⁰ Idem, p. 24.

Os conflitos no mundo das relações de trabalho também foram vivenciados na cidade por aqueles que passaram a viver em Marechal Cândido Rondon. Os hábitos e costumes destes trabalhadores rurais nem sempre foram compatíveis com a lógica em que o trabalho assumira na cidade. Negar determinadas funções, ou mesmo “inventar” novas profissões, muitas vezes significava fugir do olhar disciplinador do patrão, da carga excessiva do trabalho e/ou uma forma de aumentar a renda. A narrativa que segue expressa a forma como Seu Edgar relembrou a decisão de abandonar o emprego de zelador que tinha em um hospital da cidade e partir para uma nova ocupação profissional:

Fiquei quase cinco anos lá no hospital. Só que depois começou a complicar, era serviço demais e ordenado de menos! E daí eu falei pra minha esposa – “Agora, neste fim de ano eu vou aproveitar pedir a conta. Daí eu ganho o meu décimo e as minhas férias que eu tenho vencida, em dinheiro, daí eu saio com um dinheirinho mais ou menos na mão, daí eu vou trabalhar por conta”. Ela falou – “Mas como que você vai trabalhar por conta, você não tem profissão!”. Eu falei – “Eu faço uma!”. Comprei um cavalo e uma carroça de pneu. Saí pra ganhá o pão de cada dia e ganhava bem. (...) Quer ver... Eu saí do emprego de zelador do hospital foi em 1976, se não me falha a memória. Daí eu comprei aquele cavalo e aquela carroça, até me faltou um pouco do dinheiro que era o valor disso, só que eu tinha na época uma sanfona 80 baixos, eu nunca soube ser músico, mas eu tinha muita vontade, criança eu queria ter uma gaita e não tinha como, e agora de velho não adianta, não funciona, o dedo fica duro né! (risos).⁷¹

De acordo com a narrativa, o fato de não ter uma profissão não foi impedimento para que Seu Edgar abandonasse o emprego de zelador. Lugar de invenção que é a cidade, ele criou uma nova ocupação. O dinheiro dos direitos trabalhistas, somado ao da venda do acordeom de estimação, permitiu a mudança narrada em tom de vitória. Entretanto, foi a existência de uma prática que pode ser considerada como característica do campo, o uso do solo com fins de produção, que assegurou a prosperidade no novo trabalho na cidade. Conforme narrou:

Sabe o que, essa turma aqui na cidade mesmo, o pessoal aqui costuma plantar horta no fundo do quintal, ou até um lote a mais, um terreno a mais pra plantar. Daí eles pediam adubo orgânico. Eu ia longe nas chácara, nas colônia aí, buscá adubo orgânico pra levá pra turma.⁷²

⁷¹ Depoimento de Edgar Mauro Koch, 77 anos, gravado em 20 de setembro de 2007.

⁷² Idem.

Como se pode perceber, campo e cidade são realidades que não se apresentam de formas estanques⁷³. O depoimento de Seu Edgar possibilita pensar questões referentes a esta problemática. Os “novos” moradores de Marechal Cândido Rondon não se desprenderam totalmente de um modo de vida construído no campo ao chegar à cidade. Mas, se utilizaram destes para enfrentar novos problemas que nela encontraram.

É a partir deste viés do trabalho que gostaria de discutir a trajetória de Dona Dosnela Lamp, já referenciada anteriormente. Nas memórias sobre o período em que viveu no campo, ressaltou as dificuldades que a fizeram decidir-se pela mudança. Entretanto, se o trabalho braçal exercido na roça não era mais problema, novas questões surgiam e precisavam de respostas.

Depois de morar cerca de dois anos em Entre Rios do Oeste, na época um distrito rondonense, decidiu mudar para a cidade de Marechal Cândido Rondon. Os problemas decorrentes do alcoolismo do marido parecem ter contribuído muito na decisão:

E daí começou... Piorou, piorou, daí viêmo morar aqui pra Rondon, daí cada vez pior, eu não trabalhava mais, só batia na gente né... E jogava tudo pra fora... E o maior escândalo! O maior escândalo esse homem fazia! Eu sei que foi... Nós tava há 16 anos casado... Daí ele... Daí nós separamos... Daí uma noite ele chegou em casa e me bateu né, daí o meu filho mais velho falou – “Chega pai! Chega, chega! A mãe tá tratando todo mundo, e hoje de noite o pai dorme ainda aqui, mas depois o pai vai embora!”. Daí eu já tava trabalhando na Telepar [Companhia de Telecomunicação do Paraná], porque nós viêmo morar pra cá, daí logo eu peguei serviço na Telepar, e daí eu trabalhei sete anos na Telepar.⁷⁴

O trabalho na Telepar foi o primeiro de uma série de empregos que Dona Dosnela teve na cidade. Separada do marido logo que chegou, o serviço de zeladora, que exerce até hoje, garantiu durante muitos anos o sustento da família. Mas, o espaço da cidade exigia novas maneiras de lidar com o trabalho. Diferente do campo, onde a questão se resumia a preparar a terra, cuidar dos animais e por aí afora, na cidade primeiro foi preciso construir uma rede de relações para ter acesso ao emprego. Não se trata de mensurar o grau de dificuldade do trabalho no campo e na cidade, mas de perceber as novas dinâmicas que aparecem no espaço urbano e as formas como foram sendo encaradas e vividas. Conforme segue a fala da entrevistada:

⁷³ Sobre o assunto ver WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na Literatura*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

⁷⁴ Depoimento de Dosnela Lamp.

E de lá [Telepar], depois daí, como eu te falei hoje de manhã, saí de lá pra pegar um serviço onde que eu ganhava mais! Daí eu trabalhei um ano na cooperativa e lá me deram a conta, né... Daí eu saí de lá e subi pra cima, daí eu disse – “Eu não vou ficar sem serviço! Quem trabalha acha serviço, né!”. Cheguei na Yamacross [revenda de motos], no caminho eu encontrei uma senhora e ela disse – “Lá na Yamacross tão precisando de uma zeladora”. Fui lá e no outro dia comecei ali. Daí ali também eu fiquei um ano. Mas eu fiquei doente né, eu fiquei parada acho que dois meses, porque eu tava doente. De tanta depressão e tudo... A gente com criança pequena né, e sozinha... Eu tinha dias que não tinha o que comer! Eu deixava comida pras criança pra não passar fome!⁷⁵

Num primeiro momento, o que se percebe na narrativa é uma sucessão de três empregos em que são apresentados motivos diferentes para suas saídas. Primeiramente, uma melhor oferta de salário levou à mudança para a cooperativa; um ano depois, após ser demitida, viu-se obrigada a buscar uma outra opção. Neste caso, a resposta foi narrada como mérito peculiar: “*eu não vou ficar sem serviço! Quem trabalha acha serviço!*”. Por fim, os problemas de saúde encerraram outro emprego.

Mas, na condição de responsável pela família, Dona Dosnela logo precisou de outro emprego. As relações de amizade significaram o caminho para resolver o problema: *Daí um dia eu falei pro “Alemão Loco” [apresentador de um programa na emissora de rádio local em que também eram anunciadas oportunidades de empregos], se tu souber de um trabalho, que dão na rádio assim sempre que precisa pra isso ou pra aquilo, não divulga e não liga!*⁷⁶

O contato com o radialista era decorrente de uma relação de trabalho que este tinha com um dos filhos da entrevistada: “*ele e o meu piá faziam filme, iam pro Paraguai passar filme, tudo assim... Onde é que davam uma chance pra passar um filme eles iam. Ele levava o piá junto e dava uns troco pro piá.* Assim, não tardou para que uma outra oportunidade surgisse:

Daí um dia tinha o patrão do meu filho, ele era um pinguço e um sem-vergonha, e eu tinha me incomodado com ele. Daí a minha filha disse – “Mãe, o [nome omitido pelo pesquisador] tá aí. Eu disse – “Eu não tô. Pede pra ele o que que ele quer, que eu não tô!”. (...) Ele era, assim ele era gente boa pra ajudar, mas ele queria cobrar de outras maneiras... Então ele queria se cobrar de mim né... Você entende o que é que ele queria, né? E daí eu disse fala que eu não to, que eu saí pra cidade. – “Mas, meu Deus, eu tinha que falar com ela!”, ele falou. – “O Alemão Louco ligou lá em casa, que tem um emprego bom!”. Que eu tinha dado o telefone dele pra contato, que eu não tinha telefone. – “E era pra ela ir agora lá na rádio!”. Daí eu disse ‘- “Eu tô aqui, eu não saí ainda, né!”. Eu pensei, perder um emprego, eu não posso perder um emprego! Daí ele disse – “Ainda bem que tu não saiu! Tu é pra ir

⁷⁵ Depoimento de Dosnela Lamp.

⁷⁶ Idem.

lá na rádio falar com o Alemão”. Daí eu fui na rádio, falei com o Alemão. Daí ele me levou lá [revendedora de automóveis – nome omitido pelo pesquisador] lá em baixo. (...) Daí lá eu fiquei dez anos e dez meses lá!⁷⁷

Ao contar sobre a forma como conseguiu a ocupação, duas decisões foram destacadas durante a entrevista: a procura pela rádio em um momento inicial e a opção de receber a pessoa que vinha lhe trazer a notícia da existência da vaga. Em relação à primeira, ela indicou a elaboração de um domínio das relações que Dona Dosnela estabeleceu sobre as práticas na cidade. Os quase dez anos desde a mudança para a cidade, em 1990, possibilitaram apropriações e usos de diversos recursos pertencentes a este universo urbano, como é o caso do rádio. Viver na cidade obrigava, em alguns casos, a ampliar o campo de saberes e utilizar-se do rádio foi apenas um dos exemplos.

Ainda é preciso considerar a forma afoita como rememorou o episódio em que recebera a notícia da vaga de emprego. Uma disputa pautada no campo dos valores permeou a relação entre Dona Dosnela e aquele sujeito que vinha lhe falar: *“ele era, assim ele era gente boa pra ajudar, mas ele queria cobrar de outras maneiras, né... Então ele queria se cobrar de mim né... Você entende o que é que ele queria, né?”*. A forma indireta como expôs os “interesses” do sujeito mostra o peso que o assunto ainda toma no conjunto de valores de Dona Dosnela. Segundo narrou, foi somente a necessidade do emprego que fez com que concordasse em receber aquele homem: *“eu pensei, perder um emprego, eu não posso perder um emprego!”*.

O exemplo permite pensar a complexidade das relações vivenciadas na cidade por estes trabalhadores vindos do campo. O que se tem é um trabalho de constante reconstrução e reelaboração de práticas e valores. Algo que se realiza não de forma ordenada e sistematizada, mas nas relações cotidianas. No caso de Dona Dosnela, a necessidade de conseguir um emprego e permanecer na cidade.

Aquele também não seria o seu último emprego. Conheci Dona Dosnela há alguns meses quando realizava pesquisas nos arquivos da Rádio Difusora. Naquele momento, trabalhava como zeladora, “cobrindo” as férias de uma colega. Aposentada e com os filhos já adultos, teoricamente não teria mais necessidade de um emprego fixo. Hoje, complementa a renda da aposentadoria com trabalhos temporários, como o que realizava na rádio.

⁷⁷ Idem.

Assim, os anos em que vivera na cidade foram marcados por mudanças e uma busca constante por melhores empregos. Uma situação bastante próxima foi contada acerca das formas de morar na cidade. O fato de não possuir casa própria colocou a questão da moradia como um processo bastante dinâmico e de significado de luta para Dona Dosnela. A mudança entre muitas casas foi uma constante desde 1977, quando veio para a cidade: “*eu vim morar na rua Espírito Santo, lá embaixo perto da... Da Irio Welp, sim, descendo. Uma casinha, vixe, caindo aos pedaços! Daí depois... Eu já mudei, vixe, quantas vezes aqui em Rondon!*”⁷⁸.

Trabalho e moradia aparecem de forma relacionada nas memórias de Dona Dosnela. Morar na cidade significou experimentar novas formas de relação com a residência, ou seja, o tempo de permanência foi sempre uma incerteza. “*Não... Daí eu de lá, de lá eu mudei numa outra casa, daí eu comecei de trabalhar na [revendedora de automóveis – nome omitido pelo pesquisador]. E daí eu mudei pro Botafogo, e de lá do Botafogo eu vinha lá embaixo na [revendedora de automóveis – nome omitido pelo pesquisador] trabalhar!*”.

A distância entre a casa e o emprego aparece como um elemento de destaque na memória da entrevistada. Afinal, o bairro em que morava localiza-se a cerca de 5 km do local de trabalho. Questionada sobre o tempo em que viveu neste bairro, ela respondeu:

Morei no mutirão lá. (...) Naquela época era bom morar lá. Agora o pessoal se queixa que tem muita ladroeira, mas aqui na cidade também tem! Isso não é porque é no Botafogo... Era bom. Eu tinha ganhado uma casinha lá! Era minha aquela casa lá. E eu emprestei o meu nome pra uma pessoa, e depois eu perdi tudo.⁷⁹

O bairro Botafogo ou “mutirão”⁸⁰, como é chamado por Dona Dosnela, localiza-se numa região tida como periférica na cidade. Construído ainda na década de 1970, foi uma opção assumida pelo poder público municipal para resolver parte do problema habitacional, uma vez que o número de moradores na época aumentou consideravelmente. Logo, neste espaço concentra-se um grande número de trabalhadores que deixaram o campo.

Sua localização dentro da planta urbana aponta para uma tentativa, ainda que não assumida, de segregação dos moradores em relação ao restante da cidade. Uma postura que pode ser percebida na própria fala da entrevistada: “Agora o pessoal se queixa que tem muita ladroeira, mas aqui na cidade também tem!”. Apesar de negar o discurso que criminaliza o

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ Este termo é muito questionado por alguns moradores que vêem nele uma identificação com a violência e pobreza.

bairro, deixa transparecer esse sentido de exclusão criado sobre o lugar. Se “aqui na cidade” também tem violência, o que logo se conclui é que este não pertenceria à cidade.

Mas, há outro elemento na fala inicial de Dona Dosnela que gostaria de chamar a atenção: o “empréstimo” do nome e a conseqüente perda da casa. Como esclareceu durante a entrevista, trata-se de um fato em que ela se colocou como avalista de um amigo e que, devido ao não pagamento, viu-se obrigada a vender a sua casa:

Era bastante amigo meu, nós trabalhava junto, e daí ele tinha cheque, só que ele não tinha depósito né... Daí ele soltou vários cheques frios né, e ele veio pra mim avalizar e eu avalizei... Depois os cobrador não ia na casa dele, eles vinham tudo na minha cobrar! Daí eu fui obrigada a vender a minha casa pra pagar os credor... (...) Aquela vez eu disse, se fosse fazer de novo... Nunca! Não ia assinar, não! Mas eu achei que era só um favor né... Mas, dá pepino pros dois, tanto pra aquele que dá o cheque como pra aquele que assina! Então eu vi que se eu não ia pagar nós ia os dois pro xilindró! Que isso é tipo estelionato né... Peguei e vendi a minha casa! Ele não tinha o que vender, ele já tinha perdido o carro que ele tinha... E tá naquilo, sabe... Já faz uns doze anos isso...⁸¹

Conforme narrou, foi a amizade com um colega de trabalho que a colocou como avalista. Todavia, ao “emprestar” o nome, Dona Dosnela participou de uma lógica do negócio que não considera estas questões. O valor estaria na assinatura contida no documento, independentemente se este não fosse o devedor de fato. A preocupação em não ir para o “xilindró” a levou a vender casa para pagar os credores.

Muito provavelmente a prisão não seria o destino caso não pagasse suas dívidas. Juiz nenhum tomaria seu único imóvel para saldar as dívidas. Sabe-se que legalmente isto não é possível. Porém, pelo que se percebe na entrevista, o Direito era uma campo do qual a entrevistada não buscava se aproximar. Não fazia parte do seu universo de saberes e, consciente de que assinara como avalista, achou-se na responsabilidade de quitar as dívidas.

O problema que resultou na venda da casa ocorreu no ano de 1996, época que os filhos de Dona Dosnela residiam nela. Há alguns anos ela já havia saído do bairro. De acordo com o narrado, a casa estava cada vez mais cheia, resultado da presença de novos membros incorporados com o casamento dos filhos. Por isso, buscou outro lugar para morar:

E daí eu tava com a minha família lá, daí um casou, o outro casou, e ficavam, e ficavam... Daí eu disse um dia: chega! Eu vou sair. Deixa que os

⁸¹ Idem.

casais novos ali que se virem, que eu vou atrás de alugar uma casinha pra mim! Daí eu fui numa casa de uma prima minha.(...), agora construíram uma casa nova ali. Ali era uma garagem. Daí eu morei naquela garagem! Ela [prima] disse – “Eu vou te dar um quarto pra você morar aqui!”. Eu disse – “Não, eu não quero quarto, eu quero morar sozinha! Bem sozinha! Eu disse, chega, eu disse chega! Tá loco eu tô cheia, eu quero morar sozinha!”. Daí ela disse – “Mas eu criei até galinha aqui dentro!”. Eu disse – “Não faz mal!”. Peguei os esguicho lá da [revendedora de automóveis – nome omitido pelo pesquisador], e esguichei tudo! E daí tinha uns buraco assim no chão, não tinha assoalho né, tinha concreto, mas tinha uns buraco assim dentro que tinha quebrado, taquei umas caixa de papelão assim, e lá eu morei seis mês!⁸²

O ato de transformar a garagem em moradia foi narrado como um marco na trajetória de Dona Dosnela. O galinheiro de outrora, graças a seus esforços, agora era a sua morada. É algo uma busca por independência, o que se coloca como memória. O quarto oferecido pela prima não seria capaz de resolver o seu problema: “eu quero morar sozinha! Bem sozinha! Eu disse. Chega, eu disse chega! Ta loco, eu tô cheia, eu quero morar sozinha!”.

O tempo de permanência ali foi curto. Em seis meses Dona Dosnela precisou mudar os planos. Novamente, a relação com os filhos foi apontada como o motivo da mudança:

E daí depois essa aqui [filha] se separou. Que ela era casada também, e ela se separou. Daí eu fui morar na quadra dos turco. Lá daí eu morei quatro anos... A quadra dos turco que eu digo, é da Dona Ilda [prima] pra cima. Aquela quadra ali... No meio não tem uma casa grande? Ali eu morei quatro anos! Eu cuidava da casa... Eles moram em Foz, os turco, né, então eu cuidei aquela casa ali. E daí naquela época eu ganhei a conta na [revendedora de automóveis – nome omitido pelo pesquisador]... Mas daí eu tinha pensão do meu marido que já tinha falecido né, e tinha um salário que eles me pagavam lá. E não precisava pagar aluguel, e eles me pagavam ainda, tinha água, luz e telefone tudo livre, né... Daí eu conseguia me vira,r né, sem trabalhar fora, né. Daí eu carpia aquela quadra tudo, pra deixar limpa, né... Hoje tem tudo casa em cima né...⁸³

A grande casa de alvenaria para onde se mudou ficava a menos de cem metros da “garagem” em que morava antes. Livre do aluguel e das despesas básicas da casa e com a pensão que recebia após a morte do marido (separada de fato, mas não de direito), não precisou mais de emprego fixo. O trabalho agora se limitava aos afazeres domésticos, além dos cuidados com o terreno baldio que cuidava.

Coincidentemente, é na “quadra dos turco”, citada por Dona Dosnela, que se localizava a minha residência quando da realização da entrevista. Durante a produção da

⁸² Idem.

⁸³ Idem.

entrevista, ao saber de tal fato, a entrevistada construiu uma fala que buscou mostrar um conhecimento sobre o crescimento da cidade, mais especificamente daquele bairro:

Raphael: Eu morei naquela quadra, naquele predinho onde que tem um mercado ali, sabe?

Dosnela: Então, sabe quais foi as primeiras casas que foi construída ali? Essas do canto de cima.

Raphael: Aquelas duas casinhas iguais ali?

Dosnela: É, essas. E ali eu tinha mandioca plantada, e pipoca tudo plantado, e daí eles compraram aqueles dois lotes. Os primeiros dois lotes que foi vendido foi pra um homem ali de Margarida, que comprou e construiu aquelas duas casas. Daí depois, de lá eu fui morar ali na Rua Independência. E assim a gente foi mudando né... Porque eu sempre morava três, quatro anos num lugar né, daí pediam a casa, e daí tinha que procurar outra né... E até hoje agora eu to morando três anos aqui e aqui eu não pago aluguel.

A construção das casas substituiu o uso produtivo da terra pelo seu valor imobiliário. Os terrenos que a entrevistada ocupava com o plantio de mandioca e milho pipoca, por exemplo, foram aos poucos sendo ocupados por novas casas. No caso de Dona Dosnela, esta fora uma das últimas mudanças até chegar à casa em que hoje reside.

Como já foi dito, “morar” na cidade muitas vezes estava associado aos trabalhos de Dona Dosnela. A relação com a casa atual também passa por tais caminhos. Localizada na região central da cidade, a atual moradia foi cedida como um “presente” de uma amiga, uma ex-patroa de muito tempo. Mas morar ali não era apenas usufruir do dito presente. De acordo com o narrado, a mudança foi uma verdadeira negociação:

Daí é duma amiga minha, a casa que era da ex-dona da [revendedora de automóveis – nome omitido pelo pesquisador], antigamente ela era dona da [revendedora de automóveis – nome omitido pelo pesquisador], e ela sempre falava – “Um dia eu vou dar uma casa pra você morar! Eu vou te dar uma casa pra você morar!”. E daí um dia ela me chamou e ela disse – “Você quer uma casinha?”. Eu disse – “Mas é claro que eu quero!”. E essa aqui [filha] tava esperando esse ali [neto] e daí nós procuramos essa casa, sabe, nós não achava a casa... Nós passamos ali embaixo, passamos por tudo e não achava a casa! Era um paiol sabe... (...) Era um paiol, assim, sujo, sujo, sujo! (...) Essa aqui [filha] quase se matou de rir! E daí ela disse – “A mãe ganhou a casa do ‘Sorria Rondon!’ [Promoção da Associação Comercial que sorteia uma casa no final do ano]” (Risos). Daí entramos.... Meu Deus! Gente do céu! Que sujeira! Daí eu peguei e entreguei a chave pra ela. Eu disse: Dona Nelza, eu sou pobre, mas eu morar numa sujeira dessas eu não vou querer não!⁸⁴

⁸⁴ Idem.

A maneira humorada como contou o episódio em que, juntamente com a filha, foi conhecer a casa, deve ser pensada a partir do lugar de fala da entrevistada. Ainda que não de forma planejada, o fato de negar a casa nas condições que estava: “eu sou pobre, mas eu morar numa sujeira dessas eu não vou querer não!”, acabou, em termos, por beneficiá-la. Isso acabou fazendo com que sua ex-patroa providenciasse uma reforma no local. De maneira indireta, significou a negação de uma lógica puramente assistencialista proposta pela ex-patroa. O fato não se resumiu a uma mera doação, mas adentrou no campo da “negociação”:

Eu já fiz meu plano, pensei, se ela arrumar um pouco a casa, porque as abas era tudo quebrado, não tinha um vidro inteiro aqui! Aqui assim era tudo lâmina pregada, tudo quebrado, tudo podre! Olha, pior do que um barraco de nêgo! Deus que me perdoe! E daí fui... E daí bem naquela época me pegaram ali na rádio pra trabalhar. Daí trabalhei vinte dias ali na rádio, e dali me pegaram na [empresa local, nome omitido pelo pesquisador] pra trabalhar, pra fazer as férias da outra. (...) Eu trabalhava lá até as quatro horas, daí eu vinha aqui pintava parede, até a altura que eu podia. Depois o meu filho pintava o resto... Daí eu vim morar aqui, agora tô três anos aqui... Mas eu me poupo o aluguel! A casa não é boa, boa, mas não chove dentro!⁸⁵

As constantes mudanças parecem que serão deixadas de lado. A disponibilidade da casa por tempo indeterminado abriu um novo panorama para Dona Dosnela. Se até então a permanência dependia da vontade dos proprietários, por sua vez, ficar ou não na casa foi uma decisão dela. Assim, como há 12 anos, uma relação de amizade obrigou-a a vender para quitar contas de que era avalista, hoje a mesma relação lhe garante a sua moradia. Dona Dosnela não tem nenhuma documentação de posse da casa, mas se sente tão segura quanto se tivesse: *“agora a mulher me deu a casa pra mim morar o tempo que eu quero! Ela disse ‘se tu quer morrer naquela casa tudo bem! Não tem problema!’”*.

Como se viu, desde que chegou a Marechal Cândido Rondon, a moradia foi um elemento narrativo bastante representativo na trajetória de Dona Dosnela. O fato de dedicar boa parte do tempo da entrevista com tais questões mostra o sentido que a moradora teve em sua vivência na cidade. O caminho até a casa onde mora foi bastante tortuoso, sendo marcado por muitas incertezas e constantes mudanças.

Experiências muito próximas das de Dona Dosnela foram vivenciadas por Dona Lone. Todavia, este clima de instabilidade fazia parte de sua vida ainda no tempo em que morava no campo, quando, juntamente com o marido, trabalhava de meeira, arrendatários e em algumas

⁸⁵ Idem.

circunstâncias como empregada assalariada em propriedades rurais. A cidade, no caso dela, foi narrada como uma solução para os problemas vividos até então.

Desde que chegou de Santa Catarina, em 1958, Dona Lone morou em propriedades agrícolas. O trabalho, na companhia dos pais e irmãos, foi até 1978, ano do seu casamento. A partir de então, a vida de itinerante se fez ao lado do marido:

Morei lá, na vila pra baixo. Depois morei no mutirão, na vila também. Fui morar na vila, mas não deu! Por que vai viver com que lá na vila? Não tinha o emprego... Depois, viêmo pra Juricaba, cuidar um aviário aqui... Fiquêmo... Não... Vixe! Isso era tanto. Lá embaixo fiquêmo, isso era seis anos num tal de Ribeiro. Depois viêmo pra cuidar o aviário, era mais três anos. E assim foi! (...) Melhorando, querendo melhorar. Porque lá era muita roça. Porque nós entre dois, cuidar porco, vaca e a roça: não aguentava! E aí ia sempre onde que era mais fácil. Fácil também não, antigamente era... Os aviário era tudo puxado assim a água, tinha que carregar os bebedor.⁸⁶

Algumas investidas nas vilas distritais e, principalmente, a troca de propriedades, marcaram a trajetória de Dona Lone. Longe de significar perenidade, o campo era local de instabilidade. Em 1993, depois de várias mudanças, a cidade se concretizou como solução para estes problemas. Questionada sobre desde quando que mora na cidade, respondeu: “É, quinze anos que eu moro na cidade... Mas também não vou mais, chega! Não acha que é fácil no interior! Esses coitados que tão eu tenho dó!”.

Como se pode notar, o seu posicionamento em relação à cidade se faz na comparação com o campo. Sua fala assume um caráter esclarecedor, em que dada a sua experiência, desconstrói qualquer força de sentido idílico do campo: “não acha que é fácil no interior!”. Sendo assim, foi a partir destas experiências que construiu a visão que me apresentou sobre a cidade. A começar pela própria mudança:

Loni: Lá trabalhêmo três anos! Depois daí viêmo lá pra cima, pra Juricaba, daí cuidêmo lá de novo, de vaca. E de lá eu falei, agora eu vou... Daí conseguimos compra um lote...

Raphael: Aqui na cidade?

Loni: Sim. E uma casinha... Mas agora eu falei – “Vou morar no que é meu!”. Porque não é fácil trabalhar se tu tá de baixo dos outros. Tem que tá só no comando, como eles mandam tu tem que fazer. Mas, graças a Deus, agora...⁸⁷

⁸⁶ Depoimento de Loni Weber.

⁸⁷ Idem.

Morar em casa própria significou não apenas o fim da instabilidade vivida no campo, mas, principalmente, o direito de livrar-se do controle do patrão. Nas ocupações que exerciam no campo, a divisão entre o trabalho e a vida privada era quase imperceptível. O fato das residências se localizarem no interior das propriedades alargava os locais de subordinação ao patrão. A casa não servia como um limite entre o tempo de descanso e aquele em que trabalhavam. Afinal, o controle do patrão se estendia por toda a propriedade e, talvez, além.

A residência na cidade garantia à Dona Lone esse espaço de maior privacidade. O trabalho aconteceria em seu horário específico, pois ao adentrar pelos portões da casa não estaria mais subjugada ao mando do empregador. Porém, na primeira morada, ainda em 1993, novos problemas surgiram. O viver urbano tinha algumas características que não faziam parte do cotidiano da entrevistada. Adaptar-se às novas práticas e, na medida do possível, buscar alternativas, foram as maneiras como passou a experimentar a cidade:

Raphael: Aonde que era a casa?

Loni: Ali no Alvorada. Ali em baixo, dá o que, três, quatro quadra. Mas era um meio lote com uma casinha de madeira. Mas é o que deu pra comprar, né. (...) Depois, morêmo lá nove anos, agora tamo ali sete, oito anos... (...) Lá embaixo onde nós morava era um inferno. Falei, agora eu vim morar no céu aqui (...) É, lá era muito... Daí, sabe, tu tem aqueles... Eu não sou de arrumar encrenca, mas tinha uns vizinho lá que não dava pra aguentar. (...) Daí os vizinho incomodam... Podia dizer, vizinho chato, daí vai falar uma coisa, daí já... E daí era grudado parede com parede, meio lote, e daí um que bate, porque era casa de madeira né, um bate e o outro escuta né. E isso não...⁸⁸

O dinheiro que trouxeram possibilitou a compra de um pequeno terreno sobre o qual havia uma “casinha de madeira”. As dimensões mínimas do lote, somado ao fato de ser uma casa de madeira com um sistema de isolamento acústico pouco eficiente, intensificaram ainda mais o contato com os vizinhos. As relações tensas narradas pela entrevistada fizeram com que ela caracterizasse o local como um verdadeiro “inferno”.

O “inferno” se fez em oposição ao “céu” em que talvez hoje viva na cidade. Passados oito anos desde que deixara o campo, Dona Lone conseguiu mudar-se para a casa onde mora: “aqui é um sossego. Chega de noite... Tu vê, é que nem agora também, isso é aquele silêncio. Muito gostoso!”.

Apesar de ter solucionado o problema em relação à vigilância do patrão, nos primeiros anos de morada na cidade Dona Lone teve que lidar com a divergência com vizinhos. Este foi

⁸⁸ Idem.

um problema que se estendeu até 2001, quando finalmente conseguiu se mudar. Foi nesta época que a cidade atendeu os seus desejos, pois garantiria seus espaços de mais privacidade e “sossego”. Neste sentido, a cidade almejada era aquela que lhe garantisse uma vida privada. Curioso pensar que o fato de antes morar no campo, o que supõe menor densidade populacional e movimento de pessoas, não lhe garantiu tal privacidade. Além disso, como demonstrou, a cidade por si só não lhe oferecia as garantias buscadas. Sua trajetória de luta é aquela que lhe permite entender todo o seu próprio processo.

A forma como Dona Lone, desde então, se relaciona com a cidade é bastante reveladora dessa vontade que motivou sua saída do campo. O diálogo que segue permite pensar algumas questões desse seu relacionamento com o restante da cidade.

Lone: Eu vou no centro se eu preciso ir no banco. Banco também tem ali na Copagril [refere-se aos caixas eletrônicos instalados no supermercado do bairro]... Porque senão... Eu no centro não vou duas vezes por ano!

Raphael: Por ano?

Lone: Não vou! O que é que eu quero? Ali tem de tudo. E eu não gosto de ir no barulho! Não gosto de ir no centro, onde é muito carro. Eu fico na minha. Só falta aqui uma... Ainda uma lotérica. Daí o resto tem tudo aqui. Eu não faço questão de ir lá pra cima. (...) Porque o que falta é uma lotérica. Porque às vezes de pagá um telefone aqui, que não vem, daí eu tenho que ir lá pra cima. E ir no banco. Banco tem na Copagril, tem os caixas tudo, vai lá... Loja tem! Então não precisa... De tudo! Aqui perto tem tudo! Eu, francamente, não sei se vou duas vezes ou três vezes por ano lá pra cima!⁸⁹

A distância entre a casa de Dona Lone e o centro não chega a trinta quarteirões. Um percurso considerável se levado em consideração as dimensões espaciais do município. Porém, não ao ponto de gerar um isolamento dos moradores do bairro com o centro, um percurso realizado quase que diariamente por muitos. Todavia, pelo que se percebe, a distância que a separa do centro não é apenas geográfica, mas principalmente sociocultural: “e eu não gosto de ir no barulho! Não gosto de ir no centro, onde é muito carro. Eu fico na minha.”

Assim, a tranquilidade foi usada para qualificar de forma positiva o lugar onde mora, já o barulho do centro serve como uma justificativa para não frequentá-lo. A concentração de carros e o movimento do centro aparecem como desqualificação àquele espaço. Ir ao centro foi apresentado como uma obrigação, feita a contragosto e poucas vezes ao ano.

⁸⁹ Idem.

Por outro lado, não ir ao centro não significa abrir mão dos serviços disponíveis da cidade, como o comercial ou bancário, por exemplo. É justamente por dispor destes serviços no bairro ou nas suas proximidades, que o centro pode ser uma opção e não uma obrigatoriedade. A insistência na queixa em relação à ausência de uma lotérica na região ilustra a importância que atribui a estes serviços urbanos. Ou seja, não se trata de uma posição de isolamento em relação à cidade, mas de uma tentativa de valorizar o espaço da casa, e quando necessário, do bairro.

A opção de Dona Lone em evitar o contato com o restante da cidade é bastante próxima à de Dona Hilda, que em 1959 mudou-se para o município e, em 1981, para a cidade. Oriunda de Joaçaba (SC), chegou ainda jovem na companhia dos pais para morar e trabalhar na propriedade rural que haviam adquirido. A proximidade entre a propriedade rural e a cidade estreitou o contato de Dona Ilda com o espaço urbano. As primeiras experiências no meio urbano decorreram das relações sociais na igreja, mais especificamente com o grupo de jovens da comunidade:

Tinha uma Juventude grande na nossa igreja. Bem grande! Tinha um pastor da Alemanha que fazia a Juventude. Ele brincava com nós de esconder. Era um pastor casado, ele tinha mulher e filhos, mas ele fazia a Juventude, fazia a pregação e os cantos, daí ele dizia – “Agora, meia hora de brincadeira”. Daí nós falava – “Vamos brincar de esconder!”. Ia o pastor junto lá, com a Juventude... E naquele tempo não tinha essas coisas com drogas, com... Se hoje os namorados se conhecem e já trepam junto na cama... Antigamente era ó [punho cerrado]! Tinha que obedecer, senão apanhava!⁹⁰

Nas memórias de Dona Hilda, apesar da cidade ser o lugar de encontro da “juventude”, ela não mereceu nenhum destaque. O eixo da narrativa aponta para um passado lúdico das brincadeiras comandadas pelo pastor. Um passado que estaria isento dos problemas do presente, quando as questões se resolviam pela obediência, como apontou. Entretanto, a cidade não foi apenas o espaço de lazer e de encontro com a “juventude”. Diferentemente dos demais entrevistados, o trabalho no campo e na cidade se intercalaram em sua trajetória. Ainda na década de 1970, período em que morava com os pais, Dona Hilda teve sua primeira experiência de trabalho na cidade:

O meu primeiro emprego era no [nome omitido pelo pesquisador]. Trabalhei de diarista. E depois a gente pegava assim o serviço, pra ganhar um dinheirinho. (...) E lá eu trabalhei e ganhei todos os meus enxovais que eu tinha dentro de casa! Tudo eu comprei com aquele dinheiro. (...) Daí a gente

⁹⁰ Depoimento de Ilda Cassel.

trabalhou lá até que eu casei. Daí quando nós casêmo nós fomo morar numa outra chácara, que era a chácara do meu sogro. E lá também então era só serviço... Criar porco e essas coisas...⁹¹

De acordo com o narrado, a cidade foi aos poucos sendo incorporada às experiências de Dona Hilda. O primeiro emprego como diarista, que garantiu a compra do enxoval, encerrou-se com o casamento. A chácara do sogro passou a ser o destino e, novamente, o trabalho no campo ressurgiu em sua vida.

Mas daí depois de uns cinco, seis anos, daí nós construïmo uma casa na chácara que eu ganhei de casa. (...) Nós construïmo lá e viêmo mais perto. Daí era mais perto da cidade. Mas também demorou anos até que a gente ganhava luz elétrica. A gente vivia de lampião. (...) Não tinha luz ali. Água encanada também não tinha. Nós tinha que fazer cinco ou seis poço até que nós achêo água. Daí no quinto poço nós achêmo água. E o resto nós tinha que se virar nos vizinhos. Não era fácil lavá roupa e tratar tudo os bichinho, os porco, as vaca, tudo puxar água de outro lugar!⁹²

A despeito da proximidade com o meio urbano, destacada como positiva na nova propriedade, são as dificuldades que recebem ênfase em sua fala: a energia elétrica que tardou a chegar soma-se aos problemas de acesso à água potável. Passado o momento inicial desde a mudança para a chácara, a família iniciou uma atividade comercial de compra e venda de gado e suínos:

Lá nós abrimo uma compra e venda de gado e porco. Daí nós fizêmo um chiqueirão grande na chácara. Daí o meu marido puxava porco, puxava gado, e tudo isso ia pra Curitiba. (...) Tinha um cara que era de Curitiba e ele comprava aqui pra um frigorífico lá. Daí eles recolhiam tudo lá no nosso chiqueirão, carregava nos caminhão grande e levava pra Curitiba. (...) O meu marido era o motorista.⁹³

Apesar de continuarem produzindo no campo, o comércio passou a regular a dinâmica familiar. A produção de suínos, bastante praticada no município na década de 1970, foi encarada de uma maneira particular por Dona Hilda, que transformou sua propriedade numa espécie de entreposto de animais, até que estes fossem transportados para a capital. Também mudou a relação do casal, pois em decorrência da ocupação como motorista exercida pelo marido, as atividades da chácara transformaram-se em obrigações exclusivas da entrevistada. Todas estas mudanças trouxeram consigo um elemento apresentado como determinante em

⁹¹ Idem.

⁹² Idem.

⁹³ Idem.

sua decisão de mudar para a cidade, que foi o seu marido tornar-se dependente de bebidas alcoólicas. O diálogo que segue expressa a forma traumática que o vício do marido fixou-se às memórias de Dona Hilda:

Raphael: Por que é que resolveram mudar pra cá?

Hilda: Porque não deu mais lá na chácara. Porque... [gesto de bebida].

Raphael: Bebida?

Hilda: É...

Raphael: E aí a cidade foi...

Hilda: É. Daí a gente perdeu. A gente não pode esconder. Eu perdi a chácara. O meu marido foi de avalista e perdêmo tudo as coisas. (...) Porque não é fácil e não é bom lembrar! Daí se não tá bom depois a gente... (...) Isso sobrou lá da chácara. Isso sobrou lá da chácara. Esse lote foi o dinheiro que sobrou. Era cinquenta e seis lotes lá a chácara. E aí sobrou, e daí nós comprêmo isso e logo botêmo no nome dos quatro filhos.⁹⁴

Durante a entrevista, quando gestos velados foram feitos como forma de não falar diretamente do problema, Dona Hilda assume de maneira declarada a dificuldade de rememorar aqueles momentos: “porque não é fácil e não é bom lembrar!”. O alcoolismo do marido e os negócios mal sucedidos colocaram a cidade novamente nos seus planos. A casa onde mora há 27 anos foi tudo o que sobrou da propriedade. Localizada no bairro central da cidade, a casa de Dona Hilda nem sempre teve os aspectos urbanos considerados hoje em dia. A presença dos vizinhos, por exemplo, não era algo dado quando da mudança em 1981:

Aqui, quando eu vim morar, aqui não tinha nem uma casa aqui na redondeza. Era nós sozinho morando aqui. Mas todos os lotes já tava derrubado o mato, daí quem morava lá na cidade plantava aqui em redor. Milho e mandioca... Não tinha mais mato. Mas quando eu vim de Joaçaba, isso aqui era tudo mato, não tinha nada de...⁹⁵

Desde o início da década de 1980, Dona Hilda e a família passaram a viver na cidade. Na época, uma das poucas casas na “redondeza”, passando a dividir espaço com os terrenos baldios cultivados na vizinhança. A diferenciação que faz em relação ao restante da cidade é tamanha que de algum modo acabou por excluí-la da condição de moradora urbana, como assim formulou. Afinal, “quem morava lá na cidade plantava aqui em redor”.

Porém, o contato com o restante da cidade, ou com aquilo que para ela representava a cidade, foi necessário. Os problemas decorrentes do alcoolismo do marido e o falecimento dele a obrigaram a cuidar sozinha dos filhos. As estratégias construídas a partir de então

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ Idem.

colocaram-na em contato direto com as dinâmicas da cidade. O trabalho como diarista, que na década de 1970, quando ainda se preocupava com o enxoval para o casamento, apareceu como uma maneira de inserção possível na cidade. Na década de 1980, todavia, recolocou-se no viver urbano, porém sob condições diferenciadas.

Mas a gente tinha que trabalhar... No começo sabe, quando eu morava aqui, quando o Marcelo [filho caçula] podia se virar, quando ele já era maior sabe, daí o Vitor [filho mais velho] cuidava dele, daí eu trabalhei. Uma vez eu trabalhei dez anos numa casa, de empregada assim, fazia almoço e tudo... Num outro lugar eu trabalhava nove anos... Daí num lugar de manhã todo dia, e no outro lugar de tarde. E assim, quando a gente parou, assim de ser empregada direto, daí a gente pegava como diarista, assim de casa em casa. A gente se virava. Até hoje eu trabalho. (...) Trabalho ainda de diarista. E não tenho vergonha de dizer!⁹⁶

A forma como encerrou a fala, “não tenho vergonha de dizer!”, é bastante instigante para pensar aquilo que a entrevistada buscava negar. Ou seja, o demérito que a profissão de doméstica tem no interior das relações vividas em sociedade. Os 19 anos como “empregada” e o trabalho de diarista que continua exercendo foram, no universo do trabalho, as situações experimentadas na cidade. A função de fazer o almoço, por exemplo, foi utilizada como ponto de destaque em sua memória. Uma memória sobre o trabalho que não se desvincula das memórias sobre o trabalho no campo:

Comecei de trabalhar de diarista. E lá eu cuidava a chácara sozinha. Porque lá, sabe, às vezes eles vinham lá. Eu tinha as vacas, tinha os porco, tinha as galinha, tinha os filho... Eu limpava a chácara, deixava a chácara tudo limpa! Cuidava de tudo! Hoje a gente não ia aguentar mais de tanto serviço, né. E a piizada todo mundo foi na aula... (...) Lá da chácara eu também vivia mais no hospital do que lá. E daí aqui também. Depois quando ele [filho caçula] tinha cinco ou seis anos, daí ele começou de melhorar. Mas os bracinho dele era fino assim... As perninha também... Ele era magro, magro, magro! Meu Deus... (...) Mas a gente sofreu! Naquele tempo eu não ganhava pensão ainda, nada. A gente só vivia assim do trabalho que a gente fazia.⁹⁷

Assim, campo e cidade aparecem de maneira bastante interrelacionadas nas memórias de Dona Hilda. Os problemas de saúde do filho caçula permaneceram após a saída da chácara, sendo o trabalho apontado como uma única solução. Uma memória que enfatiza um tempo de dificuldades, tanto no campo como na cidade. No seu caso, não há reconstruções positivadas em contraponto. Foram e são duas realidades tratadas como inseparáveis.

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ Idem.

Os viveres dos trabalhadores que deixaram o campo para viver na cidade foram marcados por muitas reelaborações de práticas e valores. O cotidiano na cidade trouxe para eles muitos novos problemas, obrigando-os a construir maneiras diferentes para resolvê-los. Ainda que a cidade não fosse um universo totalmente desconhecido, habitá-la exigiu novas posturas e enfrentamentos. Nem o rompimento definitivo com a bagagem cultural construída no período em que viviam no campo e nem a manutenção pura e simples desta, caracterizaram as experiências dos entrevistados. A vida na cidade foi construída numa situação relacional com aquilo que traziam com o “novo” encontrado na cidade. Mudanças dadas no cotidiano, nas relações de trabalho, dentre outros enfrentamentos.

A cidade não estava isenta das correlações de forças e das tentativas de controle marcadas pelos sentidos “progressistas”. Um dos problemas enfrentados pelo poder público já na década de 1960 era os “novos moradores”, que cada vez mais chegavam para habitar a cidade. Disputas que não se apresentavam de forma muito clara, mas que podem ser lidas nas entrelinhas de alguns documentos que levantei junto à Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon.

Nas pesquisas que fiz no arquivo do legislativo, encontrei diversos documentos que direta ou indiretamente tratavam da questão da presença de trabalhadores rurais que vinham habitar a cidade. Discussões como quais áreas seriam destinadas à construção de loteamentos ou que seriam transformadas em áreas urbanas. Também algumas leis voltadas diretamente às práticas vividas na cidade. Como exemplo destes projetos, tem-se a Lei Municipal nº 1.121, de 26 de dezembro de 1974, que instituiu um dos Códigos de Posturas do Município de Marechal Cândido Rondon. Composto de cinco títulos e 205 artigos, apresentava o conjunto de normas e regras instituídas na tentativa de normatizar os usos do espaço urbano. Conforme colocado em seu primeiro artigo:

Art. 1º - Este Código contém as medidas de polícia administrativa a cargo do Município em matéria de higiene, ordem pública e funcionamento dos estabelecimentos comerciais e industriais, estatuinto as necessárias relações entre o poder público local e os munícipes.⁹⁸

Colocadas as disposições gerais, o Título II versa sobre a “Higiene Pública”. Dividido em cinco capítulos, a tentativa de controle sobre as práticas dos moradores invade, inclusive, o espaço privado das habitações. Penalizando com multas que variavam de 30 a 100% do

⁹⁸ Marechal Cândido Rondon. Lei nº 1.121 de dezembro de 1974.

salário mínimo vigente na região, o documento impôs normas que vão da obrigatoriedade da pintura periódica das casas, em que “*as residências urbanas deverão ser pintadas de 4 (quatro) em 4 (quatro) anos, no mínimo, salvo exigências especiais das autoridades competentes*”, às normas para a construção de cocheiras e estábulos.

É no Título III, entretanto, que a tentativa de maior controle se coloca em oposição às práticas mais elementares das relações cotidianas. Intitulado “Da Polícia de Costumes, Segurança e Ordem Pública”, o capítulo previu multas que vão de 20 a 200% do salário mínimo. Antes mesmo da publicação da referida Lei, a preocupação com a organização da cidade por parte do poder público já se fazia notar, conforme se percebe em matérias publicadas na Rádio Difusora.

Animais soltos nas ruas.

Outro fato para o qual alertamos as autoridades competentes é o caso de animais soltos nas ruas da cidade. O Código de Posturas é muito claro a este respeito. E nós faríamos um apelo aos senhores donos destes irracionais para que os prendam para não terem incômodo com a fiscalização.⁹⁹

Neste trecho, o que se destaca é o alerta aos donos de animais que os deixavam soltos nas ruas da cidade. Os usos do espaço urbano por parte destes moradores não assumem a mesma lógica pretendida pelo poder público. A prática de não prender os animais pode ser entendida como uma reivindicação de um espaço que ultrapassa os limites dos domínios privados. A rua é incorporada ao território destes moradores, que a utilizavam como extensão de sua residência. A tentativa de controle por parte do poder público materializava-se, de algum modo, nos textos legais.

A análise destes materiais parte da premissa de que respondem aos interesses de determinados grupos e interesses e que os seus conteúdos estão sempre relacionados às práticas sociais nestes novos contextos que estão inseridos. Podemos, através deles, perceber comportamentos e posturas que estavam sendo questionadas, como que buscando afirmar novos valores. Se, no primeiro momento, estes textos normativos pareceram discutir assuntos pouco significativos, como é o caso do Art. 59 do Código, que proíbe o banho nos rios, córregos ou lagoas do município, eles também parecem representar a constituição de uma “nova cidade”. Deste modo, as formas normativas pretendiam se estender tanto sobre os espaços, como sobre os modos de vida de seus moradores.

⁹⁹ Frente Ampla de Notícias. Rádio Difusora. Edição 54 – 03 de fevereiro de 1967.

O poder público, entretanto, parece não ter obtido êxito total em seus planos. Acerca da tentativa de proibir os moradores de criarem porcos e galinhas, por exemplo, pode-se perceber a ineficiência dessa legislação na fala de Dona Lucinda. Moradora do município desde 1953, apesar de trabalhar na agricultura, sempre teve contato direto com a vida urbana, uma vez que a propriedade da família ficava próxima ao limite urbano. Questionada sobre a referida Lei, evidenciou:

Sim! Isso é verdade! Sim! Não podia, não podia assim criar porco, galinha... Primeiro proibiram os porco, depois as galinha, depois as vaca e tudo. Tinha que ser fora da cidade... Só que o povo, tem um ou outro ainda que tem hoje galinha escondida, ainda escondida bem nos fundos. (risos)¹⁰⁰

Os projetos de urbanistas muitas vezes partem de uma perspectiva funcionalista para entender a cidade. Pode-se identificar uma tentativa de projetar Marechal Cândido Rondon como uma cidade ligada à produção agrícola de larga escala, em detrimento à de subsistência. Em fins das décadas de 1960, analisando material divulgado na rádio local, percebe-se a presença destes discursos “modernizantes”:

A mecanização da lavoura é um fato. Estiveram na manhã de hoje na nossa redação os senhores Emilio Pede e Egon Waldow, que trouxeram uma bela notícia. A mecanização da lavoura está em vento em popa em toda a região. Chegou na manhã de hoje até esta cidade, tendo estado exposta ao lado da rodoviária, uma moto-ceifadeira-trilha, que faz todo o trabalho automático na colheita. É de marca Univerdal, fabricada na Iugoslávia, equipada com motor Perkins 80 hps de força, pesando acima de cinco toneladas. É uma grande máquina que virá juntar-se ao exército da produção no nosso município, incentivando e impulsionando a moto-mecanização de nossa agricultura. Parabéns aos empreendedores, senhores Emilio Pede e Egon Waldow, que entraram com o pé direito na luta pelo progresso. A máquina é financiada pelo Ministério da Agricultura, com prazo de seis anos para o pagamento. É mais um fruto da união entre agricultores, quando vemos que dois vizinhos se uniram e realizaram este belo empreendimento. Parabéns mais uma vez... Um exemplo a ser seguido.¹⁰¹

Não seria preciso muito esforço para perceber as ligações da população economicamente ativa com a produção agropecuária durante a década de 1970 e mesmo posteriormente. No trecho acima, fica evidente a tentativa de se projetar uma imagem do município associada à produtividade agrícola: “É uma grande máquina que virá juntar-se ao exército da produção no nosso município, incentivando e impulsionando a moto-mecanização

¹⁰⁰ Depoimento de Lucinda Gartner gravado em 04 de agosto de 2007.

¹⁰¹ Frente Ampla de Notícias. Rádio Difusora. Edição 727 – 13 de junho de 1969.

de nossa agricultura”¹⁰². Todavia, tal perspectiva de pesquisa excluiria uma infinidade de sujeitos que não se enquadrassem nesta posição.

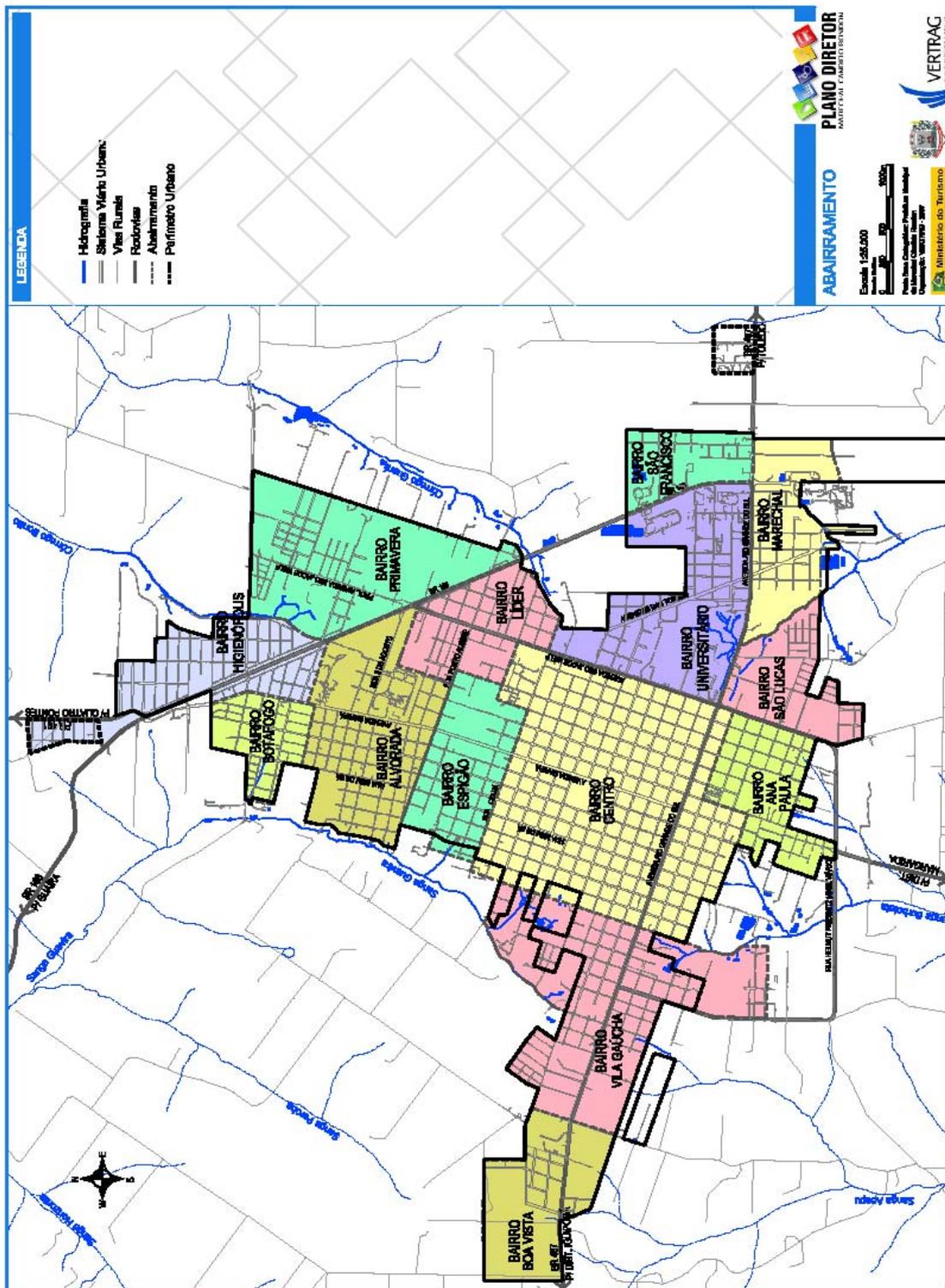
Ainda sobre estas tentativas de controle sobre os espaços da cidade, as maneiras como seriam dispostas na cidade de Marechal Cândido Rondon, de algum modo esteve presente ainda na década de 1950, momento de constituição do núcleo administrativo do município. Ao analisar o mapa da cidade fica evidente o cuidado em se constituir uma cidade planejada: quadras regularmente dispostas, cortadas por ruas e avenidas que ligam os extremos da cidade.

O mapa (Figura 05, p. 76) ilustra a planta urbana de Marechal Cândido Rondon. A área identificada como “bairro centro” corresponde ao projeto inicial planejado pela colonizadora Maripá. Nota-se a busca por um espaço planejado. Na medida em que a cidade foi se expandindo, ela assumiu novas formas. O espaço quadrangular e uniforme foi sendo caracterizado pela deformidade, reflexo das forças sociais que atuaram e atuam sobre ele.

No plano simbólico, efetiva-se a busca pela “ordem”, como é o caso da denominação das principais ruas e avenidas, que foram nomeadas de acordo com o nome dos Estados brasileiros, no sentido Norte-Sul. Assim, a avenida principal de acesso à cidade chama-se Rio Grande do Sul, tendo como ruas paralelas a Santa Catarina, Paraná e assim sucessivamente. Atentando-se ao mapa, ainda que os exemplos citados se limitem ao projeto inicial da cidade, as demais ruas e avenidas levam o nome de marcos e personagens da “história” local e nacional. Desta forma, encontram-se as ruas XV de Novembro, Independência, 31 de Março, Marechal Deodoro, além das referências locais como a Avenida Maripá (empresa colonizadora da região) e Irio Jacob Welp (um dos primeiros empresários do município).

¹⁰² Idem.

Figura 05¹⁰³



¹⁰³ Fonte: http://www.mcr.pr.gov.br/pdiretor/mapas/Mapa_18_MCR_f2_Abairramento.pdf:

Todavia, a cidade extrapolou o seu projeto inicial. A chegada de novos moradores gerou uma reformulação do espaço, o que não significou o fim da tentativa de seu controle. Os bairros tidos como periféricos começaram a se constituir, modificando o plano inicial.

Dentre estes bairros que formaram a dita “periferia”, destaco o Conjunto Habitacional São Lucas. Ao trabalhar com narrativas de moradores deste Conjunto Habitacional, tomei contato com trajetórias e, conseqüentemente, com outras memórias da cidade. Primeiramente, percebi que as “origens” de seus moradores eram múltiplas. Os moradores do bairro traziam bagagens de experiências em diversos lugares, no campo e na cidade. Adultos e crianças que outrora mudaram-se para a cidade e, que por diferentes razões, acabaram se instalando naquele espaço, depois organizado como território de disputas.

Duas questões interessantes que destaco neste trabalho foram percebidas somente a partir das conversas com moradores. A primeira tem relação com as suas procedências, pois a maioria deles já morava na cidade antes da mudança para o bairro. Neste sentido, caem por terra algumas afirmações presentes no senso comum de que a construção dos bairros periféricos serviria como atrativo para que pessoas “de fora” viessem para a cidade. E a segunda se refere à afirmação dos moradores enquanto sujeitos de suas próprias histórias. Ou seja, o direito à moradia era fruto de uma trajetória de lutas e conquistas, que em muitos casos estava engajada nas interfaces entre campo e cidade.

Tanto os moradores do Conjunto Habitacional São Lucas como aqueles com os quais depois produzi as entrevistas desta pesquisa demonstraram que a relação que estabeleceram com o urbano mantém uma estreita ligação com as suas trajetórias de vida, que antecederam a vivência do urbano.

A entrevista de Alfeu permitiu visualizar os significados que atribui aos elementos constitutivos da cidade.¹⁰⁴ Nascido no município, apresentou em sua narrativa marcos próprios para delimitar a cidade. Questionado sobre as disputas entre o poder público e os moradores que insistiam na manutenção de práticas rurais, como a criação de porcos e galinhas, proibida pelo código de posturas do município, Alfeu desenhou um mapa da cidade com os limites para aquilo que denominou de “quadrado urbano”. Assim:

Raphael: E chegou alguma vez a ter algum problema, assim, com a prefeitura...?

¹⁰⁴ Sobre o assunto ver LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

Alfeu: Não, porque era chácara! Porque era área ainda qualificada como colônia. Porque entre a nossa propriedade, embora houve o complexo industrial ali onde que nós morávamos, mas entre nós e a Reveral, que seria o ponto de início da cidade... É que a fundação de Marechal, o antigo mapa urbano de Marechal Rondon, ele ia da Reveral à Metalúrgica Leste, do Hospital Rondon até lá onde tá a faculdade, mais ou menos, este era o quadrado urbano. Então, estas leis, por exemplo, elas eram voltadas a este quadrado.¹⁰⁵

Como se pode perceber, o que determinaria o início da cidade para Alfeu não seria uma rua, tampouco uma orientação geográfica, como comumente encontramos nos mapas, mas uma concessionária de veículos, a Reveral. Além desta, uma metalúrgica, um hospital e a atual Unioeste são os demais referenciais que delimitam aquilo que é hoje considerado como cidade. É o fato de não residir no interior destes limites que o coloca fora das disputas com a prefeitura e, ao mesmo tempo, lhe garante a identidade de trabalhador do campo: “porque era área ainda qualificada como colônia”.

É possível sugerir como determinadas situações, neste caso a instalação das primeiras indústrias, influenciaram e foram vivenciados pelos moradores. Assim, para Alfeu e sua mãe, esse processo de industrialização assumiu um significado próprio. A formação do “primeiro loteamento fora de Rondon” acabou por incluí-los em uma nova rede de relações, tanto com a chegada de novos vizinhos como com o poder público, representado na figura dos “patroleiros” ou controladores de máquinas.

O contato direto com o poder público foi resultado da própria forma como este direcionou a construção do loteamento citado por Alfeu. O modo “meio frio, meio legítimo” como a prefeitura teria conduzido os trabalhos gerou um impasse que seria resolvido somente após a venda da terra. A necessidade de delimitar as ruas em parte da propriedade de Dona Lucinda forjou uma disputa pelo limite da terra. Mas, que não deixava de ser um enfrentamento entre o campo, onde vivia, e a cidade, que se expandia.

Foi em decorrência desta preocupação que tentei perceber o vivido na cidade através das narrativas e memórias de seus moradores. Como se viu, em diferentes momentos, a cidade se apresentou como o espaço de lutas e vivências. Enfrentamentos, adaptações e reelaborações foram constantes nas vidas destas pessoas que deixaram o campo e passaram a habitá-la. As bagagens culturais que traziam de suas experiências como moradores do campo foram muitas vezes questionadas a partir do contato com o espaço urbano, resultando em permanências e/ou em rupturas, às vezes as duas coisas.

¹⁰⁵ Depoimento de Alfeu Seibert Filho, 35 anos, gravado em 04 de agosto de 2007.

Relações de trabalho, a dificuldade com a moradia e, num sentido mais amplo, do próprio viver urbano foram experimentadas por estes trabalhadores rurais. Tratou-se de constantes construções de sentidos alternativos para os novos problemas que se colocavam. Um conjunto de valores e posturas trazidos para a cidade utilizados, inclusive, como elemento de diferenciação com os seus moradores.

Por fim, novos territórios também foram e são constituídos na cidade. Espaços de sociabilidades e de pertencimento que os trabalhadores rurais constroem e reelaboram a partir do contato com o urbano.

No próximo capítulo, discutirei de forma mais aprofundada o processo de formação destes territórios, mais especificamente da Feira do Produtor Agropecuário de Marechal Cândido Rondon. Durante a produção das entrevistas e no contato com as práticas presentes neste espaço, percebi que ela era e é utilizada, tanto pelos egressos do campo como por aqueles que nele ainda vivem, como espaço de sociabilidade relevante em seus cotidianos. Assim, espera-se problematizar a forma como a feira se insere na cidade, inclusive em seus contínuos processos de reelaborações e, principalmente, as dinâmicas estabelecidas por seus usuários.

Capítulo III

Dinamicidades Rural-Urbanas na Feira do Produtor Agropecuário

Tal como venho discutindo na feitura deste trabalho, dentre outros objetivos, pretendo discutir as experiências de trabalhadores rurais que passaram a residir ou a se relacionar com o viver urbano de Marechal Cândido Rondon. Para tanto, o uso da História Oral mantém seu caráter elementar nesta pesquisa. Discuto, assim, as memórias e narrativas destes sujeitos, tomando como recorte o conjunto de experiências tecidas na Feira do Produtor Agropecuário, doravante FPA, constituída na cidade desde a década de 1960.¹⁰⁶

Antes de iniciar a discussão, é importante esclarecer que a FPA não será entendida como um lugar exclusivo de “sobrevivência” das práticas e valores rurais. Na metáfora com o arqueólogo, não se trata de um sítio que contém vestígios de um passado a ser desvendado. Mas, sim, um espaço complexo e em movimento, em que práticas e valores estão sempre em negociação e reelaboração, no campo mais vasto das correlações de forças e transformações que se operam nos viveres rurais e urbanos.

Perceber a FPA como um espaço de “permanência” do rural no interior da cidade seria no mínimo contraditório, tal como apresentei no decorrer desta dissertação. Conforme busquei evidenciar, a imbricada relação entre valores ditos tradicionais do campo e aqueles identificáveis como próprios do urbano está pulverizada nas relações cotidianas. Não se concentraria neste ou naquele espaço, mas no dia-a-dia daqueles que vivenciam a cidade e suas relações. Sujeitos estes que atribuem outros usos ao urbano, utilizando-se de saberes vividos no campo. Ou ainda, que se relacionam com medidas de controle sanitário intencionadas a disciplinar este espaço.

Neste sentido, a FPA é tomada como um ponto de partida para aprofundar uma compreensão das disputas presentes na cidade. A feira é vista, assim, como um microcosmo que articula experiências de trabalhadores rurais e potencializa as relações destes com outros moradores da cidade, uma vez que aquele é um lugar de consideráveis fluxos. Desta forma, as

¹⁰⁶ A Feira do Produtor agropecuário de Marechal Cândido Rondon apresenta algumas características próprias, diferenciando-se assim, em vários aspectos, de diversas feiras livres realizadas no restante do país. Tais aspectos podem ser percebidos em relação a sua organização estrutural: divisão igualitária do espaço entre os feirantes; estrutura fixa dos boxes, dispensando assim o trabalho de montagem das barracas, bastante comum em muitas feiras; horário de funcionamento após as 17:00 horas, enquanto na maioria dos demais lugares elas se realizam na início da manhã; existência de toda uma organização dos feirantes, atuando como membros de uma associação, regida por um estatuto. Estes e outros aspectos da feira serão discutidos no decorrer deste capítulo.

próprias transformações sofridas pela FPA desde que foi instituída, ainda na década de 1960, servem tanto de indicativo para perceber mudanças no espaço urbano e em suas tentativas de organização, como nas relações que os moradores passam a estabelecer na cidade.

Inicialmente localizada na Praça Willy Barth (na área central da cidade), a FPA não tinha o caráter “institucional” que assumiu hoje¹⁰⁷. Durante seus primeiros anos de funcionamento, se resumia ao pequeno comércio de víveres que alguns produtores realizavam na calçada da praça, nas manhãs de sábados.

Apesar de ainda permanecer na área central da cidade, a FPA passou a ocupar um novo espaço a partir do início da década de 1990, em uma área exclusivamente destinada à atividade comercial. Situada num terreno cedido pelo Sindicato dos Produtores Rurais de Marechal Cândido Rondon, os feirantes, com o apoio do poder público municipal, construíram um barracão onde todas as terças e sextas-feiras realizam o comércio de seus produtos.

Em relação à atual localização da FPA na cidade, cabe destaque à sua proximidade com o referido sindicato, que então cedeu o terreno; também com o Sindicato dos Suinocultores; além da Associação Leite Oeste (associação de produtores de leite do município). Estas instituições mantêm contatos diretos com uma parte considerável dos produtores rurais do município. Observa-se, assim, uma concentração neste espaço, ou seja, a tentativa de se construir um lugar destinado aos interesses deste determinado grupo/categoria, no caso, agricultores associados a tais entidades.

Mas, esta área onde se concentra a feira e estas entidades, não era buscada apenas por ofertar tais tipos de serviços. O lazer também é um elemento que serve como atrativo. Mais especificamente, refiro-me a um bar que se localizava nas proximidades. O “Bar do Bambu”, como era conhecido, tem como público, principalmente, ex-trabalhadores rurais. Homens em sua maioria já aposentados, que diariamente se reuniam em mesas de carteados e rodas de conversa.

Inicialmente, a discussão acerca do bar tinha o objetivo de apresentar os espaços circunscritos à feira. Todavia, durante o próprio desenvolvimento da pesquisa, a partir do bar,

¹⁰⁷ Atualmente, a FPA conta com uma organização composta pelos seguintes órgãos: Assembléia Geral; Diretoria e Conselho Fiscal. Todos regulamentados pelo Estatuto da Associação dos Feirantes que traz em seu “Art. 1º - Com a denominação de Associação dos Feirantes fica constituída nesta data 10 de maio de 2001, sob a forma de Associação Civil de direitos privados, sem fins lucrativos, organizada para a prestação de serviços aos seus associados”.

outra característica da cidade acabou se revelando: a dinamicidade do espaço urbano. Digo isso em decorrência da mudança de endereço sofrida pelo bar. Inicialmente, pensei em resolver o suposto problema silenciando sobre o assunto. Porém, percebi que tão importante quanto a possível discussão a respeito dos sujeitos frequentadores daquele lugar seria a dinamicidade da cidade que esta mudança representava.

A figura abaixo possibilita a visualização da área onde se espacializa estas experiências. E, como se percebe, a FPA se localiza num espaço direcionado aos consumidores dos produtos e serviços teoricamente provenientes do campo.

Figura 06



Fonte: - Imagem Google Earth: área central da cidade com a localização da Feira do Produtor e arredores.

- 1 - Praça Willy Barth (local de instalação da primeira feira).*
- 2 - Sindicato dos Produtores Rurais de Marechal Cândido Rondon.*
- 2 - Sindicato dos Suinocultores.*
- 2 - Associação Leite Oeste.*
- 3 - Feira do Produtor Rural.*
- 4 - Antigo “Bar do Bambu”.*

Todos estes espaços e práticas, que de uma forma ou outra se relacionam com os sujeitos entrevistados neste trabalho, quando investigados com mais profundidade ofereceram importantes elementos para essa discussão.

Ao apresentar tais espaços circunscritos à FPA, sobretudo no que diz respeito aos seus usuários/praticantes, basicamente sujeitos que têm ou tiveram suas trajetórias marcadas pela vida no campo, busco evidenciar o fato de que a mesma não está simplesmente disposta por acaso no espaço da cidade. Sem querer constituir uma hierarquia entre os sindicatos neste espaço relacionado, Associação Leite Oeste ou a FPA, ou mesmo o bar, o que se percebe é uma rede de interrelações, que como consequência, produzem um espaço aglutinador nas sociabilidades urbanas.

Mais do que um simples ponto do comércio local, a FPA pode ser entendida como um lugar de interações sociais, pois as pessoas não a frequentam apenas e unicamente para comprar os produtos oferecidos à comercialização. É, também, o lugar de reencontro com amigos, de se discutir a política, o clima e os acontecimentos da cidade.

Um dos primeiros feirantes da cidade foi Seu Germano, que chegou ao município em 1960. Após uma parceria societária mal sucedida em uma olaria implantada no mesmo ano, iniciou suas atividades de plantio de verduras numa pequena propriedade rural de meio alqueire, onde reside e trabalha até hoje. Aposentado, o comércio semanal que realiza na cidade lhe garante o adicional à aposentadoria, transformando-se, como diz o entrevistado, em “uma segurança pro futuro”.

Sua trajetória possibilita o diálogo com algumas questões, de algum modo tratadas por Raymond Williams¹⁰⁸, referentes ao campo da cultura que importam a esta pesquisa. Para isso, tomar-se-á como questão inicial a forma como ainda cultiva verduras e hortaliças para a comercialização na FPA. Além do mérito de obter uma produção considerada em termos de sua qualidade, especialmente sem o uso de agrotóxicos, Seu Germano orgulha-se de sua “consciência ambiental”, a que possui, segundo ele, desde que chegou à cidade. As preocupações com tal questão podem ser percebidas em trechos de sua fala. E, de um modo mais atento, conforme afirmou: “*então eu falei, é muito bonito, porque eu fui um protetor da natureza desde que eu comecei a viver a vida!*”¹⁰⁹.

¹⁰⁸ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

¹⁰⁹ Depoimento de Germano Hardke, 71 anos, gravado em 02 de agosto de 2007.

Sobre a trajetória de Seu Germano, as relações que passou a estabelecer, em particular, com o poder público municipal, permitem fazer alguns apontamentos a propósito de determinadas concepções de desenvolvimento econômico que perpassam o período, desde que este se estabeleceu na cidade. Basta um rápido olhar para a parede da sala de estar de sua casa, local onde expõe quadros, fotografias e placas e prêmios recebidos, para se notar que foi somente a partir da década de 1980 que alguns setores ligados ao poder público e algumas entidades começaram a se preocupar com esta “produção ecologicamente correta”. Até então, a idéia que prevalecia estava relacionada diretamente à produção intensiva, dos chamados “desbravadores”, por sua vez predatória do meio ambiente.

A discussão se refere a esta chamada “consciência ecológica” do entrevistado. Com o cuidado de não tomar a construção teórica de Williams como modelo, mas sim de perceber a possibilidade de diálogo, pode-se evidenciar o seu posicionamento como uma prática “residual” dentro deste campo dominante, que é o do mercado e da produção agrícola, principalmente em termos contrapostos ao atual mundo do agronegócio. A opção de rejeitar agrotóxicos não é algo que se reflete apenas no nível da produção, mas também pode ser percebida como uma forma de resistência à lógica capitalista, que toma como base os lucros acima de quaisquer outras justificativas.

Os leitores mais atentos logo perceberiam uma contradição nessa interpretação. Afinal, como entender as práticas do senhor Germano como negação de alguns valores do sistema capitalista, se a poucas linhas atrás havia denotado que ele comercializa seus produtos numa feira da cidade? A opção pelo não uso de agrotóxicos não seria apenas uma forma de aumentar a qualidade e valorização de seus produtos e, em decorrência disto, das vendas e dos preços? Não seria mais um produtor “empreendedor”, de olho no mercado de produtos orgânicos? Muito provavelmente, não. Em termos ponderados, o consumo expressivo de produtos orgânicos só começou a ganhar expansão econômica no Brasil na segunda metade da década de 1990. E seria no mínimo um anacronismo assumir tal posicionamento, se considerarmos que seu Germano já utilizava estas técnicas/práticas há quase 30 anos.¹¹⁰

É preciso ainda ter cuidado para que o conteúdo de sua narrativa não seja tomado como um reflexo puro e simples do passado. Quando o seu Germano enfatiza o fato de não usar agrotóxicos, o faz a partir de um presente em que o discurso da agroecologia se

¹¹⁰ É notável o crescimento da produção de orgânicos nos últimos anos. Em nível local, cabe destaque, dentre os fatores, os incentivos de instituições como o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) e a Associação Central dos Mini-Produtores Rurais Evangélicos (ACEMPRE).

contrapõe ao do agronegócio, mostrando-se, assim, atuante nesta sociedade. Pois, o “ecologicamente correto” assume, como sabemos, uma carga de positividade nos tempos que correm.¹¹¹

Retomando as relações do entrevistado com o comércio que realiza na FPA, sua narrativa remeteu-se ainda à década de 1960, momento em que iniciou e protagonizou a instalação daquele ponto de comércio informal na cidade. A respeito desta época, segue a fala de Seu Germano:

A feira foi assim, eu comecei já tava com... Eu comecei em 1962. Em 1962 eu comecei. (...) O senhor sabe aonde que tá hoje a ACEMPRE, na praça. Na praça Willy Barth, ali tem uma casa, antigamente choperia... Ali na praça, se caminha por cima é a ACEMPRE, daí é o Fórum né... Ali a prefeitura nos deu a calçada ali na praça... Sem um cobertinho! Só ali. Então eu encostava a caminhoneta, assim de ré, carregada de produto e o pessoal vinha. Às cinco da manhã eu já tava lá nos sábados, até as dez, onze... E o pessoal vinha comprar. Às vezes começava dar temporal e chuva e nós lá parado... A água corria desta altura [gesto] (risos). A miserável da mulher molhada, não tinha um fio de cabelo seco, era de dar risada até. E ali passou-se parece que três anos, dois três anos...¹¹²

Para o entrevistado, a memória não se resume à feira. Mas permite perceber as relações que teceu com o poder público e com a própria cidade, mais especificamente com a praça Willy Barth, a central da cidade. De acordo com o narrado, a área inicialmente indicada ao comércio aparece associada à experiência enquanto feirante. A praça é apropriada e resignificada para seu Germano e, na relação sujeito-objeto¹¹³, é a partir da matriz das relações de trabalho que foi rememorada. A existência de um possível descaso por parte do poder público municipal à época em relação a esta forma de comércio, afinal, “ali a prefeitura nos deu a calçada ali na praça... Sem um cobertinho!” misturou-se às lembranças das dificuldades enfrentadas, lembradas, por sua vez, com certo bom humor.

O período em que a feira ainda se localizava e era praticada na calçada da praça não apareceu como um ponto de referência apenas na fala de seu Germano. O mesmo também foi marcado na fala de outro entrevistado, André Cristiano Lohmann. Filho mais velho de uma

¹¹¹ SCHLACTA, Marcelo Hansen. *O MST e a Questão Ambiental: Uma Cultura Política em Movimento*. 2008. Dissertação (Mestrado em História, Poder e Práticas Sociais) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Em dissertação recentemente defendida, SCHLACTA problematizou algumas questões referentes à agroecologia. Para tanto, tomou como objeto as práticas de um acampamento do MST situado na região do extremo Oeste do Paraná.

¹¹² Depoimento de Germano Hardke, 71 anos, gravado em 02 de agosto de 2007.

¹¹³ Sobre as relações sujeito-objeto vivenciadas na cidade ver LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

família de três irmãos, desde criança ajudou os pais no comércio da feira. Hoje com 25 anos, André relembra das instalações precárias e das manhãs de sábado em que vinham do campo comercializar seus produtos na cidade:

Era ali na pracinha, na praça Willy Barth, naquela rua sem saída, na frente da ACEMPRE, aonde que tem a torre da Telepar. Ali começou a feira. Tinha em outro local, que eu não sei aonde que era. Mas eu comecei ali. Era no sábado de madrugada, começava cinco horas da manhã a gente tava lá, montava as banquinhas; seis horas nós abria a feira e começava a vender até meio-dia. E daí ia pra casa.¹¹⁴

Então estudante do mestrado de Zootecnia, na Unioeste, André apresentou uma trajetória de profundo contato com a cidade, mesmo nunca tendo deixado o sítio onde sempre morara. O deslocamento diário para a escola e, posteriormente, para a universidade, assim como o trabalho na feira, fez com que não apenas circulasse na cidade, mas passasse a vivenciá-la para além da espacialidade do meio rural. Uma vivência que, segundo contou, se intensificou no contato com a universidade:

Porque tem um convívio assim maior na questão da faculdade e a gente viu que a coisa é bem, bem diferente daquela época. Porque lá a gente era assim, tinha os amigos e vizinhos que moravam perto, na infância lá, e o convívio era maior ali próximo, não vinha muito, muito pra cidade. Só depois da faculdade que eu comecei a vir mais, a conviver mais com o pessoal da cidade. Mas, antes era sempre um convívio mais lá. Quando vinha os meus primos de fora, daí também a gente convivia mais. Mas, a infância praticamente era só no sítio, na cidade assim era muito pouco. (...) Depois quando eu passei no vestibular daí eu tirei a carteira e de tarde eu vinha de moto pra faculdade. Vinha de manhã com o busão, voltava de meio-dia, e de tarde vinha de moto.¹¹⁵

Assim como a relação com o universo acadêmico ampliou o seu contato com a cidade, ela também pode ter influenciado na sua percepção sobre a feira e o próprio trabalho que exerce nela. A identificação com a feira ora é assumida, ora é negada em sua fala. Pode-se perceber esse movimento de identificação e negação, por exemplo, nos momentos em que comenta sobre os critérios de aceite de novos feirantes. Nesse caso, o que se evidencia é uma maior identificação. Conforme segue:

Tem que ser produtor rural e produzir o produto que vai trazer na feira. (...) É, pegar de outro pra revender assim *a gente* (grifo meu) não aceita. (...) *A gente* (grifo meu) sempre procura em pessoas que entram nova um produto

¹¹⁴ Entrevista de Andre Cristiano Lohmann, 25 anos, gravada em 10 de fevereiro de 2009.

¹¹⁵ Idem.

diferenciado. Pra não ter aquela competição entre os outros feirantes (...) Mas a grande maioria deles é produtor orgânico. Também é um diferencial que *a gente* (grifo meu) buscou quando trouxe o pessoal pra dentro da feira.¹¹⁶

De acordo com ele, em diversos trechos de sua fala a expressão “a gente” aparece como elemento coesivo de identificação com o então grupo a que se busca preservar como tal. Primeiramente, assume-se uma identificação como produtor rural. Em seguida, com uma categoria específica de comerciante, daquele que produz a mercadoria que comercializa. Segue-se, ainda, outra estratificação, desta vez apelando para uma forma determinada de produção, a orgânica.

Todos os elementos de identificação reivindicados por André não entram em “contradição” com a sua trajetória de vida e de formação. Desta forma, sua afirmação como produtor rural pode ser entendida tanto em relação à ligação que tem com o campo, afinal durante toda sua vida viveu no “sítio”, assim como também com as possíveis reelaborações decorrentes dos discursos a partir da sua formação como zootecnista.

Já em relação ao apelo à identificação como feirante pode ser entendida como resultado do próprio tempo de exercício da função: “agora não lembro assim exato quanto tempo... Mas, passa bem longe de dez anos!” E, por fim, a ênfase que deu à produção orgânica apareceu como digna de nota na narrativa. Esta forma de cultivo que, como se viu quando da discussão sobre as experiências de Seu Germano, cada vez mais vem sendo associada a uma positividade.

Todavia, o sentimento de pertença e a identificação de André com o universo da feira não é ilimitado. O mesmo não aconteceu quando falou sobre as formas como os feirantes manipulavam os produtos comercializados e as consequentes orientações que receberam da Vigilância Sanitária. De acordo com André:

Porque uma época assim a Vigilância Sanitária também não fazia e hoje ela faz visitas nas casas né, pra ver quais são as condições onde *o pessoal* (grifo meu) manipula os alimentos, onde o pessoal prepara as coisas. (...) É, orientar mais o pessoal. O pessoal que vendia produto que precisava contato devia usar luva e essas coisas... Pessoal muitos não tinha esse costume de utilizar! E outras coisas assim... É, seria mais nesse sentido, assim.¹¹⁷

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ Idem.

Como se observa, a expressão “a gente” foi substituída por “o pessoal”. Neste sentido, André já não falou enquanto membro do grupo, mas como um observador do processo. Esta não identificação pode estar relacionada com a sua própria formação acadêmica, afinal, os cuidados com a produção e a própria higienização são fundamentos da faculdade de zootecnia por ele cursada. Sendo assim, o fato de se excluir do processo narrado pode ser entendido como uma aceitação das condições impostas pela Vigilância Sanitária.

Desta maneira, a partir dessas negociações de suas identidades, percebe-se uma questão relacionada à própria forma de se praticar o ofício de feirante. Uma investida do poder público, representado pela Vigilância Sanitária, para disciplinar e normatizar o trabalho dos feirantes. Uma vigilância que não se limita ao espaço da feira, mas que se estende às residências dos produtores. No geral, um conjunto de normas e medidas então colocadas na tentativa de garantir a “boa qualidade” dos produtos. O entrevistado descreve, em parte, estas cobranças, estabelecidas desde os últimos dois anos, conforme segue:

Uma coisa que pros feirantes que tinham geléias e coisa assim, colocar etiquetas com valor nutricional, foi ido atrás de uma nutricionista. (...) Era pro pessoal colocar uma etiqueta dizendo o que é que continha no produto, né... Uma exigência nutricional, assim (...) A gente adotou por isso [cobrança da Vigilância Sanitária] duas pessoas... Porque a gente na época trabalhava em duas, só que daí era atendendo, questão de mexer com o dinheiro e o espetinho, né. Então, a gente separou, um só com o dinheiro e um só com o espetinho. Uma coisa que a gente mudou. (...) Um no caixa pra mexer só com o dinheiro e um só com os espetinhos. Foi uma coisa, assim... Não é que a gente não se preocupava, se preocupava sim, só que muitas vezes, por causa do volume e tal a gente não dava o tempo pra gente fazer. Então a gente chegou a adotar isso daí pra evitar esses problemas. E também a gente sabe que é muito melhor! Tem que evitar a manipulação do mesmo que manipula o espetinho manipular o dinheiro. Isso não funciona!¹¹⁸

Não bastava mais apenas conhecer a técnica do preparo dos produtos e comercializá-los. A geléia, um produto “colonial”, em tese, então próprio do rural, por exemplo, não poderia ser apenas geléia de morango, de uva, ou qualquer outro sabor que tivesse, mas deveria estar dentro dos padrões de consumo reconhecidos. Deveria ser submetida a um novo saber, o autorizado pela nutricionista.

Para a banca de feira da família de André, a “visita” da Vigilância Sanitária gerou outras consequências práticas. De acordo com o narrado, a reformulação foi no aumento do número de membros da família que passou a trabalhar na feira. Ou seja, foi necessário

¹¹⁸ Idem.

destinar alguém especificamente para a manipulação do dinheiro. A organização familiar passou pela seguinte reformulação de estrutura:

Quem prepara e quem faz a questão dos espetinhos é o pai, então ele também assa. E a gente reveza, eu e o meu irmão. Como o meu irmão viajou, então tá a minha mãe auxiliando e, às vezes, o meu irmão menor. Então, geralmente, na parte do atendimento do espetinho sou eu e a minha mãe no caixa e o pai assando os espetinhos. Mas, o preparo e toda a manipulação das coisas é o pai que faz em casa.¹¹⁹

A comercialização de espetinhos é hoje a principal atividade que a família de André exerce na feira. A idéia de vendê-los surgiu há cerca de cinco anos, quando o comércio de mel que realizavam não era mais suficiente para garantir a renda familiar. Assim, a atividade que de início era secundária, acabou se tornando o “carro chefe” do trabalho.

A incorporação de novos produtos à banca da feira é bastante comum entre os feirantes. Em uma situação dialógica com os fregueses, e conseqüentemente com a cidade, eles vão reinventando pratos e novos atrativos. Com isso, grupos diferenciados de consumidores são delimitados como públicos alvos, uma lógica interna da feira que passaria despercebida aos olhos de muitos dos seus frequentadores, mas que é um ponto fundamental para a maioria dos entrevistados:

Porque o principal consumidor nosso é o pessoal do comércio, e se pra eles não entra, pra nós também não entra, né.

Raphael: Ah, os comerciantes que são os principais?

André: É, são os principais. E daí tem o pessoal aposentado, né. Na feira o giro maior também é em relação ao pessoal aposentado.

Esses dois grupos... São esses os dois grupos principais. E as pessoas que não tem ligação com o comércio e que moram na cidade, né. E são assim os principais grupos que a gente percebe que consomem.¹²⁰

Foram apresentados pelos entrevistados dois grandes grupos de consumidores/frequentadores da feira: os aposentados e as pessoas ligadas ao comércio. No decorrer da entrevista, percebi que os critérios utilizados para a diferenciação não foram estabelecidos apenas pela idade ou pela ocupação do consumidor. Ao classificar como aposentado ou comerciante, levou-se em conta, principalmente, as práticas e as maneiras como aqueles sujeitos se relacionavam com a feira. Segue André:

¹¹⁹ Idem.

¹²⁰ Idem.

O pessoal mais velho, têm alguns que já são fixos e que a gente já conhece e que consomem. Mas não são todos eles que consomem. E o pessoal que mais, assim, que a gente percebe é o pessoal do comércio.

Raphael: Ah, os aposentados não gastam tanto?

André: É, eles gastam em outras coisas. Eles preferem comprar um pão, um alface, nesse sentido. Leite, principalmente leite! O pessoal vem buscar leite na feira!¹²¹

Como se percebe, os “aposentados” seriam aqueles que não vivem a feira como uma “praça de alimentação”. Buscam-na para adquirir produtos que posteriormente serão consumidos em suas casas: o pão, o leite e a alface, por exemplo. Seja, talvez, para aqueles que viviam no campo, um dos lugares mais apropriados para se encontrar os alimentos que dispunham em casa outrora. Do mesmo modo, revela que para estes, a casa é o espaço reservado de se realizar as refeições. Prática que pode ser identificada como “próprio” do modo de vida rural.

Em contrapartida, têm-se os “comerciantes”, para os quais os atrativos são justamente os lanches rápidos. Local por onde se passa após o horário de expediente para se fazer uma leve refeição. Um salgado, um pastel ou ainda um espetinho, para se consumir ali mesmo na feira, ou ainda na rua, no trajeto para casa. Uma dinâmica teoricamente urbana.

Maneiras e ritmos que se diferenciam, dando visibilidade a modos diferentes de se viver a cidade. Uma cidade mais controlada pela lógica do relógio, que detém os “comerciantes” até o término do expediente, autorizando-os a passarem pela feira com uma pressa considerável. Mas também uma cidade do “aposentado”, que se aglomera em frente à feira, antes mesmo de serem abertos os portões, às 17h15.

Esta distinção entre os grupos frequentadores da feira também foi destacada na entrevista com Dona Elizabete Packer e sua filha Andréia. Casada, com 50 anos de idade, mãe de dois filhos, Dona Elizabete chegou a Marechal Cândido Rondon aos 16 anos, na companhia dos pais. O porquê da mudança foi narrado do seguinte modo:

Porque nós, lá em Rolândia, tinha café. Nós tinha roça de café. E como deu uma geada muito forte e matou tudo a roça de café, e meu pai tinha granja de frango branco também, desses frango de granja... Não sei porque que na verdade, na verdade mesmo eu não sei porque que o meu pai veio pra cá! Eu acho que ele achou que aqui era melhor... Sei lá! (...) É, e daí nós tava meio endividado lá, e daí ele vendeu lá pra pagar umas dívidas e veio pra cá.¹²²

¹²¹ Idem.

¹²² Entrevista de Elizabete Packer, 50 anos, gravada em 21 de março de 2009.

A geada a que se refere ocorreu em julho de 1975 e ficou posteriormente conhecida como a “geada negra”. Os grandes estragos causados, principalmente na região Norte do Paraná, fizeram com que agricultores, a exemplo dos pais de Dona Elizabete, procurassem novas áreas para viver. Muitos trabalhadores provenientes dessa região atingida pela geada migraram para o Oeste do Paraná, como já apontado em outros estudos.¹²³

Apesar da mudança, a família continuou a viver da agricultura, permanecendo no campo até os dias de hoje. Dona Elizabete casou-se poucos anos depois de chegar. Relembrou assim a sua trajetória:

E depois eu casei, e daí eu... E continuou sempre assim! Sempre na colônia! Não tinha outra... Só que aquela época as colheita davam bem. A gente não precisava fazer coisas separado pra sobreviver... Depois que começou a complicar as coisas e tudo mais, e que daí eu comecei com feira, e comecei a criar uns frango caipira. Vendia no mercado... E daí no mercado também eu parei com os frango e fiquei só com a feira. Porque lá nos mercado eu sempre recebia em trinta dias, né. E lá não, lá você vendeu, você tá recebendo dinheiro! É à vista!

Uma visão talvez saudosista na qual “a colheita dava bem”, foi substituída por uma lógica bastante pragmática, em que a possibilidade de conseguir o “dinheiro à vista” determinou suas escolhas. O trabalho na FPA, que para ela iniciou em 2006, ou seja, muito recentemente, foi consequência dos problemas enfrentados no meio rural. “Fazer coisas separado” significou buscar na cidade uma solução para os problemas enfrentados na lavoura. O fornecimento de produtos para os mercados foi aos poucos perdendo espaço para as vendas na FPA, segundo ela, mais atrativa pelos pagamentos à vista. De acordo com a entrevistada:

E daí nós paramo de vender leite pro laticínio e eu fiquei com umas três ou quatro vacas aqui. E daí eu comecei a fazer queijo, requeijão, nata e essas coisas tudo. Não, nata não, só queijo e requeijão. E daí comecei a entregar pros mercado. E daí como o leite ficou muito barato, todo mundo começou a fazer, e daí os mercado não comprava mais queijo e... Comprava assim, mas só quando precisava... E daí eu pensei, mas o que é que eu faço agora com isso lá tudo? Daí eu pensei, vou começar a fazer feira, a vender na feira daí. E daí lá eu comecei a vender as coisas. Na verdade na feira eu comecei com leite, com derivados de leite. E depois entrêmo com um pouco de frango, depois com tapioca e assim fômo aumentando...¹²⁴

¹²³ Sobre o assunto ver BACKES, Gilson. *As lavouras de hortelã e as dinâmicas socioculturais da fronteira: memórias, trajetórias e estranhamentos em Mercedes (Oeste do Paraná - 1960-2009)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História, Poder e Práticas Sociais) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Também LAVERDI, Robson, Op, cit.

¹²⁴ Idem.

Se o exemplo de André possibilitou visualizar a dinamicidade presente no espaço da feira, isto fica ainda mais explícito no caso de Dona Elizabete. Na tentativa de incrementar a renda obtida com a venda de derivados de leite, começou a comercializar “novos produtos”, dentre eles a tapioca. Questionada sobre como iniciou com a venda deste gênero alimentício, seguiu a entrevistada:

Uma vez que nós fomos pra Toledo e vimos isso na feira. Só que eles em Toledo não informaram pra gente como é que faz. Porque a gente nem sabia que tipo de farinha que usava, nada! Daí nós fomos pesquisando pela internet. Fomos pesquisando e fazendo! (...) Porque você tinha que saber o ponto da umidade da farinha pra ela formar aquela massa. Porque na verdade a tapioca é a farinha de mandioca, não é bem a farinha de mandioca, é uma fécula da farinha de mandioca que você tira, e aquilo lá você transforma ela em farinha. E ela tem que ter uma certa umidade pra ela virar aquela goma quando ela esquenta, pra virar aquela massa. Ela não vai óleo, não vai nada, nada dentro, é só a farinha mesmo!

Raphael: E a senhora nunca tinha feito?

Dona Elizabete: Não. Nunca, nossa... É comida nordestina e eu sou alemão, meu pai é alemão da Alemanha! Não tinha nem noção como é que fazia! A gente escutava que tapioca era comida nordestina e tudo, mas a gente não tinha nem noção como é que fazia isso! E daí fomos descobrindo assim como fazer com recheio... E fomos experimentando com esse recheio, com aquele recheio... Pra ver qual que ficava melhor.¹²⁵

A narrativa acima abre um campo intrigante e amplo de possibilidades de discussão. Primeiramente, porque a tapioca não se trata apenas de mais um produto comercializado na feira. Alimento que tem como matéria-prima a fécula de mandioca, é uma comida consumida originalmente no Norte e Nordeste do país. Um folclorista, preocupado em catalogar as comidas típicas de cada região, sentiria certo desconforto ao ver o prato sendo vendido no Oeste do Paraná. Um estranhamento sentido pela própria Dona Elizabete: “*é comida nordestina, e eu sou alemão, meu pai é alemão da Alemanha! Não tinha nem noção como é que fazia!*”.¹²⁶

Aqui, a questão gira em torno da dinamicidade presente na afirmação da identidade étnica da família, mais especificamente na diferenciação do ser um “alemão” e ser um “nordestino”. A comida vendida por Dona Elizabete, em tese, não faz parte das características daquilo que pode ser entendido como pertencente ao grupo dos “alemães”. Entretanto, a possibilidade de alargar as vendas na feira não fez disso um impedimento. Possibilita, assim, perceber o quão fluídas são as fronteiras que limitam este ou aquele grupo. Ressalto, assim, a

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ Idem.

característica extremamente dinâmica e relacional existente no campo da cultura ante estes fazeres e práticas rural-urbanas.

Ainda sobre a narrativa de Dona Elizabete, chamou a atenção as maneiras utilizadas para aprender a fazer a *tapioca*. Depois de conhecer o produto em uma feira de Toledo, cidade localizada a 40 Km de Marechal Cândido Rondon, a pesquisa na internet foi apontada como fundamental nesse processo de aprendizagem: “*Daí nós fomos pesquisando pela internet. Fomos pesquisando e fazendo!*”.¹²⁷

Apesar da dificuldade de precisar o número de domicílios do país com acesso à internet, sabe-se que não são altos, em torno de 20%¹²⁸. E, em relação ao meio rural, a porcentagem é ainda menor, não passando dos 5%¹²⁹. Entretanto, não é apenas o fato de ter ou não acesso à internet em casa que impossibilitaria ou dificultaria o seu acesso. Trata-se, também, de uma questão de âmbito cultural, de aceitação e incorporação de valores provenientes de novas tecnologias. Para Dona Elizabete, esse não foi um problema, mas uma ferramenta de informação determinante para dominar um novo saber, o da produção da *tapioca*, empregando-a concretamente em seu cotidiano como feirante.

A comercialização da *tapioca* na lista de produtos vendidos na FPA, segundo a entrevistada, não apenas elevou o volume de vendas, mas estabeleceu uma nova relação com os que passaram a ser fregueses. Como já dito, a feirante também percebeu uma diferenciação dentre os consumidores/frequentadores da feira:

Dona Elizabete: Na *tapioca* é mais a juventude.

Andréia: Quando abre a feira, lá pelas 17h15, as pessoas que mais vêm lá são idosos, né, acima de 50 e 60 anos. E depois da seis horas que começa a aparecer os mais jovens.

Dona Elizabete: Daí fecha o comércio e daí eles vêm.

Raphael: Ah, no início da feira é o pessoal mais idoso que vai?

Dona Elizabete: É que eles vêm mais pra pão, leite, essas coisas assim... Banha, linguiça, essas coisas assim eles vêm mais.

Andréia: E depois vêm as pessoas mais jovens.

Raphael: E são os mais jovens no caso, que pra vocês os que mais compram?

Dona Elizabete: Na parte de *tapioca* sim. Mas, na parte do leite e dos derivados do leite, são os mais idosos.¹³⁰

¹²⁷ Idem.

¹²⁸ <http://www.cetic.br/usuarios/tic/2008/rel-geral-04.htm>. Acessado em 12 de abril de 2009.

¹²⁹ <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,menos-de-2-dos-pobres-no-brasil-tem-acesso-a-internet-diz-cepal,351851,0.htm>

¹³⁰ Entrevista de Elizabete Packer, 50 anos, gravada em 21 de março de 2009.

No caso em questão, a diferença é marcada pela oposição entre a “juventude” e os “idosos”. Tanto para André, anteriormente mencionado, como para Dona Elizabete, a classificação não é feita entre quem é ou veio do meio rural, mas entre jovens e idosos. Da mesma forma, para ambos, os “aposentados” não representam os principais consumidores. São os denominados “comerciantes”, como dito por André, que Dona Elizabete preferiu chamar de “juventude”, àqueles os que mais consomem seus produtos.

Mas, o trabalho de feirante que Dona Elizabete e sua família realizam na cidade não se limita ao espaço da feira. Há cerca de dois anos passaram a comercializar a tapioca na festa de comemoração de aniversário do município, a “Expo Rondon”. Trata-se de uma feira de exposição industrial, comercial e agropecuária que reúne, entre seus atrativos, os shows musicais. O principal público destes shows, segundo o narrado, é a “juventude”. E é justamente este o grupo que garante a maior parte das vendas de tapioca, segundo a entrevistada:

Andréia: Meio ano que a gente tava na feira quando começamos a fazer tapioca. (...) Porque dois anos que a gente já fez a festa do município.

Elizabete: Daí nós fizemos tapioca na festa do município e a gente viu que rendia bem, que todo mundo comprava, e daí continuamos na feira também. E assim tamo indo até hoje.

Andréia: E a parte que mais vende é à noite. Nossa, porque lá dentro do pavilhão fechava às 11h00, aí antes de ir pro show, vinha tudo aquela galera lá comer tapioca, sabe, jantar, aí dava bastante serviço, assim.¹³¹

De acordo com as entrevistadas, aprender a preparar a tapioca significou um marco em suas trajetórias. Afinal, desencadeou toda uma reformulação em seus cotidianos, seja em relação ao trabalho na feira, ao preparo que antecede as vendas, ou mesmo a sua comercialização na festa do município. Tudo isso pode ser interpretado de um modo geral, como uma mudança na própria forma de viver a cidade. Uma vivência que passou a se fazer de forma cada vez mais intensa, produzindo novas expectativas em relação ao pertencimento neste meio e na reelaboração do passado rural.

O investimento atual na festa do município não foi uma decisão tomada ao acaso. De acordo com Andréia, demandou conhecimento prévio da dinâmica interna do evento realizado na cidade:

A gente mesmo que foi atrás, tipo, na feira vendia bem tapioca, aí a gente pensou em fazer na festa, porque sabe, na festa tem pouca opção de lanche,

¹³¹ Idem.

mas só o que tem é cachorro quente, essas coisas assim, aí a gente foi na Acimacar, aí quanto foi? Eu sei que tem que pagar. (...) Daí a gente se associou na Acimacar, aí todo mês tem de pagar também, porque a gente quer continuar fazendo a festa, e fora que você vai investir bastante, porque tem de comprar muita coisa.

A percepção da falta de opção de lanches oferecidos na festa, “*só o que tem é cachorro quente*”, foi fundamental para que começassem as vendas, exigindo, inclusive, consideráveis investimentos. A filiação à Acimacar (Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Marechal Cândido Rondon) e as mensalidades pagas foram consideradas os investimentos principais. Uma associação que passou a integrar ainda mais a relação da família com a cidade.

Como venho discutindo, a distinção entre o que pode ser considerado como rural ou aquilo que pode ser entendido como urbano não se apresenta de uma forma clara, plasmada por uma fronteira nítida. Tampouco meu objetivo neste trabalho é delimitar tal diferenciação ou esta fronteira. O diálogo com as experiências dos feirantes corrobora com o encaminhamento da discussão, na medida em que me permitiu perceber esta imbricada relação entre campo e cidade.

A FPA aparece como um dispositivo/dimensão potencializadora das relações dos agricultores na cidade. Todavia, estes não a vivenciaram e vivenciam da mesma maneira, mas o fazem, inclusive, de acordo com as trajetórias que antecedem ou se dão paralelamente ao trabalho como feirantes. No exemplo de Dona Elizabete e sua filha Andréia, a relação com a feira, e para além dela, com a própria cidade, passa também por uma questão geracional, digna de destaque.

Questionadas quanto aos primeiros tempos de trabalho na feira, mãe e filha relembram as dificuldades enfrentadas, principalmente pela necessidade de exposição ao público:

Elizabete: Não, eu nunca trabalhei com comércio...

Andréia: Eu também não, tipo, é uma coisa boa, porque você tem experiência pra falar com o público, assim, isso é bom pra mim, isso ajuda bastante assim, sabe, perde a vergonha, porque eu era envergonhada, meu Deus... (risos).

Elizabete: É, no começo, ela não queria muito ir na feira.

Andréia: eu não gostava de ir na feira, morria de vergonha! É bom pra mim, até no colégio, tipo, ajuda pra apresentar trabalho, essas coisas assim. Eu não tenho mais vergonha pra falar em público (...) e é bom assim até, raciocínio porque eu que recebo, né, e no começo era bem complicadinho, calculadora pra tudo. E agora já é tudo de cabeça, assim os trocos, eu acho que, sei lá, pra mim foi uma coisa boa!

A vergonha, sentida nas primeiras vendas, foi aos poucos superada. Uma conquista que não se limitou ao espaço da feira e ao ofício de comerciante, mas se expandiu ao universo da escola, das apresentações de trabalho e da melhora do raciocínio lógico. De um modo geral, do próprio falar em público, algo importante no universo do urbano. Um aprendizado, que como extrapola a feira, ensina a viver na cidade.

Para a jovem Andréia, a feira é mais do que um ponto de cruzamento de experiências de quem vive no campo entremeado com as práticas da cidade. Conforme pode ser percebido em sua fala, o trabalho na FPA foi um primeiro passo numa projetada vida na cidade. Perguntada sobre os seus estudos futuros, respondeu Andréia:

Vou, publicidade e propaganda (...) e assim é até uma experiência boa, até eu acredito que depois, seja uma boa experiência, quando eu quiser conseguir emprego, né, colocar isso no currículo, assim, você já trabalhar com o público assim ,né, eu acredito que seja uma coisa boa...

Uma narrativa/projeção que até então se justifica pela depreciação às possíveis características do campo em que vive e da exaltação daquilo que a cidade poderia lhe oferecer:

Eu fico aqui o dia inteiro. Ainda bem que tem internet, porque senão eu ia ficar aqui isolada. Sabe, e assim eu tenho minhas amigas... Eu podia trabalhar também, trabalhar, podia estudar à noite também, né. Pra mim ia ser mais prático... E aqui é por causa do pó também (...) aí da aquela seca, é aquela tristeza. Vai pro colégio, assim, chega no colégio, é aquela poeira! Até que você chega em casa de meio-dia, também é aquele pó, meu, é complicado sabe! Chega ali, daí tem de descer, porque o ônibus não passa aqui embaixo, passa no estradão. Aí até que chego em casa, vou almoçar uma hora da tarde, até que chega em casa... Eu preferia morar na cidade! Por causa da poeira, essas coisas eu não gosto muito.

Nas palavras de Andréia, a cidade foi projetada como uma solução para os problemas que vivenciava no campo. Um lugar que proporcionaria uma maior aproximação com as amigas, sem que necessariamente tivesse que apelar para o uso da internet; onde seria possível conciliar um trabalho semanal diurno e os estudos noturnos; e ainda, em que a poeira das épocas de seca não seria mais um problema. Ou seja, um olhar carregado de expectativas, em que a vida na cidade passa a ser um objeto de desejo.

Com a entrevista de Dona Salete Sueli Ribeiro, pretendo concluir as discussões acerca dos trabalhadores da FPA. Apesar de esta ter sido a última realizada, não foi este o critério escolhido para deixá-la para análise na parte final deste capítulo. Se, até agora, os feirantes

tinham em comum o fato de residirem no campo e lá produzirem aquilo que comercializavam na feira, Dona Salete foge desta regra.

Com 53 anos de idade, viúva, Dona Salete mora com a única filha em uma casa no centro da cidade. Nascida no Rio Grande do Sul, alternou alguns períodos de sua infância com moradias no Estado de origem e no vizinho, Santa Catarina. Porém, foi a partir do emprego que passou a exercer na cidade de Concórdia (SC), quando ainda tinha 14 anos, que marcou sua narrativa:

Aí eu fui trabalhar na Sadia em Concórdia, na época com 14 anos podia assinar a carteira. E aí o meu pai adoeceu, ele comprou uma chacinha no Rio Grande do Sul, em Marcelino Ramos. Daí a gente foi morar lá, e aí eu completei os 14 anos! Aí ele achou melhor, porque eu tinha um irmão que trabalhava em Concórdia já na Sadia, e ele achou melhor – “No tempo em que você vai trabalhar aqui em Marcelino de doméstica você vai trabalhar lá que é com carteira registrada, tem mais segurança e tal”... Daí eu fui! Daí foi aonde eu parei de estudar. Porque se eu ia trabalhar de doméstica eu não ia ter condições de estudar, aonde eu teria emprego. E aonde eu fui trabalhar na Sadia eu não aguentava! Eu tinha que começar às cinco pras 4h00 da manhã, você tinha que ter o cartão batido. Ia até meio-dia, e da uma e meia às seis, e daí eu ia pra aula. Aí tinha feito de 1ª a 4ª, e daí era a dita sabatina pra passar pro 5º ano. Aí passei pro 5º ano. E daí, quando eu fui pra Concórdia, que eu continuei os estudos, mas daí eu não aguentei! Ia pra aula, sete, sete e quinze tinha que ta no colégio, voltava onze e meia, meia-noite, e tinha que dar uma olhadinha nos cadernos, né, e no outro dia cinco pras quatro tinha que ter cartão batido na Sadia. Não guenta! Eu não guentei! Daí foi melhor parar. E é aonde que hoje eu tô aí de feirante! Poderia ter outra profissão, né! Mas fazer o quê?¹³²

O momento em que acontecera a troca da vida do campo pela da cidade foi determinada, segundo ela, pela legislação trabalhista da época. A mesma legislação que foi apresentada como um atrativo na hora da decisão entre o emprego de doméstica ou o de assalariada no frigorífico em que trabalhou. Um emprego que não foi lembrado pela “segurança” que oferecia, mas pelas dificuldades e a consequente privação que se impôs à entrevistada para dar continuidade aos estudos. Na escolha entre o trabalho e o estudo, prevaleceram as necessidades mais imediatas. Dona Sueli não ultrapassou a 4º série do ensino fundamental. Uma decisão que, segundo ela, gerou consequências sentidas até os dias de hoje, acabando por determinar sua atuação como feirante: *“E é aonde que hoje eu tô aí de feirante! Poderia ter outra profissão, né! Mas fazer o quê?”*.

¹³² Entrevista de Salete Sueli Ribeiro, 53 anos. Gravada em 28 de março de 2009.

O trabalho no frigorífico se estendeu por cinco anos, sendo sucedido pelo emprego de cozinheira em um hotel/churrascaria na mesma cidade. Assim, passados dez anos desde que deixou a chácara do pai para morar em Concórdia (SC), já casada, Dona Salete e o marido decidiram mudar-se para Marechal Cândido Rondon, em 1979. Recém chegados, o marido passou a exercer, dentre outras atividades, o ofício de eletricista.

Daí ele mexeu com eletrônica, não sei te dizer até quando, quanto tempo, eu já não tô mais lembrada, assim quantos anos. (...) Daí tinha minha filha, que vai fazer 28 anos, aí depois eu tinha o menino que eu perdi ele com 15 anos num acidente, né, aí a gente acabou ficando por aqui. Os anos foram passando, a gente foi trabalhando, foi lutando e o sonho dele (marido) era entrar na feira, ficou anos e anos, não tinha vaga.¹³³

O porquê de um eletricista “sonhar” em trabalhar na feira fiquei sabendo logo em seguida. O marido de Dona Salete via na feira uma possibilidade de comercializar os peixes coletados na atividade de pescador que exercia. O trabalho na eletrônica foi sendo substituído pelo exercício da pesca profissional. De acordo com a entrevistada:

Ele era pescador profissional, pescador profissional, a gente trabalhava nós quatro, eu, ele, a menina e o meu filho, nós quatro trabalhava ali na pecinha do peixe que a gente tem ali pra limpar os peixes. (...) É porque ele já vendia pra fora, né, e ele tava todo orgulhoso dessa venda pra fora, daí ele queria expor ali. Conseguiu, só que foi muito pouco tempo, foi de setembro a janeiro.¹³⁴

O trabalho realizado no meio familiar foi fundamental para dar conta dos pedidos dos frigoríficos de peixes de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Todavia, o objetivo era desenvolver o comércio local. Assim, a entrada na feira foi lembrada:

Então, a gente entrou na feira, não sei dizer o dia de setembro, mas foi no mês de setembro de 2000. E dia cinco de fevereiro de 2001 meu esposo faleceu. Outubro, novembro, dezembro, janeiro, quatro meses de feira ele faleceu! Aí eu pensei, agora eu tô perdida! Eu achei que eu não ia conseguir ficar lá vendendo os peixe, fazer o que ele fazia. Eu sabia trabalhar já, né, mas eu não tinha confiança, não tinha segurança sozinha, então tô lá até hoje.¹³⁵

A morte do marido emergiu como outro marco importante. A partir deste ponto, o trabalho na FPA não se resumia mais à função de “auxiliar”. Dona Salete se viu obrigada a

¹³³ Entrevista de Salete Sueli Ribeiro, 53 anos. Gravada em 28 de março de 2009.

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ Idem.

assumir todas as responsabilidades da atividade na feira. Apesar de ter ajudado o marido no preparo e venda de pescado por algum tempo, trabalhar sozinha nas vendas não foi narrado como uma tarefa fácil:

Só que após a perda do meu esposo, a venda foi lá embaixo, porque ele era um baita dum vendedor, a gente nunca mais conseguiu fazer as vendas que quando ele tava vivo fazia. Cada um tem o seu dom de vendedor, de vender o que, por exemplo, hoje eu vendo muito bem o pastel, mas talvez se ele tivesse ali, não ia vender bem o pastel, era o peixe, então é mais ou menos por aí.¹³⁶

Segundo contou, a queda na venda dos peixes gerou a necessidade de oferta de novos produtos. Como se percebeu através do relato, a escolha de Dona Salete foi pela comercialização dos pastéis. Uma atividade que, mesmo mantida paralelamente com a venda do pescado, se transformou na sua principal atividade na FPA.

A decisão de trabalhar com a venda de “pastel frito na hora” foi apresentada como um grande dilema. Mesmo não se tratando de um produto já comercializado na feira, o fato de incorporá-lo à sua banca causaria uma “concorrência” interna naquele espaço. Conforme seguiu em sua entrevista:

Daí um povo chegou e disse assim – “Põe um pastel frito na hora, que já tinha uma vez e a mulher vendia bem!”. Só que daí tem uma pessoa lá que leva pastel frito de casa, e era a Liane, que ela é muito amiga minha. Eu não queria pôr, porque era uma concorrência. Ela traz pronto de casa e eu vou pôr frito na hora... Daí um ou outro dizia – “Cada um tem o direito de viver, ela traz pronto, você vai fazer frito na hora, é a diferença!”. Mas eu achei que não devia. (...) Daí nesse tempo eu perdi o meu filho em acidente. Daí essa Liane promoveu um almoço beneficente e isso me ajudou muito. Aí, como que eu vou pôr o pastel do lado dela? Fecha um aqui abre outro do lado, né? Eu pensei, eu tenho muita consideração por ela, como eu vou fazer isso? Ela vai ficar ruim da cara comigo. Isso não é legal, ali do ladinho, né? Aí fui segurando, segurando as pontas. (...) Daí no dia 14 de setembro de 2007 eu comecei com o pastel, e tô até hoje! Hoje eu até pago o peixe com o dinheiro do pastel!¹³⁷

O presumível atrito causado pela oferta do novo “produto”, nem de longe se resume ao trecho apresentado logo acima. Num tom de dilema, o assunto ocupou algumas páginas de transcrição, representando para a entrevistada um ponto de grande relevância. Se para Dona Sueli era uma amizade que estava sendo posta à prova, para esta pesquisa, o trecho pode ser

¹³⁶ Idem.

¹³⁷ Entrevista de Salete Sueli Ribeiro, 53 anos. Gravada em 28 de março de 2009.

representativo no sentido de compreender as relações internas à feira e, de algum modo, presente no cotidiano citadino.

O fato de, neste capítulo, ter dialogado com um grupo específico de sujeitos, os feirantes da FPA, não garantiu uma narrativa coesa e comum a todos os entrevistados. Não entendo isso como um problema. Afinal, ao apresentarem temporalidades distintas na maneira como percebem e reelaboram o trabalho na feira, e conseqüentemente, como dialogam e vivem a cidade, os entrevistados colocaram visível a complexidade das relações entre campo e cidade constituídas em Marechal Cândido Rondon. Um campo de correlações de forças que se apresenta de forma conturbada e não permite estabelecer uma fronteira fixa entre práticas consideradas deste ou daquele meio.

Assim, pude perceber um escopo da atividade cidadina que nem de longe se mostrou homogênea. E, que assim como o que se buscou discutir, se reelabora na medida em que seus praticantes apresentam respostas aos novos problemas trazidos e vividos na dinamicidade da cidade. Tratam-se de questões cotidianas, apresentadas por e numa cidade que também se modifica.

Nesse processo de reflexão, passei pela narrativa de Seu Germano, com uma fala preocupada com as maneiras “corretas” de se produzir e até mesmo de se relacionar com a natureza. Na entrevista produzida em sua propriedade, situada no limite entre o rural e o urbano, nas conversas com o gravador desligado queixava-se de uma cidade que no seu ritmo crescia, transpondo para ali os seus problemas. Mas, também de uma cidade necessária, local de garantia de comercialização, dos fregueses que há décadas optam pela qualidade de seus produtos, e de um poder público que reconheceria seus esforços em várias ocasiões.

Uma cidade que, para André, passou a ser vivenciada de maneira mais efetiva após a entrada na universidade, que até então, nem mesmo na ida diária para a escola, ou o comércio semanal na FPA foi capaz de desvendar. Um lugar dotado de saberes, em que a cientificidade “neutra” das medidas sanitaristas impostas foram descritas com bons olhos. Por fim, para aquele a quem o trabalho de feirante não se limita ao simples ato de comercializar produtos “rurais”, mas entra no campo das disputas, na própria construção de grupos distintos de consumidores. Grupos estes percebidos por Dona Elizabete Packer e sua filha Andréia, principalmente após incorporarem a venda de tapioca na banca delas. Para as quais, também, morar a vida toda no campo não foi impedimento para que dominassem saberes próprios da cidade, como quando ampliaram o comércio da FPA para a festa do município, inclusive valendo-se da “moderna” internet.

Considero, assim, que este capítulo foi marcado por narrativas que se interseccionam em determinados pontos e se distanciam em outros. Como em relação à entrevista de Dona Salete, que ao ser perguntada se morava na cidade, ainda quando no primeiro contato feito na feira, respondeu que sim, mas fez questão de ressaltar que, apesar disso, vendia os peixes que o cunhado pescava no sítio. A um desconhecido, aquele não era o momento de se usar de uma “identidade urbana”. Ainda mais, sabendo da necessidade de ser produtor rural para ser/estar vinculado à FPA.¹³⁸ Como foi dito, busquei ampliar o diálogo com as experiências de outros sujeitos, que aos seus modos dialogam, vivenciam e reelaboram práticas no viver urbano a partir de suas experiências no campo.

¹³⁸Art. 3º - A Associação dos Feirantes é a entidade representativa das famílias de produtores rurais que participam na feira dos produtores regularmente realizada na cidade Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná. *ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS FEIRANTES*. Marechal Cândido Rondon, 2001.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problematização das memórias e práticas de sujeitos que vivenciam e disputam o universo urbano de Marechal Cândido Rondon marcou o objetivo central desse trabalho. De maneira mais específica, busquei dialogar com as experiências de trabalhadores e extralaboradores rurais, que a partir da década de 1970 intensificaram suas relações com a cidade. Uma experiência urbana que, para alguns, foi marcada pela mudança do campo para a cidade, enquanto para outros, estabelecida por um contato proporcionado pelo trabalho que nela exerciam.

Assim, meus esforços estiveram voltados para entender as diferentes maneiras como os sujeitos elaboravam respostas para atender às novas demandas encontradas na cidade. Como num jogo, um conjunto de práticas e valores por eles construídos foram postos à mesa a partir das experiências urbanas. Tratava-se de um processo modulado por várias facetas: muitas vezes, marcado por rupturas em relação às bagagens culturais que traziam da vida no campo; também, pela negação de algumas práticas e valores presentes na vida citadina que encontravam. Por sua vez, caracterizados principalmente pela reelaboração de todos estes novos referenciais e outros enfrentamentos concretos, apresentados geralmente no âmbito do cotidiano.

Este âmbito elementar, que aos olhares menos atentos se colocaria desprovido de conflitos, neste trabalho considerei como de fundamental importância. Um campo de reflexão que percorri pelos caminhos da História Oral. Desta forma, foi, principalmente a partir e com as narrativas, que busquei perceber como os sujeitos rememoraram suas trajetórias e como o fizeram, de acordo com o lugar social de onde construíram suas falas.

Em relação à produção das entrevistas, percebi-as não apenas como mais uma etapa do desenvolvimento da pesquisa, mas como uma oportunidade significativa de enriquecimento pessoal e intelectual. Primeiramente, porque aprendi demasiadamente com cada uma. Foram questões que avançaram sobre os mais variados aspectos e que, apesar de às vezes não aparecerem no texto, colocavam-me a rever algumas de minhas perspectivas iniciais.

Já em relação às contribuições a este campo intelectual que me dispus a pertencer, inclusive em seu sentido político de comprometimento, mesmo sendo amparado por várias leituras referentes à História Oral, a cada entrevista novos problemas se abriam. Trazer para o texto as questões que a metodologia me imprimiam e “costurá-las” na redação como

narrativas ímpares e, muitas vezes, contraditórias, foi um dos maiores desafios. Uma questão, em parte solucionada por meio de eixos aglutinadores, como a preocupação em pensar as maneiras como a vida no campo era reelaborada pelos entrevistados.

Foi justamente este rural de “outrora” o fio condutor das discussões do primeiro capítulo. Tratei de fazer uma problematização das maneiras como ele foi lembrado pelos entrevistados e pensar, assim, os processos de saída e as dinâmicas que os levaram a trocar o rural pela cidade. Neste sentido, este passado foi sempre entendido de acordo com o lugar de onde os entrevistados o narraram.

No momento seguinte pautei as discussões a partir da mudança para a cidade. O que pude perceber foram distintas práticas e modos de viver essa cidade. A própria chegada, que apesar de representar um marco em suas trajetórias, não significou o rompimento por completo quanto aos costumes construídos no campo, os quais se mantiveram, ainda que de forma reelaborada, importantes nas tomadas de decisões e nas formas de comportamento já quando moradores citadinos.

Tratou-se de evidenciar uma cidade que exigia constantemente a construção de estratégias, assim como novas maneiras como os sujeitos passaram a vivenciar o mundo do trabalho na cidade. Entre estes posicionamentos, da resistência à sujeição, mas que não se colocavam com indiferença às novas formas de viver e trabalhar que a eles foram apresentadas. Como exemplo, enfatizei questões de acesso à moradia, a necessidade de conquistar um lugar de habitação. Uma disputa que também se alargava para o campo dos valores, em que territórios ganhavam contornos de acordo com aquilo que se pretendia como próprio do novo lugar. Em alguns casos, da transformação do solo urbano em área de produção agrícola, mesmo que em dimensões reduzidas, se comparadas às realizadas no campo.

Também busquei perceber neste trabalho que a cidade não se reduzia a um simples objeto de disputa entre os moradores. O poder público também apareceu como um agente nesse processo. Tratava-se, em alguns momentos, de uma tentativa de disciplinar o espaço e, em outros, de disciplinar suas práticas. É o caso da questão discutida no terceiro e último capítulo, em que as preocupações sanitárias agem diretamente no trabalho dos feirantes.

Tendo como recorte as dinâmicas rural-urbanas existentes na Feira do Produtor Agropecuário de Marechal Cândido Rondon, o momento final do texto buscou discutir as maneiras como aqueles trabalhadores narraram suas vivências na feira e, conseqüentemente, como experimentam o urbano.

Sigo para a parte final destas considerações, percebendo que mais do que apresentar respostas, este trabalho me possibilitou elaborar perguntas. Algumas delas em parte resolvidas, outras ainda necessitando de maior atenção. Entretanto, não considero isto como um demérito da pesquisa. Prefiro entender como um convite a um mergulho ainda mais profundo neste rico e complexo universo das práticas.

Em relação aos trabalhadores ou ex-trabalhadores rurais, sei que, por exemplo, as questões relacionadas ao mundo do trabalho ainda merecerão uma atenção especial. Em uma região de recente desenvolvimento industrial, deixar o campo e tornar-se um trabalhador citadino é um processo de extrema complexidade.

Da mesma forma, o mundo rural também é um universo em constante mudança e disputa. Não se trata de um espaço vivenciado apenas a partir do projeto do agronegócio, em que os sujeitos absorveriam passivamente as novas tecnologias, ainda que em boa parte o seja. Propostas alternativas se mantêm e se desenvolvem a cada dia, mostrando que este é um problema latente na região.

Longe de elaborar uma síntese do processo de urbanização de Marechal Cândido Rondon, neste trabalho busquei dialogar com memórias e experiências de alguns sujeitos que vivenciaram este processo. Narrativas que, apesar de individuais, apresentaram sentidos compartilhados e que, acima de tudo, mostraram uma cidade em constante processo de disputa. E, que num complexo jogo de forças e valores, foi transformando seus moradores ao mesmo tempo em que foi transformada.

Referências Bibliográficas

ARANTES NETO, Antonio Augusto. *Paisagens Paulistanas: transformações do espaço público*. São Paulo: Ed. Unicamp, 2000.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BACKES, Gilson. *As lavouras de hortelã e as dinâmicas socioculturais da fronteira: memórias, trajetórias e estranhamentos em Mercedes (Oeste do Paraná - 1960-2009)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História, Poder e Práticas Sociais) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidades: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CALVO, Célia Rocha. *Muitas Memórias e Histórias de uma Cidade: Experiências de Viveres Urbanos Uberlândia 1938 – 1990*. São Paulo, 2001. Tese (doutorado em História Social). Pontifícia Católica de São Paulo PUC/SP.

CARVALHAL, Marcelo Dornelis. *O emprego em Marechal Cândido Rondon/PR na dinâmica geográfica do capital*. In; Pegada, Vol. O, n. 1, Presidente Prudente: CEGeT, 2007.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano – Artes de fazer*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.

CHALLOUB, Sidney. *Cidade Febril*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1996.

CARDOSO, Ciro. F. e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7 ed. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. Trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004. 382 p.

LAVERDI, Robson. *Tempos diversos, vidas entrelaçadas: trajetórias itinerantes de trabalhadores no Extremo-Oeste do Paraná*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.

LILIAN DE MIRANDA, Luciana; GONÇALVES NETO, Wenceslau *A Política De Crédito Rural Nos Anos De 1965-1985: Histórico, Expansão E Crise*. Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/CMS/cms2304.htm> Acesso em: 20 de abril de 2009.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. A cidade contra o campo. In: BRANCHER, Ana. (org.) *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

MENESES, Ulpiano T. B. “A História, cativa da memória?” In: *Revista do IEB*. São Paulo, n. 34. EDUSP, 1992.

PAGLIARINI, Raphael. *Tensões e práticas sociais na constituição do Conjunto Habitacional São Lucas de Marechal Cândido Rondon – Paraná. (1995-2005)*. Marechal Cândido Rondon, 2006. Trabalho Acadêmico (TCC) – História - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Edições Vértice, v. 2, n.3, 1989.

PORTELI, Alessandro. Tentando Aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a Ética na Historia Oral. In: *Ética e História Oral*. Projeto Historia. São Paulo: PUC/SP, nº 15, 1997.

_____, A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo* [Revista do Departamento de História da UFF], n.2, dez. 1996.

RONCAYOLO, Marcel. Cidade. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Casa da Moeda. vol.8, 1986.

SAATKAMP, Venilda. *Desafios, lutas e conquistas: história de Marechal Cândido Rondon*. Cascavel, ASSOESTE, 1984.

SAHLINS, M. *Ilhas da História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SAMUEL, Raphael. Teatros da memória. *Projeto-História* [PUC-SP], São Paulo, 1997, n.14

SANTANA, Charles de Almeida. *Linguagens Urbanas, Memórias da cidade: vivências e imagens da Salvador de migrantes*. São Paulo: 2001. Doutorado em História – PUC - SP.

_____. *Fatura e ventura camponesa: trabalho, cotidiano e migrações: Bahia 1950-1980*. São Paulo: 1998.

SCHLACTA, Marcelo Hansen. *O MST e a Questão Ambiental: Uma Cultura Política em Movimento*. 2008. Dissertação (Mestrado em História, Poder e Práticas Sociais) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

SCHLOSSER, Marli Terezinha Szumilo. *Nas Ondas do Rádio: A Viabilização da Modernização Agrícola no Oeste do Paraná. (1960 – 1980)*. Maringá: 2001, UEM.

SENNETT, Richard. *Carne e pedra – o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro, Record: 2006.

SOUZA, João Carlos de. *Na luta por habitação: a construção de valores*. São Paulo: Educ, 1995.

THOMPSON, E. P., 1987. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

THOMPSON, E.P.. *A peculiaridade dos ingleses e outros escritos*. Campinas: Editora. da Unicamp, 2001.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre História Oral e as memórias. *Projeto História*, São Paulo, n.15, abr.1997

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ZAAR, Mirian Hermi. *A Produção do Espaço Agrário: da colonização à modernização agrícola e formação do Lago de Itaipu*. Cascavel: Edunioeste,1999.

Fontes

Orais:

Entrevista de Alceno Weber, 65 anos, gravado em 20 de julho de 2007. Casado, nasceu em Campos Novos/Santa Catarina. Chegou ao município em 1954 e aposentou-se como trabalhador rural. Mudou-se para a cidade em 2000, deixando a pequena propriedade no interior do município aos cuidados dos dois filhos.

Entrevista de Loni Weber, 60 anos, gravado em 20 de julho de 2007. Casada, migrou de Santa Catarina para Marechal Cândido Rondon em meados da década de 1950. Também, aposentada como trabalhadora rural, mudou-se para a cidade em 2000, deixando a pequena propriedade no interior do município aos cuidados dos dois filhos.

Entrevista de Alfeu Seibert Filho, 35 anos, gravado em 04 de agosto de 2007. Solteiro, nasceu no município de Marechal Cândido Rondon. Funcionário público, desempenha suas funções na fazenda experimental da Unioeste. Reside juntamente com a mãe numa chácara nos limites suburbanos

Entrevista de Edgar Mauro Koch, 77 anos, gravado em 20 de setembro de 2007. Casado, migrou do interior de São Paulo para Marechal Cândido Rondon em 1955. Aposentado, mudou-se para a cidade em 1972.

Entrevista de Germano Hardke, 71 anos, gravado em 02 de agosto de 2007. Casado, migrou do Rio Grande do Sul para Marechal Cândido Rondon em 1960. Aposentado, complementa a sua renda com o trabalho de feirante que exerce desde o início da década de 1960. Reside numa chácara nos limites suburbanos.

Entrevista de Lucinda Gartner gravado em 04 de agosto de 2007. Solteira, migrou do Rio Grande do Sul para Marechal Cândido Rondon em 1953. Aposentada como trabalhadora rural, reside juntamente com um dos filhos em uma chácara nos limites suburbanos.

Entrevista de Lone, 51 anos, gravado em 04 de maio de 2008. Casada, migrou de Santa Catarina para Marechal Cândido Rondon em 1958. Mudou-se para a cidade em 1993, onde trabalha como diarista.

Entrevista de Dosnela Lamp, 64 anos, gravado em 10 de maio de 2008. Solteira, migrou de Santa Catarina para Marechal Cândido Rondon em 1963. Mudou-se para a cidade em 1977. Aposentada, complementa a renda com o trabalho como diarista.

Entrevista de Martinho Sander, 61 anos, gravado em 10 de março de 2008. Casado, migrou do Rio Grande do Sul para Marechal Cândido Rondon em 1965. Mudou-se para a cidade no início da década de 1970. Trabalha como mestre de obras.

Entrevista de Neli Rott Althaus, 71 anos, gravado em 25 de maio de 2008. Casada, migrou de Santa Catarina para Marechal Cândido Rondon em 1965. Aposentada, mudou-se para a cidade em 2000.

Entrevista de Ivo Althaus, 71 anos, gravada em 25 de maio de 2008. Casado, migrou de Santa Catarina para Marechal Cândido Rondon em 1965. Aposentado, mudou-se para a cidade em 2000.

Entrevista de Edite, gravada em 05 de agosto de 2008. Casada, migrou do Rio Grande do Sul para Marechal Cândido Rondon em 1965. Mudou-se para a cidade em 2002. Trabalha como zeladora no cemitério municipal.

Entrevista de André Cristiano Lohmann, 25 anos, gravado em 27 de fevereiro de 2009. Solteiro, nasceu em Marechal Cândido Rondon, e mora na área rural do município. É aluno do mestrado de Zootecnia da Unioeste e trabalha com os pais na FPA.

Entrevista de Elizabete Parker, gravada em 10 de abril de 2009. Nasceu em Rolândia/PR. sempre viveu no campo e chegou em Marechal Cândido Rondon em meados da década de 1970. Casada e mãe de dois filhos, Dona Elizabete trabalha como feirante.

Entrevista de Andréia Paker, gravada em 10 de abril de 2009. Nasceu em Marechal Cândido Rondon e sempre viveu na zona rural do município. Concluindo o Ensino Médio, a jovem divide seu tempo entre as atividades escolares na cidade, o trabalho na feira, e os afazeres no campo.

Entrevista de Salete Sueli Ribeiro gravada em 12 de maio de 2009. Viúva, com 53 anos, Dona Salete migrou de Concórdia /SC para Marechal Cândido Rondon em 1979. Entretanto, diferentemente dos demais entrevistados, a vida urbana foi uma constante tanto em Santa Catarina como em Marechal Cândido Rondon.

Entrevistas consultadas:

LAVERDI, Robson; PAULA, Dilma Andrade de. (Coords.) *Depoimento de Venilda Saatkamp*. Marechal Cândido Rondon – PR, Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação da América Latina – CEPEDAL; Colégio Eron Domingues – Ensino Fundamental e Médio, 1999, 53 p.

LAVERDI, Robson; PAULA, Dilma Andrade de. (Coords.) *Depoimento de Idalina Vianna Guzzoni*. Marechal Cândido Rondon – PR, Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação da América Latina – CEPEDAL; Colégio Eron Domingues – Ensino Fundamental e Médio, 1999. 75 p.

LAVERDI, Robson; PAULA, Dilma Andrade de. (Coords.) *Depoimento de Catarina Iurkiv Gomes*. Marechal Cândido Rondon – PR, Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação da América Latina – CEPEDAL; Colégio Eron Domingues – Ensino Fundamental e Médio, 1999. 49 p.

Fontes Escritas:

Lei nº 1.121 de dezembro de 1974. Marechal Cândido Rondon: Câmara Municipal.

Animais soltos nas ruas. *Frente Ampla de Notícias*. Rádio Difusora. Edição 54 – 03 de fevereiro de 1967.

A mecanização da lavoura é um fato. *Frente Ampla de Notícias*. Rádio Difusora. Edição 727 – 13 de junho de 1969.

Brasil. Governo Federal. **Lei n° 4.214** de 02 de março de 1963 – Dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural. Disponível em:

<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaAvancada.action>. Acesso em: 29 de maio. 2003.

Marechal Cândido Rondon. Estatuto da Associação dos Feirantes. 2001.